

**ATA N.º 4/2026****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE
26 DE JUNHO DE 2026**

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, no Teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria, tendo estado presentes os seguintes deputados:

1. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
2. Adriano Barbeiro Neto;
3. Ana Carla Marques Pereira Gomes;
4. Ana Catarina de Moura Louro;
5. Ana Cristina de Almeida Amaral Luís Gomes;
6. António Ferreira Pereira de Melo;
7. Bruno Carreira de Oliveira;
8. Célia Maria Brogueira Afra;
9. Deolinda Maria Carreira de Sousa;
10. Francisco Luís de Sampaio Nunes Marques;
11. Francisco Manuel da Mota Pedro;
12. Gabriela dos Santos Antunes;
13. Hélia Cristina de Jesus Bordalo;
14. Jorge Alberto Moreira dos Santos Bernardino;
15. José da Silva Alves;
16. Júlio Paulo Videira de Jesus;
17. Kátia Dolores Galhardo Antunes;
18. Luís Manuel Coelho Prata;
19. Manuel Rodrigues Faria;
20. Maria Leonor Mendes Correia;
21. Mário João Ley Garcia;
22. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
23. Patrícia Alexandra Ferreira Brites;
24. Patrícia Maria Pereira Marcelino;
25. Paulo Alexandre de Jesus Clemente;



26. Paulo Manuel Ferreira Guarda Felício;
27. Paulo Pedrosa Pedro;
28. Ramiro Rodrigues Antunes;
29. Raul Testa Fortunato Faustino;
30. Renato José dos Santos Cruz;
31. Rui Alexandre Nunes Fernandes;
32. Rui Alípio Fernandes Brites Pereira;
33. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
34. Sílvio Manuel Pedrosa Cabecinhas;
35. Telma Carreira Curado;
36. Telmo Filipe Moreira Marques;
37. Tiago António Leal Duarte;
38. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
39. Tiago Miguel Gago dos Santos;
40. Vítor Manuel Casimiro de Matos;
41. Vítor Manuel da Silva Santos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- João António Cordeiro Curado e Silva;
- José Manuel da Cunha;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Luís Paulo Pereira Fernandes;
- Luísa Maria da Silva Gonçalves;
- Nuno José Lopes das Neves Serrano;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

1. Américo Pereira Coelho (Freguesia Ortigosa), substituído por Filipe da Silva Braz (Secretário);
2. Dário João dos Santos Brites (CHEGA), substituído por Alexandre Gabriel dos Santos Aldeia;
3. Elsa Alexandra Mateus Mendes (UF Parceiros e Azoia), substituída por Manuel Carvalho (Secretário);



4. João Pedro Regalado Rito (UF Sta. Catarina da Serra e Chainça), substituído por Sandra Sofia Vieira Rodrigues (Secretária);
5. Jorge Manuel Francisco Dias (PPD/PSD), substituído por Márcio Continentino Lopes;
6. Jorge Pereira Dias (Freguesia Caranguejeira), substituído por Maria Fernanda Ferreira Gameiro Menino (Tesoureira);
7. Maria Alexandra Faria Fernandes da Silva Serôdio (PS), substituída por Diogo da Cruz Rodrigues;
8. Mário Jerónimo de Carvalho (Freguesia Carreira), substituído por Fernando Inácio (Tesoureiro);
9. Ricardo de Jesus Gomes (PS), substituído por José Geraldo de Oliveira Júnior;
10. Vânia Patrícia de Sousa (Freguesia Milagres), substituída por Joaquim Rodrigues (Tesoureiro).

Faltaram os senhores deputados Maria de Fátima dos Santos Sismeiro (PPD/PSD), convocada em substituição de David da Piedade Ferreira e Hilário Pereira Estrada (PPD/PSD), convocado em substituição de Ricardo António Beato de Carvalho (Líder PPD/PSD).

A senhora Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória, Patrícia Maria Pereira Marcelino, deu entrada pelas vinte horas e quatro minutos e o senhor Presidente da União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, Paulo Manuel Ferreira Guarda Felício, deu entrada pelas vinte horas e vinte e dois minutos, após as votações do período antes da ordem do dia.

A sessão foi presidida por **Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa, Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **José da Silva Alves, 1.º Secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª Secretária da Mesa**.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a sessão, eram 19h15 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. **Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro** – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. **Feira de Leiria "Mercado Levante" - Redução de taxa e suspensão temporária em virtude do evento "Concertamos Juntos – Concerto Solidário"; Retificação da deliberação - Feira de Leiria "Mercado Levante" / Suspensão temporária em virtude do evento "Concertamos Juntos – Concerto Solidário"** – Apreciação, discussão e votação;



3. **Correção Material à 6.ª alteração do PDM de Leiria** – Para conhecimento;
4. **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2025** - Apreciação, discussão e votação;
5. **Reescalonamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas do DEOM** - Apreciação, discussão e votação;
6. **Projeto de Alteração ao Regulamento Interno de Utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
7. **Extensão de Saúde de Santa Catarina da Serra - Alteração do regime de utilização do imóvel** - Apreciação, discussão e votação;
8. **Abertura do procedimento de hasta pública para concessão do direito de utilização privativa do domínio público municipal - edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, sito no Parque Municipal Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca (Edifício Sul)** - Apreciação, discussão e votação;
9. **Procedimento de Concurso Público para Arrendamento das Frações C, E e F do Mercado Municipal de Leiria, para instalação e exploração de espaço para empresas startup** - Apreciação, discussão e votação;
10. **Atribuição de apoio não financeiro para a realização do INOV.AM Shaping Tomorrow** - Apreciação, discussão e votação;
11. **Programa Intermunicipal de Habitação Acessível e Estatutos da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A.". Retificação da deliberação n.º 425/26, de 20 de abril** - Apreciação, discussão e votação;
12. **Representações:**
 - 12.1. **Conselho Municipal de Saúde de Leiria – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Município de Leiria nos termos do ponto 4 do artigo 3º do Edital n. 1230/2020, publicado em Diário da República n.º 230/2020, Série II de 25 de novembro** – Apreciação e votação;
13. **Juntas de Freguesia:**
 - 13.1. **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Amor** - Apreciação, discussão e votação;



- 13.2. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Arrabal - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.3. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Bidoeira de Cima - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.4. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Caranguejeira - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.5. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas correntes para 2026 - Freguesia de Caranguejeira - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.6. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital - Freguesia de Carreira - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.7. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Milagres - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.8. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - União das Freguesias de Colmeias e Memória - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.9. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Apreciação, discussão e votação;**
- 13.10. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital - União das Freguesias de Parceiros e Azoia - Apreciação, discussão e votação;**



- 13.11. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Amor para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.12. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Arrabal para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1-** Apreciação, discussão e votação;
- 13.13. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Bajouca para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.14. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Caranquejeira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.15. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Carreira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.16. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Coimbrão para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.17. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Maceira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.18. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Milagres para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;



- 13.19. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Ortigosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS (ASS. 667/26) -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.20. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Requeira de Pontes para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.21. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Souto da Carpalhosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.22. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.23. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.24. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.25. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Monte Real e Carvide para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;



- 13.26. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Monte Redondo para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.27. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Parceiros e Azoia para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.28. Contrato Interadministrativo de colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.29. Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.30. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da execução de Viver Freguesias -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.31. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal para a promoção de desenvolvimento sustentável -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.32. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.33. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.34. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Caranguejeira no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;



- 13.35. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbra no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.36. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.37. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Regueira de Pontes no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.38. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.39. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.40. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.41. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista no âmbito da execução de obras diversas -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.42. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Ortigosa no âmbito da execução de obras estruturantes -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.43. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Regueira de Pontes no âmbito da execução de obras estruturantes -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.44. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras estruturantes -** Apreciação, discussão e votação;
- 13.45. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça no âmbito da execução de obras estruturantes -** Apreciação, discussão e votação;



13.46. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista no âmbito da execução de obras estruturantes - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão.

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Muito boa tarde a todas e a todos.

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa todo o executivo municipal, Senhoras deputadas e deputados municipais, senhores presidentes de juntas e uniões de freguesia,

Equipas de apoio aqui à produção desta Assembleia Municipal,

Aos munícipes que estão presencialmente e online,

Boas tardes! E vamos começar esta sessão.

Antes de mais nada, antes de começar efetivamente, só lembrar aos membros desta Assembleia para não se esquecerem de assinar as presenças, para depois estarmos aqui controlados em termos de quem está capaz de votar e também, quem não levantou ainda cartões de identidade como membro da Assembleia Municipal, a Dr.ª Juliana tem ali. A Dr.ª Juliana está hoje a substituir a Catarina Clemente.

Eu vou dar início lendo a lista dos ausentes e quem os substitui e aqui também permito-me lembrar, sobretudo os seus líderes de bancadas para procurarem sensibilizar os senhores e as senhoras deputadas para quando têm que faltar, avisarem, pelo menos com um dia de antecedência. É evidente que pode haver situações absolutamente inopinadas e em cima da hora as pessoas não poderem vir, isso é natural, mas pelo menos para haver um aviso com tempo não só para os nossos serviços de apoio tratarem dos pedidos de substituição, como também os serviços administrativos da Câmara e também as próprias pessoas que são chamadas a substituir, estarem aptas a virem, para não acontecer pedidos de substituição à última hora em cima da Assembleia Municipal e depois é muito difícil haver substitutos, portanto, é só este lembrete que eu queria aqui deixar."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou a sua intervenção referindo os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerando os seus substitutos.



De seguida, fez saber que existia uma ata referente à sessão ordinária de 27 de abril de 2026 para aprovação (que foi disponibilizada a todos para leitura), submetendo à apreciação a **ata n.º 3.2026**.

A ata n.º 3.2026 foi aprovada **por maioria, com 1 abstenção** (PPD/PSD).

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Sendo assim, ainda antes de passarmos ao período antes da ordem do dia...

Eu passei a enviar, como hoje de manhã, a lista dos momentos ou das ocorrências onde a Assembleia Municipal esteve representada para evitar ler aquilo tudo aqui, quero dizer, seria absolutamente fastidioso. Portanto, ficam com o conhecimento, quem eventualmente quiser ler, também o artigo e) - e agora vou aqui chamar o articulado normativo - também o artigo e) do artigo 16.º do regimento e a alínea b) do número 7 do artigo 33.º do mesmo regimento, manda-me expor à Assembleia Municipal o expediente mais relevante, entretanto recebido. A maior parte do expediente recebido é absolutamente trivial: convites, anúncios (alguns tenho-vos feito chegar, tenho-vos distribuído), iniciativas da Associação Nacional de Assembleias Municipais, alguns sobre pareceres de funcionamento que nós trocamos ou que pedimos ou que nos chegam da Associação Nacional das Assembleias Municipais, algumas dúvidas dos munícipes que nós reencaminhamos para o Senhor Presidente da Câmara, que fará seguir para as áreas respetivas. Chegou um inquérito à AEDREL sobre o funcionamento da Assembleia que passei aos senhores líderes de bancada, também uma doutoranda do Minho sobre o mesmo assunto, mandou um inquérito também só para mim, que respondi. E chegou também uma moção do Conselho Geral da Correia Mateus, e esperei e recebi um parecer, um entendimento da Câmara sobre essa moção e sobre a situação que se estava a passar sobre a abertura do novo centro escolar ou nova escola, e reencaminhei esta informação aos senhores líderes de bancada. Portanto, penso que está cumprido esta minha obrigação sobre o expediente relevante."

******* PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA *******

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de um voto de pesar apresentado pela Mesa e subscrito por todos os partidos.

"Voto de Pesar pelas vítimas dos sismos que assolaram a Venezuela"

Intervenção do senhor deputado José Alves - PS

Transcrição:

"Voto de Pesar pelas vítimas dos sismos que assolaram a Venezuela"



A Assembleia Municipal de Leiria manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas dos violentos sismos que atingiram a Venezuela, provocando um elevado número de mortos, feridos e desalojados, bem como a destruição de habitações, infraestruturas e equipamentos essenciais.

Esta tragédia humanitária afetou profundamente um povo com o qual Portugal mantém históricos laços de amizade e cooperação e onde reside uma das maiores comunidades portuguesas e lusodescendentes no mundo. Milhares de portugueses construíram na Venezuela o seu projeto de vida, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento daquele país e preservando, ao longo de gerações, uma forte ligação à sua terra de origem.

O concelho de Leiria não é alheio a esta realidade. Ao longo dos últimos anos, Leiria tornou-se também casa de muitos cidadãos venezuelanos e luso-venezuelanos, que enriquecem diariamente a vida económica, social e cultural do nosso concelho. Muitas famílias leirienses acompanham com angústia a situação vivida na Venezuela, por aí terem familiares, amigos ou raízes familiares, tornando esta tragédia particularmente próxima da nossa comunidade.

Perante uma catástrofe desta dimensão, impõe-se afirmar os valores da solidariedade, da fraternidade e da proximidade entre os povos, expressando o apoio às vítimas, às suas famílias e a todos aqueles que se encontram envolvidos nos difíceis trabalhos de socorro e reconstrução.

Fica também uma palavra de apreço a todos quanto contribuem para a expressão de socorro designadamente às equipas de proteção civil, dos profissionais de saúde, das forças de segurança, dos voluntários e de todas as entidades envolvidas nas operações de socorro e assistência às populações afetadas e interpela-se o Estado Português através das entidades competentes a apoiarem na medida do possível o povo venezuelano e de sobremodo a comunidade lusófona.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2026, delibera:

- 1. Manifestar o seu mais profundo pesar pelas vítimas dos sismos que assolaram a Venezuela, apresentando as mais sentidas condolências às famílias enlutadas e ao povo venezuelano;*
- 2. Expressar a sua solidariedade para com todos os cidadãos afetados por esta tragédia, formulando votos de rápida recuperação para os feridos e de esperança na reconstrução das comunidades atingidas;*
- 3. Dirigir uma especial mensagem de solidariedade à comunidade portuguesa e lusodescendente residente na Venezuela, bem como à comunidade venezuelana e*



luso-venezuelana residente no concelho de Leiria, manifestando a proximidade desta Assembleia Municipal neste momento de dor;

- 4. Apelar à ajuda do Estado Português ao povo venezuelano e à comunidade lusófona;*
- 5. Determinar que o presente Voto de Pesar seja remetido à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela em Portugal, à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e às associações representativas da comunidade venezuelana e luso-venezuelana no concelho de Leiria.”*

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o voto de pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

Pediu um minuto de silêncio por todas as vítimas desta catástrofe.

A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu a existência de uma moção apresentada pelo PS.

“Moção de Apoio à candidatura de Leiria a Capital Portuguesa da Cultura 2028”

Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS

Transcrição:

"Marta Violante, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria. Permitam-me que nas pessoas de Vossa Excelência, cumprimente todos os presentes e todos os que nos acompanham online. Eu vou escusar-me talvez a ler toda a moção. Todos terão tido oportunidade de a ler. Queria só frisar que a moção visa mostrar o apoio de Leiria a capital portuguesa da cultura e reconhecendo que esta candidatura deverá ser vista como uma intenção muito positiva e que cria nitidamente uma oportunidade de projeção da região de Leiria e do concelho, e em que o município se afirma como um município culturalmente instruído.

Assim, sugerimos que a Assembleia Municipal de Leiria, reunida na sessão ordinária de 26 de janeiro de 2026, delibera:

- Manifestar o seu inequívoco apoio à candidatura de Leiria à capital Portuguesa da Cultura 2028;*
- Reconhecer a candidatura como um instrumento capaz de gerar impactos duradouros nos domínios cultural, educativo, social, económico e turístico;*
- Convidar as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais dos municípios da CIMRL a juntarem-se a esta manifestação de apoio à Candidatura e a apoiar eventuais Projetos intermunicipais integrados nesta mesma Candidatura;*



- Remeter a presente Moção ao Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e aos Municípios da mesma Comunidade e agentes culturais do Concelho, com assento no Conselho Municipal da Cultura de Leiria, naturalmente.

Obrigada.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhora deputada. Pergunto se alguém quer intervir a propósito desta moção. Não há intervenções. Ah, desculpe! Senhor deputado Francisco Pedro, se faz favor. Desculpe! Francisco Marques, Francisco Marques, desculpe.”

Intervenção do senhor deputado Francisco Marques – PPD/PSD

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhor vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, senhores autarcas, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite.

Venho apenas dizer que o PSD apoia esta iniciativa e que esperamos que se tenha conseguido aprender com alguns problemas que estiveram presentes aquando da anterior candidatura a capital europeia da cultura e que possamos utilizar essa aprendizagem para sermos mais bem-sucedidos desta vez, em termos estratégicos, de transparência do processo, etc. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu a existência de uma recomendação do CDS-PP.

“Criação de um Regime Municipal Transitório de Legalização de Imóveis Antigos através de Procedimentos Simplificados.”

Intervenção do senhor deputado Ley Garcia – CDS PP

Transcrição:

"Ora, Ley Garcia, CDS-PP.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento-o. Permita-me que na sua pessoa, cumprimente todos os que participam nesta reunião.

Ora bem, gostaria de transmitir que esta recomendação está aberta também a melhorias, está bem? Portanto, isto é uma ideia que nasceu, enfim, daquilo que fomos constatando na realidade. Provavelmente muitos de vocês também terão identificado situações idênticas. E, portanto, esta recomendação é feita porque achamos que ela é útil. Mas, como disse, está aberta a ser melhorada. E, se calhar, ia apresentar ou porque



você já a têm, gostaria até também de apresentar aqui algumas razões pela qual ela é apresentada aqui, não é? É que, a questão é que, a legalização destas casas perpetua, aliás, a ilegalidade destas casas perpetua a pobreza. Portanto, sem papelada, as pessoas não têm acesso a crédito bancário para obras, não conseguem vender o imóvel pelo valor real, não têm proteção em caso de catástrofe. O momento político também penso que, tendo em conta agora o simplex, vive, ao fim ao cabo, um momento de simplificação administrativa e, portanto, o que o CDS pede é que Leiria aplique essa mesma filosofia de simplificação à sua realidade social interna. E, reparem também, que esta recomendação não é um cheque em branco para legalizar barracos ou construções perigosas. Portanto, a proposta diz explicitamente que a Câmara deve definir critérios de salubridade e segurança. Portanto, também tendo em conta que estas casas são antigas, não é? Portanto... se calhar, alguns dirão que a Câmara não tem competência legal para alterar a lei do urbanismo. Isso é competência do Governo. Isso é verdade, mas a Câmara tem autonomia regulamentar através do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Portanto, o que recomendamos é um estudo, não é? Para perceber até onde a margem de flexibilização municipal nos permitir, criando critérios de isenção ou simplificação para edifícios anteriores a determinada data, adaptando o espírito da Portaria n.º 243/84 à realidade atual. Isto também podem perguntar que... isto vai premiar e branquear a construção clandestina ilegal. Enfim, não confundamos oportunismo com vulnerabilidade. Não estamos a branquear quem violou o PDM ontem, estamos a regularizar habitações com meio século de existência, construídas num contexto histórico completamente diferente. Portanto, chamar clandestino a um idoso que herdou a casa dos pais e não tem dinheiro para arquitetos, não é defender a lei, é falta de empatia social, ou então pronto... isto também vai dar muito trabalho aos técnicos e sobrecarregar o serviço de urbanismo da Câmara. É verdade, trabalhar dá trabalho, não é? Mas também não pedíamos as coisas para já, até porque agora os técnicos estarão naturalmente muito sobrecarregados. Mas a seu tempo, poderão estudar esta situação, não é? Ao fim ao cabo, o urbanismo da Câmara serve para gerir o território, para servir os cidadãos, não serve apenas para carimbar processos de grandes promotores imobiliários. Se o processo for simplificado, o projeto simples, o fluxo de trabalho também será mais rápido e eficiente para os próprios técnicos municipais. Bem, e, posto isto, penso que não vale a pena estar aqui com os considerandos todos, não é? Têm isto convosco, portanto, vou passar a ler então aquilo que se propõe como deliberação e se entenderem que esta deliberação, portanto, deve ser ajustada... enfim, estamos abertos também a isso. Ora bem, nestes termos, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida na sessão ordinária de 26 de junho de 2026, delibera recomendar à



Câmara Municipal de Leiria que, aliás, peço desculpa, vou lê-la toda para o caso de alguém ainda não ter lido. Acho que tenho tempo para isso. Ora bem... ok:

- Considerando que, durante os contactos com a população do concelho de Leiria após a tempestade Kristin, se verificou a existência de muitos munícipes impossibilitados de requerer apoios para a reconstrução das suas habitações pelo facto de estas não possuírem número de matriz (não estarem legalizadas);

- Considerando que a ausência de legalização destas habitações constitui, por si só, um impedimento legal para a celebração de seguros de multirriscos habitação, deixando as famílias totalmente desprotegidas perante sinistros;

- Considerando que os imóveis nestas condições são, maioritariamente, construções antigas e com menor resiliência estrutural a fenómenos atmosféricos extremos, pertencendo a agregados familiares com escassos recursos financeiros, pelo que a falta de apoio formal agrava severamente a sua vulnerabilidade socioeconómica;"

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Terá que abreviar, terá que abreviar. Faz favor."

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – IL

Transcrição:

"Senhor Presidente, nós cedemos."

Intervenção da senhora deputada Gabriela Antunes – IL

Transcrição:

"Nós cedemos, nós cedemos alguns minutos."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Ah, desculpe! Muito bem."

Intervenção do senhor deputado Ley Garcia – CDS PP

Transcrição:

"Obrigado."

- Considerando que estas habitações foram edificadas numa época em que as exigências burocráticas e de licenciamento eram significativamente menores, e que o atual quadro legal de legalização exige projetos e procedimentos idênticos aos de uma construção nova, revelando-se inoportuna financeira e tecnicamente para estes proprietários;

- Considerando as projeções climáticas que apontam para a repetição de fenómenos meteorológicos extremos, tornando urgente a regularização destas situações para que os cidadãos possam aceder a futuros apoios do Estado e garantir a segurança jurídica da sua propriedade;



- Considerando que a integração destas realidades no tecido urbano oficial, além de dignificar as condições de vida das populações, trará benefícios diretos para o Município de Leiria, nomeadamente através da atualização do cadastro predial e do consequente alargamento da base de receita fiscal por via do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
- Considerando que é competência da Assembleia Municipal zelar pelo bem-estar da população, pelo desenvolvimento harmonioso do concelho e pela salvaguarda dos mais vulneráveis.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2026, delibera recomendar à Câmara Municipal de Leiria que:

1. Estude e implemente, até ao final do próximo ano civil, um Regime Municipal Transitório e Extraordinário que permita a legalização simplificada de habitações antigas através de projetos de arquitetura simplificados (recorrendo ao espírito de regimes já testados, como a Portaria n.º 243/84 adaptada à realidade atual, ou aos procedimentos de conversão de espaços comerciais em habitação previstos na legislação em vigor).
2. Defina critérios rigorosos de exclusão e salvaguarda neste regulamento, garantindo obrigatoriamente que os imóveis a legalizar reúnam condições mínimas de habitabilidade e salubridade, possuam acessos independentes, tenham viabilidade de ligação às redes de infraestruturas públicas e contenham mecanismos que evitem a especulação imobiliária.
3. Calendarize e promova um período de discussão pública e de auscultação das Juntas de Freguesia do concelho, por serem as entidades que mais de perto conhecem as situações de clandestinidade e necessidade habitacional no território.

Disse.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota que o **grupo municipal da Iniciativa Liberal** teria cedido cerca de 2 minutos e 41 segundos ao CDS-PP.

Intervenção da senhora deputada Catarina Louro - PS

Transcrição:

"Obrigada, senhor Presidente.

Cumprimentá-lo a si, os restantes elementos da mesa, a todas as senhoras deputadas e senhores deputados. Senhor Presidente da Câmara, vereadores, vereadoras e todas as pessoas que estão aqui, quer presencialmente, quer que estão a assistir em casa.

Relativamente à recomendação, em primeiro lugar, agradecer a apresentação que fez tão dedicada à recomendação. Portanto, só isso acho que mostra que efetivamente acredita que há formas de resolver este problema, que o Partido Socialista também reconhece que existe. Nós, infelizmente em Portugal, temos muitas habitações em circunstâncias



ilegais e agora, face à tempestade Kristin, o que acontece é que não conseguiram pedir apoios e não têm seguros, nem vão conseguir ter nunca seguros dada essa situação. E, portanto, nós consideramos, de facto, a preocupação expressa pelo CDS e pelo deputado Ley Garcia em particular, legítima, e acompanhamos a sua preocupação, estando completamente alinhados.

No entanto, tal como disse, nós também achamos que esta recomendação ultrapassa as competências do município e que a câmara não teria condições sequer legais para conseguir cumpri-la e também, chamar à atenção que já existe o regime simplex que acaba por, digamos assim, simplificar, ajudar a proceder à regularização destas habitações.

De qualquer modo, sendo uma recomendação, reconhecendo o problema e percebendo o esforço que o CDS teve em precisamente a tentar apresentar uma alternativa para a solução deste problema, o Partido Socialista não inviabiliza. Vamos abster, está bem? Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL

Transcrição:

"Senhor Presidente, muito obrigado.

Muito boa noite, senhores deputados.

A Iniciativa Liberal também acompanha na generalidade a ideia e reconhecemos o valor da mesma. No entanto, devido ao tempo que tivemos para analisar esta recomendação, que infelizmente não foi muito, recebemos hoje. Deram-nos conhecimento dela hoje e também não querendo estar a inviabilizar por um conjunto de technicalidades, vamo-nos abster. No entanto, temos um conjunto de dúvidas, muitas das quais a senhora deputada do PS também já elencou, mas também não vamos inviabilizar por reconhecer o valor nesta proposta. Tudo aquilo que for para melhorar a situação dos nossos munícipes será sempre bem recebido da nossa parte. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovado por maioria, com 16 votos a favor** (5-CHEGA, 10-PPD/PSD, 1-CDS-PP) e **33 abstenções** (31-PS e 2-IL).

******* PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA *******

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse que iriam passar às intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, abrindo as inscrições. Deu a palavra à senhora deputada Patrícia Brites.

Intervenção da senhora deputada Patrícia Brites - CHEGA



Transcrição:

"Boa noite. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, todos os presentes e a quem nos assiste lá em casa.

Hoje venho falar em solidariedade para com a associação de pais da escola da Guimarota, naquilo que foi a notícia que toda a gente já deve estar a acompanhar sobre o encerramento do pré-escolar da escola da Guimarota. Vou começar por dizer que, de forma muito clara, que esta intervenção não é contra a escola de São Romão, nem contra o investimento feito na área da educação. O que colocamos em causa é a forma como esta decisão foi tomada e as consequências que dela resultam. As famílias foram confrontadas com o encerramento do pré-escolar da Guimarota de forma inesperada, sem que tivesse existido, na nossa perspetiva, um diálogo suficiente ou uma justificação transparente sobre os critérios que estiveram na base desta opção. Estamos a falar de crianças muito pequenas, mesmo muito pequenas. As famílias foram confrontadas com este encerramento. As crianças já estão habituadas àquele espaço escolar, já têm vínculos, confiança nos adultos que as acompanham e um sentimento de segurança e pertença àquele espaço escolar. Portanto, quando se altera esta realidade, não chega a afirmar que haverá instalações melhores. É necessário provar que essa mudança traz também vantagens reais do ponto de vista educativo e do ponto de vista humano. Mas existe também uma questão estratégica, que importa colocar: numa área urbana como Leiria, que continua a crescer e onde a pressão demográfica tem aumentado, como todos sabemos, esta poderia ser uma excelente oportunidade para reforçar e não para reduzir a resposta pública da educação pré-escolar. Em vez de concentrar toda a oferta num único estabelecimento, porque não aproveitar para aumentar a capacidade instalada e manter respostas de proximidade que sirvam as famílias? E há também uma dimensão de equidade. Não esqueçamos que a rede pública é uma rede de proximidade, com especial importância para as famílias com mais vulnerabilidade e também com menores recursos económicos. E depois há ainda o efeito concreto nestas famílias que é, vão existir irmãos a frequentar duas escolas diferentes. Depois, haverá mais tempo das deslocações. Nós sabemos que as escolas até podem ser de proximidade, mas em hora de ponta, este tempo é crucial para as famílias e também na organização do próprio dia a dia das famílias. Por isso, o nosso apelo é simples e queremos clareza. Queremos clareza, queremos que sejam explicados os fundamentos pedagógicos e técnicos desta decisão. Queremos que as famílias sejam escutadas e queremos que seja ponderada uma solução de transição ou até de continuidade desta resposta na escola Guimararota, caso seja esta opção que melhor serve as crianças e a comunidade. O superior interesse da criança, como referiu a senhora vereadora Anabela Graça no Diário de Leiria, nós



também concordamos com o superior interesse da criança, mas esse interesse tem de ser demonstrado com proximidade, diálogo, friso a palavra diálogo, e também visão estratégica para o futuro. Afinal, para que servem as nossas associações de pais que, quando existem tomadas de decisões importantes, não são ouvidas e não existe diálogo. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – CHEGA:

Transcrição:

“Pereira de Melo, partido CHEGA.

Boa noite. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes real e virtualmente,

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria e excelentíssima senhora vereadora da educação venho inquirir qual o motivo da atribuição da escola EB1/JI de S. Romão ao agrupamento de escolas D. Dinis em vez de ser ao do agrupamento de escolas Dr. Correia Mateus, desrespeitando deste modo a Carta Educativa de Leiria e a abrangência territorial?

A Carta Educativa de Leiria define que a organização da rede deve respeitar a coerência geográfica e a continuidade territorial, assegurando que cada escola se integra no território educativo que lhe corresponde, de forma a garantir estabilidade às crianças e às famílias;

Deste modo não parece coerente com esta carta educativa que, a integração se tenha realizado na escola dom Dinis e não na escola Correia Mateus, a não ser que existam outros motivos objetivos que tenham determinado tal decisão. Motivos esses que gostaríamos de conhecer. Lamentamos que as associações de pais e os conselhos educativos sejam novamente ignorados e a sua vontade (deles) pura e simplesmente passa-se por cima. Pedia deste modo que me dessem uma resposta a esta pergunta, senhor Presidente da Câmara.”

Intervenção da senhora deputada Hélia Bordalo - PS:

Transcrição:

“Boa noite.

Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores

Digníssimos Deputados Municipais e Presidentes de Junta

Caros concidadãos, aqui presentes e a quem nos assiste em casa

Hélia Bordalo, Partido Socialista.

Realizaram-se a 2 e 8 de junho, respetivamente, as Assembleias de Jovens e Pequenos Deputados.



Esta iniciativa de parceria entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, através do pelouro e dos serviços de Educação, reveste-se de especial importância, justamente, devido ao público-alvo - as crianças e os jovens.

Não só estes momentos, e o que implica a preparação dos mesmos, por parte dos alunos, são relevantes para os estudantes aqui e agora – porque trabalham matérias, exploram conceitos, aprendem as formalidades, regras e protocolos de determinados momentos e espaços; como poderão ser importantes sementes semeadas para que, enquanto adultos que vão ser, possam ser cidadãos presentes, ativos civicamente e participativos, em prol do bem comum. Reivindicativos dos seus direitos e conscientes dos seus deveres. Críticos e colaboradores na busca de soluções.

Estas Assembleias de Crianças e Jovens não são e não devem ser encaradas como um exercício encenado, ou uma simulação. Devem ter consequência que não somente a imediata, para que as crianças e jovens sintam que realmente a sua participação é tida em conta.

Saudamos, pois, a iniciativa, bem como todos os envolvidos na sua organização e realização – da Mesa desta Assembleia, ao Pelouro da Educação, aos Serviços Educativos da Câmara Municipal, a quem acompanhou e preparou os alunos para estas sessões, aos encarregados de educação e, essencialmente às crianças e jovens que se envolveram nos seus projetos e propostas.

Obrigada.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhora deputada.

Eu peço desculpa, mas atendendo que é uma intervenção que me toca de alguma forma, permitam-me aqui fazer apenas um ligeiro comentário. Tirei aqui algumas notas.

É realmente uma parceria entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, através do pelouro da educação e na qual tive, de facto, alguma intervenção. É uma iniciativa, de facto, de grande valor, esta com os jovens alunos das escolas do secundário e com os pequenos alunos do primeiro ciclo porque lhes começa a dar uma noção de intervenção cívica, para além do reforço da ideia de poderem discutir ideias em Assembleia. A Assembleia Municipal é reproduzida no momento final do trabalho dos alunos, e é uma parceira ativa! E, como tal, propus falar com docentes e com alunos em que depois fui acompanhado também pela senhora Secretária e também por pelos serviços da câmara. Para além do tema alargado que havia este ano, achava que, de facto, havia 3 pilares que os alunos podiam vir a trabalhar com os docentes: um era saber ganhar vez para ter voz, que é o que se passa aqui; que os ganhos... há mais ganhos com propostas que



tenham uma noção de bem comum, uma noção que seja muito elementar, porque se fossemos discutir aqui o bem comum, estaríamos toda a noite a discutir mas, portanto, essa noção de propostas alargadas e não individualizadas; para além de se aperceberem de que é necessário assegurar os direitos de cidadania, havendo uma outra face da moeda, que são os deveres cívicos. Portanto, esta conjugação era aquilo que se pretendia nessas conversas. É um processo muito estimulante e em melhoria contínua, em melhoria permanente. E também já troquei algumas impressões com a senhora vereadora para fazer aqui um balanço avaliativo do que se passou este ano, que foi muito bom, e eventualmente até puxar ainda mais a espontaneidade das crianças, eventualmente termos uma conversa antes do início do ano letivo, tendo em vista os planos de atividade anuais que as escolas depois deverão desenvolver. Portanto, senhora deputada, agradeço que tenha assinalado isto mesmo na sua intervenção, porque é nos jovens, com a sua criatividade e a sua racionalidade, que está de facto o nosso futuro. Parece uma frase feita, mas é verdade.

Desculpem-me ter feito esta intervenção aqui e passo desde já a palavra ao senhor deputado seguinte, que é o senhor Francisco Pedro. Senhor deputado Francisco Pedro.”

Intervenção do senhor deputado Francisco Pedro – PPD/PSD

Transcrição:

"Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Senhoras e Senhores Deputados.

A todos os leirienses que nos assistem aqui e em casa.

Eu começo por fazer a nossa intervenção, sobretudo para fazer uma referência ao passo dado pelo vereador Luís Lopes na última semana, com as novas alterações à rede mobilis. É, no nosso entender, um passo inicial que vemos com bons olhos. É digno de nota, mas consideramos que fica muito aquém das necessidades reais dos leirienses. É, no nosso entender, necessário irmos mais longe se queremos realmente oferecer soluções de mobilidade e até o pacote "Leiria + Próxima", que foi apresentado pelo PSD e com a JSD, e aprovado na última Assembleia Municipal, até consideramos dar o mote nesse sentido. Sobretudo deixar a reflexão de que é importante não cairmos na tentação de apresentarmos grandes projetos, reformar a rede mobilis quando, na prática, não passará de um pequeno ajustamento. Depois também passar a um tema que também nos é muito importante, ficámos a conhecer este mês que o indeferimento da passagem da fundação da escola profissional Leiria a estatuto da fundação de direito privado está em vias de ser concluído e, com isso, também ficámos a conhecer o virar de posição da



Câmara Municipal que voltaram atrás na decisão definitiva de vender o alvará da escola municipal Leiria, cujo direito ao veto até foi votado nesta Assembleia Municipal.

É notório, devemos dizê-lo, entendíamos no PSD, como entendemos agora, que salvar o ensino profissional e um ativo com a escola, tão estratégico para o nosso concelho, não deveria passar por uma estratégia de pressão política feito pela Câmara para esconder a falta de visão que sempre teve para o ensino profissional em Leiria. Deveria sim passar, como também mostrámos, por um plano de sustentabilidade financeiro que oferecesse uma maior robustez às contas da escola profissional e também acompanhado com uma mudança do regime societário, que permitisse repor o financiamento a 100%.

Ora também ficámos a conhecer esta semana pela comunicação social, que a posição da vereadora Anabela Graça é de que agora sim, agora sim estamos em condições de juntar os requisitos, cumprir os critérios para que consigamos desistir da venda do alvará da escola e que estamos em condições de iniciar a mudança de estatutos. Ora, senhoras e senhores deputados, devemos então perguntar, mas não estávamos em condições de caminhar nesse sentido quando foi iniciado há muitos anos o processo, até já por múltiplas vezes? O que é que mudou? Porque é que agora vamos conseguir fazer aprovar uma candidatura ou se temos uma estratégia diferente? No PSD, e devo dizê-lo, senhor deputado, senhoras e senhores deputados, pediram-nos, na Assembleia Municipal de dezembro passado, para repor os 15% do financiamento. Defendendo, de novo, é preciso dizê-lo, a irregularidade em que estávamos colocados.

Achámos que essa nunca foi uma solução estabilizadora e estruturante que resolvesse o problema. Até devo dizê-lo, num tom jocoso e provocador, pediram-nos para que encetássemos esforços junto do governo para solucionar o problema. Ora, hoje, a todos os leirienses devemos dizê-lo que, pelo trabalho dos deputados da Assembleia da República do PSD local e dos órgãos autárquicos, a decisão do Governo veio e veio indeferida por estar mal instruída por parte da Câmara Municipal de Leiria. O Governo até fez aprovar em Leiria um reforço de 33 milhões de euros dos contratos-programa do ensino profissional a todas as instituições do país, demonstrando a valorização estratégica e de longo prazo que têm para a formação profissional, algo que não foi feito pela Câmara Municipal.

Senhoras e senhores deputados, senhor Presidente, senhora vereadora, é altura mesmo de perguntarmos: o executivo municipal obrigou esta Assembleia Municipal a vetar o direito ao veto da venda da EPL. Ora, se não fosse o infortúnio da tempestade que nos assolou todos, a adiar à hasta pública já marcada, conseguiria hoje dizer aos leirienses que teria decidido erradamente porque afinal havia uma solução? Conseguiria dizer isso aos alunos, à comunidade escolar, ao pessoal docente e não docente? O que mudou para



a escola ter agora uma robustez financeira que na altura era o motivo principal para a venda apressada da escola? Foi o reforço do governo que tanto nos pediram em tom de gozo? Foi o plano de sustentabilidade financeira recomendado pelo PSD em reunião de Câmara e chumbado? Agora que a Câmara, depois da inércia, demonstrou um interesse em valorizar o ensino profissional em Leiria, quais são, senhora vereadora, os próximos passos para que daqui a um ano não estarmos na mesma situação?

Senhor presidente, em jeito de conclusão, a verdade para o PSD é que a situação na escola foi descuidada desde o primeiro momento, desde a primeira hora, em 2023, quando se soube do corte da verba de 15% proveniente do orçamento de Estado. Aliás, o silêncio em torno desta questão foi defendido nesta casa pela bancada do PS. E hoje podemos dizer aos leirienses que se não existe uma venda da escola profissional de Leiria e se hoje temos uma solução à vista, muito se deve também ao trabalho do PSD, e estaremos aqui disponíveis para continuar o trabalho conjuntamente como fizemos desde a primeira hora.

Até termino com uma frase que disse na intervenção anterior sobre este ponto: a importância e a estratégia da escola profissional de Leiria para os nossos alunos, jovens leirienses, para o tecido empresarial da região e para o futuro de Leiria, sempre foi demasiado elevado para tratarmos esta questão num jogo de pressões com o Governo ou com a oposição.

E é preciso ser dito, nós nunca quisemos, senhor Presidente, fazer desta questão um braço de ferro político. Devemos congratular até mudarem a posição, mas devem explicar aos leirienses porque é que a tiveram num primeiro lugar, sob pena de, e se não fosse o infortúnio da tempestade que nos assolou a todos, talvez hoje estivéssemos aqui a pedir desculpa aos leirienses e à escola profissional de Leiria. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Ana Amaral Gomes – PPD/PSD

Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, permitam-me que nas suas pessoas cumprimente todos os presentes.

Cumprimento ainda quem nos acompanha digitalmente.

Na passada sessão desta Assembleia Municipal de 27 de abril de 2026, aqui a bancada do PSD manifestou uma preocupação, que hoje ainda manifesta: os incêndios.

É um tema que deve preocupar os leirienses, não só porque o verão está aí, mas porque, pelo infortúnio da tempestade, ficámos com grande parte do nosso território obstruído e destruído.



Estamos cientes de que a responsabilidade que recai sobre a Câmara Municipal é gigantesca, mas esta Assembleia e os Leirienses precisam de respostas claras por parte do executivo camarário.

Assim, o grupo municipal do PSD vem novamente e expressamente solicitar os seguintes esclarecimentos:

- 1 - Quantos proprietários comunicaram à Autarquia a sua intenção de efetuar a limpeza dos seus imóveis?*
- 2 - Quantos contratos para gestão florestal já foram celebrados?*
- 3 - Onde se localizam os parques de armazenamento do material lenhoso recolhido?*
- 4 - Das operações a executar, e em especial, realço o em especial, a limpeza da floresta e desobstrução das vias e dos acessos, que percentagem se encontra já feita e em que freguesias?*
- 5 - Como está a ser feita a transferência de recursos ou a coordenação com as freguesias para garantir que nenhuma zona fica esquecida?*
- 6 - Que medidas a Câmara Municipal está a desenvolver para ultrapassar a dificuldade, que bem sabemos existir, mas que não pode ser desculpa, de falta de recursos humanos e materiais para executar as operações que estão previstas?*

Por último, mas não menos importante:

O concelho de Leiria, é um facto, foi gravemente afetado pela tempestade.

Mas também é um facto que, para fazer face aos prejuízos, a Câmara Municipal já tem ao seu dispor, e em tempo record, cerca de €55 milhões de euros, que vou dividir desta forma:

€13,2 milhões de euros para as OIGP, vindos do Fundo Ambiental;

€11,2 milhões de euros do Fundo de Emergência Municipal;

€6,5 milhões de indemnização dos seguros;

€21,2 mil que constam do relatório que a Câmara nos apresentou como receitas afetas à tempestade;

€25 milhões de euros do célebre empréstimo que foi contraído, julgamos nós, que já está em condições de ser utilizado.

Ou seja, temos dinheiro. Precisamos de ação rápida, clara e transparente.

Senhor Presidente, gerir uma crise desta dimensão exige eficácia, é um facto, mas exige também total abertura, pelo que a bancada do PSD apela ao executivo que publicite um relatório periódico e transparente das ações planeadas e executadas e a executar, e o respetivo encargo financeiro para recuperação de Leiria neste tema dos incêndios. Os leirienses precisam de perceber e esta Assembleia também.

Obrigada.”



Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS

Transcrição:

"Obrigada, senhor presidente.

Marta Violante, Partido Socialista.

Eu venho responder à deputada Patrícia Brites acerca da contestação da saída do pré-escolar da escola da Guimarota.

E, primeiro que tudo, é preciso explicar que a criação da valência do pré-escolar na EB1 da Guimarota sempre foi de natureza transitória e conjuntural, desde o início. Por outro lado, falou de questões de segurança e de qualidade. Com certeza que em qualquer dos estabelecimentos, a segurança das crianças está absolutamente garantida, não é? A estabilidade. Mantém-se, não é? Porque quem vai acompanhar estas 10 crianças que saem daquela escola é a mesma educadora e as crianças vão juntas. Por outro lado, acerca da surpresa que foi a decisão e compreender desde já o sentimento dos pais, das famílias, entendo, porque também sou mãe e qualquer mudança na vida de crianças tão pequenas como referiu, e até nas mais crescidas nos causa aflição e angústia a nós pais, a nós famílias. Por outro lado, as crianças vão estar com outras crianças da mesma faixa etária e não só, e esta decisão já foi tomada há muito, não é? Estava inscrita na carta educativa, que foi pública e amplamente discutida. E, segundo sei, cada uma das famílias destas 10 crianças foi contactada pela coordenadora do estabelecimento. Portanto, da EB1 da Guimarota em abril, creio. Claro que se tivesse sido em setembro, havia todo um tempo mais alargado para se prepararem para a mudança. Em todo o caso, abril também não é junho e, portanto, há aqui algum tempo de adaptação, quer para as famílias, quer até para irem dizendo às crianças, preparando-as para esta transição. Justamente a ideia desta retribuição, digamos, foi garantir as melhores condições de qualidade. Aquela escola nova que as vai acolher tem, de certeza, muito mais condições para um projeto educativo mais amplo. Até, olhe, no que diz respeito aos espaços exteriores, não é? Que é tão importante as crianças poderem mexer-se e o espaço exterior é realmente importante nestas idades. Por outro lado, concordo, reforçar a resposta nesta altura tem sido necessário e Leiria tem conseguido dar resposta sem angústias, sem pânico. Tem conseguido responder a todas estas exigências e necessidades. E reforçar a resposta, sim, mas sem, lá está, pôr em causa a melhor das qualidades. Não estou a dizer que as que as crianças não as tenham agora atualmente, têm, mas se podem melhorar... vamos a isso! Além disso, acresce que com esta redistribuição, a CAF do primeiro ciclo que atualmente funciona fora das instalações da escola, poderá vir a funcionar ali, como acontece em todas as outras escolas da rede. Acreditamos que isto também é importante. Quanto à falta de familiaridade, de resposta, de proximidade. Isso é feito



pelas pessoas. As pessoas vão ser as mesmas, portanto, as crianças vão estar ao colo, na mesma. Por outro lado, também lhe posso garantir que eu trabalho numa escola justamente com 3 salas de pré-escolar e 4 de primeiro ciclo. Garanto-lhe que temos a maior das proximidades com todas as famílias e às vezes, não só a família restrita ou nuclear, como também alargada, porque lá está: a escola são as pessoas. Eu acredito muito nos profissionais que estão na escola, porque trabalho numa e sei como é e isso não vai ser perdido, assim os profissionais o exerçam.

Por outro lado, senhor deputado Pereira de Melo, quanto à sua preocupação. relativamente à escola de São Romão pertencer à D. Dinis ou à escola Correia Mateus. A organização da rede escolar é da responsabilidade do Estado Central e esta, em particular, já está definida há muito. Portanto, falar mais uma vez na carta educativa e já está definida desde 2007 quando, a equipa de coordenação de Leiria, da Direção Regional de Educação do Centro referiu justamente que esta escola, portanto, que era a da Guimarota pertencia à área de influência do Agrupamento de Escolas D. Dinis. E esta mesma equipa veio reiterar isto, em 2010. Por outro lado, não consigo entender porque é que vê como uma preocupação a estabilidade das crianças, sendo que o agrupamento D. Dinis garante que a escola EB 2/3 D. Dinis até vai poder receber esta comunidade educativa e estudantil quando eles transitarem de ciclos, não é assim? Portanto, falho em perceber aqui a grande preocupação quanto a ser de um agrupamento de escolas ou de outro. Não sei.

Obrigada."

Intervenção da senhora deputada Catarina Louro – PS

Transcrição:

"Muito obrigada, senhor Presidente.

Boa noite, novamente.

Senhor deputado Francisco Pedro, a sua intervenção está cheia de equívocos e tem objetivamente o propósito de ser enganadora, mas efetivamente nós sabemos e eu posso dizer que os 15% de que nós, Partido Socialista e executivo, pediu, de facto, várias vezes ao Governo, era só uma questão de justiça, porque se a escola for privada, tem direito a esses 15%. Eu bem sei que o PSD gosta mais dos privados do que dos públicos. Isso toda a gente aqui já sabe! Mas a verdade é que só não tem esses 15% de financiamento porque é uma entidade com maioria aparentemente pública, tem o Politécnico de Leiria e tem a Câmara de Leiria. E, logo à partida, isso é completamente enganador.

E depois dizer ou falar em provocações que o PSD foi provocado ou que, até utilizou até a expressão "de gozo" para intercederem junto do Governo, eu própria fiz isso junto do



deputado Ricardo Carvalho, porque eu acho que quando existe um tema ou um assunto, uma problemática de interesse superior para o nosso concelho, realmente os partidos se devem juntar. Mas, pelos vistos, essa perspetiva é só do Partido Socialista e é lamentável porque eu acho que Leiria, normalmente, pelo menos independentemente das cadeiras onde nos sentamos, devia de estar em primeiro lugar.

E, também dar outra nota sobre este assunto, é que quem também andou a provocar e a dizer que tinha influência sobre o Governo e queria resolver tudo ao contrário deste executivo, foi a vossa antiga vereadora do PSD que teve várias reuniões na escola com professores e com professoras e que até à data não conseguiu cumprir o que prometeu. Nós temos de ser realmente muito sérios e quando devíamos acusar os outros, temos que perceber o que é que nós próprios também temos feito.

E depois falar de um tema sério que também já o PSD também trouxe aqui que tem a ver com a questão da floresta e dos incêndios, mas acima de tudo, daquilo que foi a tempestade Kristin, porque domingo perfazem 5 meses, e importa, de facto, fazer um balanço responsável e sobretudo justo, e por isso a primeira palavra é de reconhecimento ao executivo municipal, mas também e muito especialmente aos serviços da Câmara Municipal, aos trabalhadores municipais que têm enfrentado uma das maiores operações de que há memória no nosso concelho. Nós sabemos e já falámos aqui que a resposta à emergência foi muito difícil, mas tem sido igualmente difícil a resposta ao processo de recuperação. Um processo muito administrativo, financeiramente e socialmente também difícil para as pessoas que têm enfrentado. E esse trabalho também é muitas vezes invisível, mas deve ser destacado, porque a análise de milhares de candidaturas às habitações exigiu e continua a exigir um esforço absolutamente extraordinário destes serviços e isto tem que ser reconhecido. E os números falam por si, apesar de também haver a tentativa de misturar o que nem sequer devia de ser comparável, nós sabemos que Leiria teve 10.806 candidaturas e isto significa que 30% das candidaturas apresentadas em todo o país foram no nosso concelho. E, portanto, tem sido a velocidade que os serviços municipais têm premido neste trabalho é, de facto, de louvar. Isto porque não é chegar uma fotografia, como também já falámos aqui, os processos individuais exigem imensa documentação, imensas verificações, muitas vezes contactos recorrentes com os requerentes. Várias solicitações, até por causa das alterações que os formulários tiveram e, portanto, também por consequência, várias validações e, portanto, têm sido processos muito difíceis. E, portanto, temos que valorizar, por um lado, o trabalho do município e, por outro, também sermos justos ao dizer que, apesar desta velocidade e deste esforço enorme de mais de 6.000 processos já completamente validados e entregues na CCDR,



cerca de 15% continuam por pagar. E, portanto, não basta aprovar as candidaturas, precisamos efetivamente de continuar a fazer chegar o dinheiro às pessoas.

Depois, há aqui essa tal questão conexa que é de uma grande preocupação também da nossa parte, tem a ver com a limpeza dos terrenos florestais. Nós sabemos que estamos numa zona, infelizmente, com bastantes riscos nesta área e, portanto, preocupa-nos o facto também de o Governo não ter aprendido a gerir expetativas, porque voltou a dizer que bastava uma fotografia. São boas medidas, as medidas do apoio., mas têm sido comunicadas de uma má forma. E, portanto, para também explicar que esta fotografia, na verdade, vai-se traduzir na verificação da localização, nos limites das parcelas, na verificação da legitimidade dos requerentes, depois na conformidade dos trabalhos realizados. Quer dizer, estamos a falar da simplificação administrativa, que desejamos, mas a verdade é que o requerimento técnico e a responsabilidade sobre esse erário público não pode deixar de ser considerado. E, portanto, esta problemática, a cada hora que passa torna-se cada vez mais preocupante, e também o Partido Socialista se junta à preocupação séria e justa desta questão. Depois, por outro lado, relativamente ao esforço financeiro do município para fazer face a todas estas questões, ouve-se nos corredores da maledicência - onde nenhum de nós está - que os números são diferentes, seja aqui, seja ali, mas quem conhece a gestão pública sabe... aliás, quem conhece a nossa gestão da casa sabe que há nomes diferentes para situações, para realidades diferentes e, portanto, quando nós falamos, podemos estar a falar de adjudicações, de compromissos, de despesa paga. E, portanto, sei que esta narrativa não é inocente, mas não é verdadeira e por isso tínhamos que fazer esta chamada de atenção aqui. Tenta-se apresentar as contas de uma forma também enganadora. E o que importa e na verdade incomoda, é que o município tem capacidade para responder. Tem recursos financeiros para responder. Tem contas equilibradas. E isso é graças ao seu trabalho dos últimos anos e por isso, deixar uma nota que achamos muito mais útil para Leiria e para os leirienses discutir aquilo que ainda falta fazer do que estar a alimentar dúvidas, a tentar mais uma vez criar caos, colocar-nos uns contra os outros, quando sabemos que, na verdade, estes processos decorrem com fiscalização, com prestação de contas e, naturalmente, sob os mecanismos próprios legais. E, portanto, da nossa parte, continuaremos a reconhecer o trabalho, o esforço de cada trabalhador e trabalhadora do município que tem feito o que pode e muitas vezes o que pensaria que não conseguiria, para dar as respostas às famílias.

Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Francisco Pedro – PPD/PSD

Transcrição:



"Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e senhores deputados,

Apenas para responder sobre o tema da escola profissional de Leiria à senhora deputada Catarina Louro. A mim tocou-me bastante a parte de ser uma intervenção enganadora porque, devo discordar, e é isso que eu venho aqui fazer, não é? Porque nós apenas elencamos todos os pontos desde o início deste processo e daquilo que nós discutimos na Assembleia Municipal acerca da escola profissional de Leiria. Até porque, continua a vir dizer, e isso sim é enganador, continua a bater no argumento de que somos nós que não queremos repor os 15%. Oh senhora deputada, a senhora deputada é deputada na Assembleia da República, sabe tão bem ou melhor do que eu que isso seria continuar a incumprir as diretivas da União Europeia. E agora pergunto-lhe, então, se nós queríamos mudar para a Fundação de Direito Privado, porque é que a candidatura veio indeferida ou vai vir indeferida? Onde é que o município de Leiria falhou? Porque é que nós não conseguimos explicar isso aos leirenses? E também dizer que aqui ninguém vai acusar ninguém. Nós próprios dissemos, desde a primeira hora, que não queremos fazer desta questão uma questão política, uma questão de braço de ferro político. Estivemos aqui desde a primeira hora com soluções, mal soubemos esta questão que foi mal guardada pela Câmara Municipal, porque assim, a partir do momento em que se viu em problemas e tivemos que aprovar - a bancada do Partido Socialista - a venda do alvará da Escola Profissional Leiria, nós aí, a partir desse momento, quer nós deputados na Assembleia da República, quer no executivo camarário, quer aqui na Assembleia Municipal, encetámos todos os esforços para resolver esta questão. Ora, aqui ninguém acusou ninguém. Elencámos apenas os pontos desde o início deste processo e fica também por responder: então, qual é que é a próxima estratégia para vermos resolvida esta questão? Porque senão daqui a um ano estaremos todos aqui na mesma situação a votar, talvez, havendo outra vez por parte da Câmara Municipal, da escola Profissional Leiria. E até porque também devo dizer que a senhora deputada não soube responder à questão que nos levou à venda do alvará da Escola Profissional Leiria. Porque é que então nós agora temos uma situação financeira robusta? Porque é que agora nós conseguimos avançar para a mudança dos estatutos que há 6 meses nós não conseguimos ou há 7 meses não conseguimos? E então perdemos tempo! É isso que nós devemos dizer aos leirenses: que perdemos tempo, que pedimos desculpa, e que então agora teremos uma estratégia que certamente o PS vai apresentar para a Escola Profissional de Leiria e para o ensino profissional em Leiria.



Também só dar uma nota sobre a intervenção relativa à proteção da floresta no nosso concelho. Apenas dizer que nós acompanhamos naturalmente o esforço que é feito pelo município para responder a todas as candidaturas, mas podemos também ver o esforço que foi feito por municípios aqui ao lado e que até conseguiram acabar muito mais cedo do que nós. Mas, naturalmente, acompanhamos o esforço. E até dizer que a própria justificação das contas foi enganadora da parte da senhora deputada, porque nós viemos aqui apresentar alguns números que queremos ver explicados, apenas isso, e a senhora vereadora entrou por algumas explicações dúbias e vagas. Apenas dar esta nota.

Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – CHEGA

Transcrição:

Pereira de Melo, partido CHEGA.

Não vou voltar a cumprimentar, já cumprimentei, mas venho falar sobre um assunto que esta Assembleia ainda não referiu.

Foi o facto de o Politécnico de Leiria ter passado a Universidade. Devíamos todos congratularmos por esse feito. Eu sei que esse feito me custou muitas inimizades no passado. Eu vou explicar porquê: porque, eu quando vim para Leiria, tentaram-me impor os professores. Tentaram-me dizer meta este, meta aquele, meta o outro. Eu tive que dizer à pessoa eu vim para aqui para fazer uma instituição e não para fazer amigos. O facto é que eu obriguei os professores, para progredirem, a ter graus académicos, porque eu tinha o poder de promover a professor coordenador o próprio guarda-noturno, a lei dava-me isso, esse poder. Não usei, estou contente de não o ter feito. Arranjei inimigos porque havia pessoas que achavam que tinham o direito de ser promovidas, mas não tinham qualidade. O facto, a equipa que eu deixei, foi uma equipa que provou que é capaz, que conseguiu levar o Politécnico ao nível de ser a primeira (não, o primeiro é do Porto, vai um bocadinho a reboque) Universidade vinda de um Politécnico e o que eu desejo é que realmente se continue nesse sentido, e que a gente possa dizer que realmente vencemos, que a Universidade de Leiria e do Oeste vai engrandecer Leiria. Eu devo confessar que não estava tão otimista com o que se passou. Felizmente, que se passou dessa maneira, e está de parabéns a equipa de que está no Politécnico e que agora vai passar a Universidade. Espero que continuem no bom caminho e que Leiria continue a beneficiar do Politécnico.

Tenho dito.

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor deputado.



Já tomámos aqui posição acerca da passagem a universidade do politécnico. De qualquer maneira, todos nos congratulamos. Seguramente a senhora deputada Catarina Louro quer intervir.

De qualquer maneira, posso dizer pessoalmente que o seu trabalho, do senhor deputado, no Politécnico deixou marcas que eu conheci pessoalmente. Portanto, porque trabalhei lá também na altura e, de facto, deve-se a muita gente, à atual direção, às anteriores direções, mas também a muita gente e também às forças vivas da região esta passagem a universidade.

Senhor Secretário, o senhor 1.º Secretário, quer intervir acerca disto."

Intervenção do senhor 1.º Secretário da Assembleia Municipal

Transcrição:

"José Alves, do Partido Socialista.

O PS, como o senhor deputado Pereira de Melo sabe, há 30 ou 40 anos, apresentou a proposta a passagem da universidade. O senhor deputado, nessa altura, penso eu, não quero errar, votou contra. Como votou contra, o PSD nesse tempo, porque achavam que era melhor, eu já disse isso na CIMRL, ter um Politécnico de primeira do que uma Universidade de segunda. Portanto, era melhor ser o líder da segunda divisão do que o último da primeira divisão. Este foi o argumento essencialmente que o PSD na altura utilizou e o senhor deputado integrava ao grupo do PSD. Eu reconheço aquilo que disse, e já nos conhecemos há imenso tempo, reconheço tudo o que disse. Só quero dizer que o PS, muito antes disto acontecer, já lá estava e tem acompanhado ao longo destes anos todo este processo. Conseguiu-se agora, o governo é outro, eu lembro-me, por exemplo, de ter ido reunir com o Ministro da Educação e disse ele que não se podia passar a Universidade em Leiria pela simples razão que não tínhamos 1 milhão de habitantes. Eu até lhe perguntei onde é que estava o milhão de habitantes em Guimarães, em Braga, no Algarve, na Madeira, enfim, de todo o lado, até em Lisboa, onde é que estava esse milhão de habitantes, distribuído por cada uma das universidades? É claro que não havia, mas em Leiria não sei porquê aplica-se sempre a regra da racionalidade, tudo o que é racional vem para Leiria, tudo o que é de interesse para as comunidades vai para outros lados. Leiria é sempre, de facto, prejudicada e preterida regularmente. Eu desta vez congratulo-me. Já o disse também na CIMRL, congratulo-me com a passagem, eu e o PS, congratulamo-nos com a passagem a universidade. Fazemos questão de pugnar pela manutenção dos contratos de trabalho, enfim, para que não haja prejuízo para os trabalhadores, para os colaboradores do IPL quanto a esta modificação. Mas quanto à passagem à universidade, já lá vimos desde trás, acompanhamos até agora e congratulamo-nos por isso. Vamos continuar a acompanhar e esperar que os senhores



deputados também façam o mesmo no sentido de ninguém sair prejudicado desta alteração que reputamos de positiva.”

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – CHEGA

Transcrição:

"Pereira de Melo. Venho salientar..."

(O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que fosse muito breve).

"... que o facto de o Politécnico ter passado da universidade se deve à qualidade do Politécnico, não é a atenção da Câmara Municipal ou nós votarmos. O Governo utilizou um conjunto de normas que o Politécnico conseguiu cumprir, e cumprir graças à sua direção e ao seu funcionamento. No passado, não tínhamos atingido esse estado. Razão porque eu tinha sugerido que o Politécnico se mantivesse e se criasse uma universidade. Neste momento, temos uma universidade, mas com uma escola politécnica integrada. Portanto, não é meramente universidade, porque haverá uma escola politécnica que vai continuar com muitos dos docentes que não têm qualidade para passar a universidade. Isso terá que ser esclarecido.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Obrigado.

Com certeza outros centros que não terão capacidade, eventualmente académica, capacitação académica e não qualidade. Com certeza foi um lapso.

Há uma alguma intervenção? Não há? Se não há intervenções, eu passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara se quer comentar algumas das intervenções feitas, se faz favor.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito boa noite.

Queria cumprimentar o senhor Presidente e nele toda a Mesa.

Cumprimentava também todos os deputados e as pessoas que estão a assistir aqui no público e em casa e naturalmente tentar responder a algumas das questões e intervenções que foram aqui levantadas, mas no essencial, parece que este período antes da ordem do dia se centra muito nas questões da educação e nas questões do projeto "Reerguer Leiria" e daquilo que é o prestar de contas sobre as mais diversas dinâmicas, seja habitação, seja a parte da floresta, resíduos, obras municipais, receitas, despesas. Terei aqui oportunidade de apresentar um pequeno apontamento sobre este assunto e dizer que, em todas as assembleias, não sei se a Senhora deputada Ana veio ou não à última, apresentamos sempre o ponto de situação. Não há nada a esconder



sobre essa matéria. Esta coisa de estar sempre a insistir de que é necessária transparência, é preciso é ler os documentos. E acertar nas contas, sobretudo quando há um deputado que já, por quem e já disse aqui várias vezes, tem talento, mas a arrogância e o tom de gozo nunca foi usado por nós, ao contrário daquilo que eu já assisti aqui. Algumas vezes, nomeadamente a maneira como tem falado, e sobretudo comparar aquilo que não é comparável. Porque as candidaturas que nós estamos a analisar em Leiria de habitação não é comparável a nenhum concelho do país. Isso é que era importante dizer, nós temos quase 11.000 candidaturas, enquanto que o concelho vizinho (devia estar a falar de Ourém, possivelmente, que já tem as candidaturas praticamente analisadas) tem 26% daquilo que nós temos. E nós já analisámos 6.000. E, portanto, acho que é importante também, quando se fala aqui no termo do gozo, que nós gozamos, o tom de gozão, é importante também, no que diz respeito às contas, porque não é só pedir transparência em quem apresenta as contas. É importante quem faz oposição que dê números exatos e corretos. Foi aquilo que a senhora deputada Ana não fez. E por isso tenho oportunidade de agora de esclarecer. Nós não recebemos o dinheiro que a senhora deputada estava a dizer. Tanto mais que AOIGP nem a candidatura foi aprovada ainda. Ainda não recebemos o dinheiro e já estamos a gastar. Aliás, como temos estado a gastar sempre, desde o início, como tenho dito. Mas se o PSD está satisfeito com promessas, eu não estou satisfeito com promessas. O dinheiro bancário, da conta, do empréstimo bancário, ainda não chegou. E também, se visse com atenção, se tivesse visto com atenção, sabe que o empréstimo é faseado. Nós não vamos receber aquele dinheiro todo logo de início, vamos recebê-lo por fases. Tem que ler os documentos antes de vir cá apresentar a dizer o que é que estão a fazer ao dinheiro, ao tanto dinheiro que receberam. A questão é que estar a assentar a intervenção em questões que não são verdadeiras não estão a participar na transparência do processo. Estão a criar ruído no processo. Isso é que é importante também, que haja responsabilidade e também estarei cá eu para vos exigir essa responsabilidade, porque não é só a oposição que exige transparência. Eu também exijo qualidade nas intervenções e rigor. E rigor.

Mas só fazer aqui uma breve apresentação, uma vez que a parte depois da educação a Dr.^a Anabela Graça irá fazer a explicação e depois eu poderei dizer mais algumas coisas, sobretudo da Escola Profissional de Leiria relativamente ao indeferimento de uma candidatura. Eu não conheço, a vereadora também não conhece. Talvez o senhor deputado saiba coisas que a câmara não saiba, nem a escola profissional. Mas se sabe, que diga quem é que lhe disse e aonde é que lhe disse. Porque indeferimento de candidaturas, eu não tenho conhecimento. A não ser que tenha algum conhecimento



especial e lateral, porque não conheço que indeferimento de candidatura está a falar. É importante que esclareça. Exigimos mesmo este esclarecimento, onde é que está esse indeferimento e qual foi a candidatura e quanto montante é que a gente pediu, e quando é que veio o indeferimento, e quem é que o mandou, se foi o Ministério... a gente tem obrigação também de exigir à oposição que nos esclareça e que nos mostre onde é que está esse inferno, a não ser que já o tenha recebido primeiro do que nós.

Portanto, nós estamos a passar um período, como sabem, nós entre assembleias apresentamos um relatório. Na próxima reunião de câmara vamos apresentar um relatório mais completo. Aqui é só uma apresentação que depois virá também para conhecimento da Assembleia Municipal. Isso foi uma decisão tomada no âmbito daquilo que é também as propostas, as recomendações da oposição também, mas também o nosso princípio que é criar dentro da câmara um sistema de monitorização e de informação sobre aquilo que é o trabalho realizado no âmbito da tempestade Kristin e, sobretudo, naquilo que é as ações e os investimentos e as despesas realizadas. Mas nós depois de todas estas fases que passámos, sendo a primeira fase de emergência que foi aquela dos primeiros dias que depois passou para uma fase de reconstrução imediata para voltarmos à normalidade, onde passou muito pelo desimpedimento de vias, reabertura de escolas e reposição daquilo que era possível. Nós passámos agora para uma fase onde estamos a intervir já no território, na sua melhoria. No entanto, há tarefas associadas a transformações mais profundas, nomeadamente no parque escolar, onde precisamos de fazer obras de vulto, nomeadamente nas escolas do segundo e terceiro ciclo. Essas estamos, naturalmente, a fazer os projetos para depois concretizar as obras, donde algumas delas, como sabem, até pedimos empréstimo bancário para o fazer, uma vez que não está garantido o seu financiamento. Mas há uma área que neste momento nos preocupa, é a área da floresta e concluir o processo das habitações.

No caso das habitações, como foi dito, nós recebemos 10.806 candidaturas. Isto representa mais de 25% das candidaturas recebidas toda em todo o país, em toda a zona centro. Portanto, somos o concelho aonde tem mais casas destruídas. E, por isso, onde temos de ter mais trabalho de análise. Nós temos a maioria dos nossos colaboradores da área do Departamento de Obras Municipais, hoje estão a fazer de peritagem, estão a fazer peritos quando não é a função deles, mas é assim que temos que fazer porque também muitos dos engenheiros e arquitetos que tinham sido anunciados pelo Governo, os célebres 700 membros disponíveis, eles estão disponíveis nos seus tempos livres e quando não têm trabalho particular. Mesmo assim fazem um esforço, nomeadamente aqueles a que chamamos dos nossos colaboradores mais intensos que têm tido um trabalho fantástico, nomeadamente 10 desses 700, que têm



vindo a fazer um trabalho muito importante connosco. Depois temos por analisar 4.511, nós temos uma média de 500 candidaturas analisadas por semana, o que significa que podemos estar a um prazo entre 1 a 2 meses para termos o processo concluído. E claro, sempre que se anuncia um fim de um processo, tenho que falar com a Câmara de Leiria. Pronto, podem falar com todas as câmaras existentes, as visadas. Até Lisboa, podem falar com a Câmara de Lisboa, que até há pouco tempo atrás não tinha alisado nenhuma. Também tinha tão poucas, nem sabia que as tinha lá. Mas se querem saber quando é que isto termina, têm que falar connosco. Porque foi aqui que aconteceu, aqui e na Marinha Grande. Podem dar exemplos de outros concelhos. Agora o prejuízo, o trabalho, aquilo que nos ocupa diariamente horas a fio, é efetivamente no concelho de Leiria e da Marinha Grande. Eu sei o que é que digo, por mais que se tente branquear. Nos outros também existe, mas o que existe nos outros é problema dos outros presidentes de câmara. Agora cá, eu sei bem o que é que sofremos diariamente para poder reerguer Leiria. Portanto, e comparar o que não é comparável, não é justo. Não pode ser aceitável na política. Isso sim, é gozar com quem trabalha. E irei sempre, sempre que sentir-me assim, vou apontar o meu sentimento de indignação. E, portanto, da parte da CCDR, houve uma evolução grande também. Eles no início estavam com algumas dificuldades a pagar e, portanto, analisaram as nossas candidaturas. Algumas ainda estão em análise. Dessas, 6.000 que já foram analisadas pela CCDR, pagaram 3.836, estão por pagar 643 e foram interferidas 1.538, o que comprova que esta situação de que é fácil receber o apoio porque bastava 1 fotografia ou 2 que o dinheiro aparecia na conta, se o fizéssemos, tínhamos 1500 casos para serem analisados. E então aí, já apareciam os senhores deputados da oposição a dizer: "Ai, porque é que vocês fizeram isso? Que falta de rigor!" Depois aparecia a Ana Leal. E outros atrás delas, a bater palminhas. E faziam vídeos no tiktok a dizer que é a desgraça e tudo desorganizado. É assim, a vida moderna é assim que se faz. A política moderna é esta. E, portanto, é mais lento. Agora vai ficar tudo bem? Possivelmente não vai ficar. Demos 50 telhas a toda a gente que merecia? Se calhar não. Mas no momento certo, estávamos lá para ajudar as pessoas e aqui estamos a fazer um esforço para ser rápidos e para ajudar as pessoas. É essa a nossa missão. Não é só dizer: "Ah, nós damos as condições todas para resolver o problema", pois, mas quem resolve o problema é quem está cá. Curioso, não é? É a verdade. Nós temos que ser nós todos, independentemente dos partidos, a olhar por nós, não tenham dúvidas disso. Independentemente da esquerda ou da direita, porque no futuro não vai haver esquerda nem direita. Vai haver os que acham que os robôs mandam nisto e aqueles que acham que devemos mandar nos robôs. Essa é a discussão do futuro.

Apoios à habitação



26 de abril, tínhamos então uma performance de 2.650 candidaturas e, portanto, em 2 meses recuperámos bastante. Já estamos com as tais 6.295, portanto quase que mais que duplicámos. E também a CCDR, também deu aqui um avanço bastante importante e, portanto, o dinheiro está a chegar às pessoas. Não é tanto como tinham pedido. Também há muitos indeferimentos, como é óbvio, mas o trabalho está num ritmo bastante bom. E estamos a falar de pessoas, praticamente há 5 meses, que só fazem isso. E, muitas delas, com casas estragadas também, dos nossos técnicos. É assim que é a nossa realidade.

Limpeza e obstrução dos caminhos florestais

Respondendo às questões da grande preocupação que os senhores deputados têm relativamente à floresta e aos incêndios, claro que sim, nós estamos preocupados com a floresta e com a problemática dos incêndios. E, portanto, a primeira tarefa é a desobstrução das dos caminhos florestais. Nós temos identificado cerca de 1.200km de rede viária e florestal. A mais importante. E estão limpas 915km, portanto, falta 281km. Este valor será, em princípio, no decorrer da próxima semana concluído. Mas as mais importantes, o trabalho já está feito. Trabalho conjunto das forças armadas, dos elementos de proteção civil municipal. Do ICNF, portanto, temos aqui a conjugação de esforços e, portanto, quando tivermos a candidatura, o contrato assinado com a Agência para o Clima e recebermos então o tal montante dos 13.000.000€, estamos em condições de contratar empresas para fazer limpeza da floresta. Dos privados. Porque a nossa floresta, aquela que é da câmara, que é pequenina, é a área pequenina, já está limpa. É um terreno que temos na Caranguejeira, é outro terreno que temos pontualmente em algumas zonas. Esses já estão e, portanto, agora, quando tivermos aprovada que já está, não é? Portanto, já está, quer dizer, não está assinada que o dinheiro ainda não chegou, mas já estamos a preparar essa etapa tanto mais que os parques de madeira já estão a ser preparados. E, portanto, há aqui um trabalho feito.

Relativamente às questões das freguesias que também aqui levantou. É importante ver para depois não dizer que não apresentam e que não é transparente, que convém analisar. E depois eu posso enviar por e-mail para que depois possam ir acompanhando reunião a reunião. Portanto, temos aqui uma relação com as freguesias. Agradeço aqui o trabalho gráfico de quem preparou porque permite perceber as dimensões e, portanto, está aqui de facto algumas freguesias que estão um bocadinho mais lentas do que outras, mas também a verdade é que há umas que têm muito mais área por limpar do que outras, não é? A título de exemplo, nós temos aqui freguesias como o Souto da Carpalhosa e Monte Redondo, aonde a área por quilómetro, de limpeza, é muito superior a outros. A própria Maceira também tem áreas significativas. E é esse trabalho que



estamos que estamos a concluir, com a ajuda também das juntas de freguesia que têm sido excecionais quer na parte da habitação, quer na parte da floresta porque os as candidaturas acima dos 5.000€ obrigam a visita à casa das pessoas. E quem nos tem ajudado também a acompanhar os nossos técnicos, os nossos peritos, têm sido as juntas de freguesia e as suas equipas, e que também estão a deixar de fazer as coisas que é a sua missão, o seu objetivo, para aquilo que foram eleitos, para nos estarem a dar suporte a essa tarefa do qual queremos rapidamente ver concluída para retomarmos também nós próprios a nossa vida normal.

Outra problemática que representa bem o peso da catástrofe no concelho de Leiria e que não há nenhum outro concelho que tenha esta dimensão, e é muito parecido com aquilo que aconteceu em Valência e em zonas de tempestades, que é a produção anormal de resíduos provocados por este tipo de catástrofes e, portanto, foram criados parques de resíduos nas freguesias, 36. 17 estão resolvidos. E o número de toneladas, estamos a falar quase de 7.000t de resíduos já recolhidos, o que representa um peso enorme, não só demonstrador daquilo que foi destruído porque muitos destes materiais são materiais associados a desperdícios de construções, telhas e... mas também perigosos, como é o caso do amianto ao qual tem que ter um tratamento próprio, aonde representa cerca de 301t. Portanto, também houve aqui uma tarefa muito árdua e responsável e cara, que é muitas das telhas de amianto que estavam nos anexos, nos galinheiros e em algumas casas já muito antigas que se estragaram, outras que se aproveitaram do acontecido ou em algumas empresas, também foram começando a ser despachadas nos nossos parques de resíduos e em outros sítios. E nós temos a obrigação ambiental de as recolher e este tratamento, como sabem, este é o tipo de tratamento que não tem tratamento. Este não pode ser reutilizado. E, portanto, tem um custo muito elevado. E, portanto, nestes meses de março a junho, a despesa total com a recolha encaminhamento de resíduos ficou em 7.5 milhões de euros. O que representa, de facto, um dos maiores crescimentos em termos de despesa, em termos de obras municipais.

Nós temos atualmente 58 obras em curso, referentes à Kristin, e 99 obras, não Kristin. E em estado de consignação, temos 107 obras. Dizer assim: "Ah, devia ser mais obra", nunca houve tanta obra. Muitas delas pequenas, mas ao mesmo tempo, na Câmara de Leiria, nunca houve. E também nunca foi tão difícil contratar porque muitas das empresas estão a trabalhar connosco ou foram atingidas por tempestades ou estão sobrelotadas com trabalho, e muitas delas fazem também um esforço para colaborar connosco na reconstrução de Leiria e, portanto, para quem diz que não há obra, atualmente temos 157 obras em curso. O que representa bem o nosso dinamismo em termos de recuperação. Estão aqui 2 exemplos, uma tem a ver com a obra que já



realizamos no estádio e nos 7 pavilhões desportivos, 3.8 milhões de euros, mas também a questão da reconstrução da escola dos Marrazes, com 8 milhões de euros, que já foi adjudicada e, portanto, está a aguardar visto do Tribunal de Contas. Esta obra sem ter ainda aprovação, já estamos a avançar com ela. Isto não é só promessas, não é só um anúncio como estamos habituados na política moderna, a anunciar coisas. Não, isto é real. É real, tanto mais que houve lá um jogo da seleção, não é? Portanto, aqui não se brinca aos anúncios. Mas também dizemos, quando erramos e achamos que estamos a fazer mal, também o dizemos.

Monitorização da despesa

Isto é importante para a senhora deputada Ana, porque já viu que relativamente à despesa...

Contratualizado, dia 27 de abril, tínhamos 15.3 milhões de euros. Atualmente temos contratualizado 25.3 milhões de euros. E, portanto, se colocarmos aqui por adjudicar os fornecimentos contínuos e procedimentos que já estão preparados, mas que ainda não foram desencadeados, ao dia 25 de junho nós temos cerca de 38.4 milhões de euros de obras e de despesa associadas à Kristin. E a receita, dado entrado, entrou. Estamos a falar do seguro, os tais 6.5 milhões de euros e os 11.2 milhões de euros do Fundo Municipal de Emergência, que é o tal adiantamento que o Estado deu. Isto é o que deu entrada. Tudo o resto, que foi aqui, ainda não deu entrada. Há uma grande diferença entre anunciar que se mande e que se tem, e aquilo que é governar diariamente as coisas. E é importante ser transparente nisto, porque se pode criar a ideia que a câmara tem muito dinheiro e que só não faz porque não pode. Não, mesmo que tivesse esse dinheiro, também o posso dizer, mesmo que tivéssemos este dinheiro todo, se calhar não conseguíamos gastá-lo. Sabem porquê? Temos normas de contratação pública. Temos de manter aquilo que é a saúde financeira do município para não adjudicar obras a preços totalmente inflacionados e especulativos, e para fazer obras bem feitas, temos de ter projetos bons. E, muitas vezes, nem os nem os projetos bons conseguimos arranjar. Porque temos a pressão de os apresentar rápido. Portanto, relativamente à questão da despesa, acho que os dados são evidentes. O total sem IVA são os tais 34 milhões de euros, com o IVA os 38 milhões euros. E eu pergunto, para onde é que vai este IVA? Fica aonde? Regressa aonde? Já pensaram nisso? Quem é que vai ganhar com a crise? Mandaram 11 milhões de euros, receberam 4. Já pensaram nisso? É que a câmara não é como as empresas, não recupera o IVA. Estou farto de falar nisto. E das pessoas que estão a arranjar os telhados, o consumidor final, para onde é que vai o IVA? Fica aonde? Ahn? As empresas podem ser objeto de acerto de contas de IVA. Pois, está bem, alguns casos sim, outros não podem recuperar. Agora, o consumidor final, o cidadão comum,



paga a despesa com o IVA. E não a pode recuperar. Está a alimentar os cofres do Estado. Podia ser enviado para cá, não podia? Dava-nos jeito. Essa é a grande questão, esta é que tem profundidade. E a banca é igual, estou farto de dizer isso. A banca empresta a EURIBOR, algumas ainda têm spread, alguns têm esse spread negativo como é o nosso e mesmo assim, ainda têm margem. Quem é que ganha com a crise? Quem é que ganha com a desgraça? E acho que é isso que também temos que pensar um bocadinho relativamente a esta matéria.

Pronto, relativamente aos assuntos da Kristin, acho que está mais ou menos explicado. Se houver alguma dúvida, temos todo o gosto em esclarecer e enviar a informação necessária. Não queremos ser acusados de falta de transparência, como muitas vezes se usa aqui nesta reunião.

Relativamente às questões da educação, eu pedia à vereadora Anabela Graça para poder esclarecer."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Senhor Presidente, fiquei com a ideia que este ponto da situação poderá ser distribuído à Assembleia."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Nós estamos a preparar. Nós temos um relatório que vai ser presente à próxima reunião de câmara e que na deliberação será dado conhecimento, passa a estar incluído também aqui na assembleia esse documento, que há-de ser muito parecido a este, mas mais detalhado."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito bem. Senhora Vereadora Anabela Graça, vamos tentar acabar isto."

Intervenção da senhora Vereadora Anabela Graça

Transcrição:

"Muito boa noite a todos.

Cumprimento na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, todos os membros desta Assembleia.

Cumprimento também quem nos está a ouvir em casa e ao público que está a assistir.

Eu vou dividir a minha intervenção em 3 partes.

Primeira parte:

A situação que foi aqui apresentada pela deputada do CHEGA. Uma preocupação legítima da associação de pais da Guimarota, mas que é importante esclarecer aqui.



A carta educativa determina e, portanto, como todos sabem, ela foi aprovada nesta Assembleia também, uma reorganização do território educativo, tendo em conta as necessidades deste mesmo território. Claro que é flexível porque, por exemplo, quando aprovámos a Carta, ainda não tínhamos tido um grande fluxo migratório, como veio a acontecer e que ainda agravou mais a situação das escolas, especialmente das escolas da rede urbana. Mas esta decisão, em termos de reorganização da rede educativa, não é uma decisão avulsa. Portanto, ela resulta de uma participação que é feita até ao longo de anos, não é uma participação de uma reunião. E, definiu-se então uma estratégia, quando se aprovou a Carta Educativa e a estratégia passava pela construção de uma nova escola do primeiro ciclo e pré-escolar na cidade de Leiria, que é a escola de São Romão. Portanto, essa estratégia foi definida na Carta Educativa 2030, explicando o motivo porque é necessário construir a escola porque a escola da Guimarota, que tem neste momento 4 turmas do primeiro ciclo, que equivale a 80 alunos e uma turma do pré-escolar com 25 alunos está sublotada, só tem 4 salas. Nós tivemos que fazer mais uma sala, portanto, ampliámos a escola para poderem estar 5 turmas. Dar-vos nota que aquela escola nem refeitório tinha, nós fizemos um refeitório porque os alunos deslocavam-se à hora de almoço para ir almoçar à Juve. Portanto, uma série de problemas que existiam naquela escola e que fomos, ao longo destes anos, tentando resolver. Com a construção de um refeitório, com mais ampliação de uma sala... e então, quando se definiu a estratégia da Carta Educativa, ficou claro a necessidade da construção desta nova escola para eliminar a sala do pré-escolar, porque a sala do pré-escolar foi provisoriamente colocada na Guimarota. E, portanto, quando a Carta Educativa foi elaborada e foi aprovada, foi com esta intenção de que a escola nova iria receber o pré-escolar da Guimarota e mais os alunos do primeiro ciclo que há, e felizmente há muitos, para aquela escola nova que vai abrir. Portanto, foi isto que deu origem à nova escola de São Romão. Essa escola, a escola de São Romão, toda aquela área de envolvimento, todos aqueles prédios, estão, todos os pais que têm filhos para entrar na escola, no pré-escolar, primeiro ciclo daquela zona, quando os vão matricular, a sua área de influência é Agrupamento D. Dinis e, por isso mesmo, vão para a escola de Guimarota. Portanto, a escola de São Romão está localizada na baixa de São Romão e é assim que o documento do Ministério de Educação define, que é a baixa de São Romão, que pertence ao Agrupamento D. Dinis. Pronto, isto só para explicar a questão da reorganização da rede. Portanto, foi construída para este efeito, para abarcar os alunos do pré-escolar e todos os alunos da cidade de Leiria da área da influência da escola D. Dinis. Isto é, da escola da Guimarota. Neste sentido, há uma consulta pública, não só para a carta educativa. E agora permitam-me que chame a atenção que, se algum



Município, neste país, que trabalha com os pais e com as associações de pais, é o Município de Leiria! Porque nós reunimos, por exemplo, este ano, e só para dar resposta aqui à senhora deputada, da falta de diálogo e a forma como as decisões são tomadas. Reunimos em novembro no Agrupamento de D. Dinis com todos os presidentes de junta que fazem parte daquele agrupamento e com associações de pais de agrupamento, exatamente para os ouvir. Reunimos com todas as associações de pais ainda agora, no encontro de associações de pais, no dia 11 de junho. Este assunto nunca foi levantado por nenhuma associação de pais. Portanto, a proximidade e momentos, 2 conselhos municipais de educação onde os pais estão representados. Reuniões mensais com todos os diretores das escolas do concelho. Nunca este assunto foi levantado, foi levantado esta semana. Pronto, isto para dizer que os próprios pais, são 25 meninos do pré-escolar que estão na Guimarães. Desses 25 meninos, há 15 que têm 5 anos e mais, que vão para o primeiro ciclo e que ficam, alguns se calhar ficam na Guimarães e outros não. Só 10 crianças, 10, lá estão agora, é que vão passar para a nova escola. E esses 10 pais e mães, encarregados de educação, foram informados pela coordenadora do estabelecimento e pela educadora deste processo e também não houve nenhuma reação. É importante que seja dito, só esta semana é que houve esta reação. Portanto, há informação, há aqui um dado que é importante saberem. Esta escola estaria pronta, possivelmente só no final deste ano. Felizmente, esta empresa informou-nos em março de que podem contar com a escola para abertura em setembro. E, portanto, houve aqui necessidade de falar logo com os pais a seguir, e toda esta informação foi condensada num curto espaço de tempo, porque foi uma surpresa também para nós a antecipação, porque não é normal. Não estamos habituados a que as obras antecipem. Esta aconteceu e eu, logo que soube, fui a Coimbra reunir com a Senhora Delegada Regional e também já a Vice-Presidente da CCDR da Educação para lhe expor esta situação, se havia ou não condições para abrirmos a escola em setembro, já que o empreiteiro nos deu garantias que ela estaria pronta, como vai estar. Ela disse, sim senhor. Vamos trabalhar para isso, e foi isso que fizemos. Por isso, não havia tempo para grandes comunicações, a não ser aquelas que foram feitas, uma vez que até para nós foi uma surpresa o arranque do ano letivo em setembro nesta escola poder acontecer. Nós compreendemos muito bem as angústias das famílias que querem o melhor para os seus filhos, mas também importa aqui transmitir uma mensagem de tranquilidade, porque como foi aqui dito, a equipa pedagógica vai acompanhar estas 10 crianças. Portanto, os pais vão ter oportunidade, no dia 1 de julho, para ir visitar a escola nova. Portanto, há todo um trabalho que está a ser feito no terreno para que haja esta tranquilidade. Portanto, não vai representar perda de qualidade, pelo contrário. As condições vão ser de excelência, a equipa que são as



peessoas e o mais importante são as pessoas, as pessoas são as mesmas. Portanto, eu penso que, daqui a uns tempos, estaremos aqui a congratularmo-nos por esta medida e acho que tudo vai decorrer de forma serena, porque estas mudanças como sabemos e as adaptações são difíceis, mas com tranquilidade e com diálogo, as coisas vão acontecer serenamente.

Relativamente à questão da Correia Mateus. Estão a ver? Há uns que não querem ir, no caso da Correia Mateus, gostaria muito de ficar com a escola da Guimarota. Só que, como eu expliquei há pouco, a questão que se coloca é que a baixa de São Romão, de acordo com as regras estipuladas pelo Ministério da Educação, e aqui o Município não opina sobre estas áreas de influência, a não ser através de uma consulta prévia. Também os diretores dos agrupamentos são consultados, mas este documento já existe desde 2010 e é o que define as matrículas. Portanto, quando os pais vão matricular os filhos, sabem que na rua da Esperança, que é a rua onde está a nova escola, os alunos vão para a Guimarota. E, portanto, se vão para a Guimarota, vão para o Agrupamento D. Dinis. Portanto, é o que está escrito, a lei não foi mudada, as regras não foram mudadas, e por isso foi isso que a senhora delegada da DGEstE e a Senhora Vice-Presidente da CCDR, nos informou. Para além disso, temos aqui outro problema. Quando se equacionou a possibilidade da Correia Mateus. É o facto de a Correia Mateus não ter capacidade para turmas de quinto ano, e a D. Dinis, com esta ampliação que estamos a fazer, vai ter. Portanto, os alunos têm que ter continuidade dentro do mesmo agrupamento e, portanto, a Correia Mateus não nos dava essa garantia de continuidade porque não tem capacidade para receber mais turmas. Claro que a Correia Mateus, na moção disse que tem muitos alunos que não fazem parte da sua influência e que estão lá, não é? Mas isso todas as outras escolas têm. Portanto, esta foi a justificação que o Ministério da Educação nos deu relativamente à atribuição da escola de São Romão ao Agrupamento D. Dinis e não ao Agrupamento da Correia Mateus. Tal e qual como prova a Carta Educativa e os outros documentos do Ministério da Educação.

A Escola Profissional de Leiria, portanto, tenho uma dúvida. Porque não foi indeferida nenhuma candidatura, que eu saiba, o que nós recebemos, eu vou explicar. Nós pedimos há muito tempo a requalificação, e por isso é que viemos aqui pedir-vos também ajuda da escola Fundação Pública de Direito Privado, a Fundação Privada. Portanto, argumentámos, há 30 anos que a Fundação foi, e continua a ser hoje, pública de direito privado e nunca houve nenhum corte de 15%. Porque os governos anteriores que não do PSD, tinham um despacho de exceção para estas situações. Senhor deputado, percebe o que eu estou a dizer? Pronto. Claro, contrariaram, o despacho de exceção contrariou com certeza as normas europeias. Este Governo não quis contrariar as normas europeias,



mas há 30 anos que governos, inclusivamente do PSD, contrariaram essas normas. De repente, este Governo disse que não queria contrariar as normas, e cortou à escola profissional 15%. Aí, tivemos que arregaçar as mangas e dizer: "Temos que seguir um caminho!". Qual é o caminho? Vamos-lhe pedir o despacho de exceção. E foi a primeira frente de trabalho. E, por isso, vos pedimos ajuda também a todos. Vamos ver se nos dão um despacho de exceção. O Governo atrasou a resposta e finalmente disse que não dava. Então, o que é que vamos fazer a seguir? Sem dinheiro e numa situação financeira difícil, qual é a solução? Trabalhar para a requalificação jurídica da escola para passar a privada, porque, por incrível que pareça, uma escola privada já tem esses 15% do Governo, não é? Pública de direito privado, não tem. Portanto, nós tínhamos que trabalhar no sentido de passar a Fundação Pública de Direito Privado, a fundação privada. Só que não dava tempo. Isto porque precisávamos da resposta do Governo ao pedido que nós fizemos, porque só depois deles dizerem, o Governo dizer: "Não, não damos". Aí, nós começamos a trabalhar na requalificação. Se a resposta não veio e, até hoje, para informação do senhor deputado, a resposta tem que ser colocada numa plataforma e ainda não foi colocada. E o que é que nós recebemos? Recebemos isto que eu vou ler:

"Encarregue-me o senhor Subdiretor, docente jurídico do Estado, o CEJURE, de remeter em anexo a informação através da qual determinou a audiência escrita de interessados quanto à intenção de indeferir o pedido de requalificação jurídica da fundação da Escola Profissional de Leiria."

E, portanto, deram-nos um prazo para nós respondermos sabendo já que a intenção, será um indeferimento, a intenção! Mas ainda não houve resposta. Perante esta intenção, o que é que a Comissão Permanente e o Conselho da Fundação da Escola rapidamente decidiram, no mês passado? Decidiu o seguinte, vamos começar a trabalhar porque quando chegar a resposta nós avançamos já para a requalificação para a Fundação Privada. Mas nós temos que ter a resposta de que há um indeferimento para seguirmos este caminho. E é isso que nós vamos fazer. Agora, pergunta-me, e então? Temos um ano para o fazer, porque senão a escola entra outra vez em crise, porque estamos... a situação que se criou foi, por um lado, um plano de ajustamento financeiro e aqui houve um esforço muito grande por parte da escola, inclusivamente com um novo diretor financeiro. Portanto, até aí tivemos que ir, pegar na escola e fazer um estudo de sustentabilidade financeira. Começamos a trabalhar nisso, a pedir adiantamentos também daquilo que nos tem que pagar e quem está dentro do ensino profissional até as escolas públicas, sabe porque é que eu estou a falar, portanto é a partir de todo esse trabalho por parte da gestão financeira, que nós conseguimos um equilíbrio.



A questão do alvará, nós travamos no momento certo. Por uma razão, porque ficamos sem o edifício onde ia funcionar os CTES porque o telhado caiu, não é? Conclusão: tivemos que fazer um investimento de meio milhão de euros naquele edifício, a obra está neste momento a terminar. Portanto, isto é muito sério. É um trabalho que tem sido em contínuo, e nós vamos abrir os CTES. Vamos recuperar os 2 .7 milhões de euros dos CTES e vamos abri-los em setembro. E fizemos uma obra de meio milhão de euros na escola profissional estes últimos meses, e vai estar pronta em setembro. E, portanto, todo este trabalho de recuperação que foi feito, foi graças à direção, mas também ao acreditar e por isso é muito injusto aquilo que disse, que há uma falta de visão no ensino profissional por parte deste executivo. Se houvesse falta de visão, primeiro, não tínhamos avançado com 2 candidaturas aos CTES. Se houvesse falta de visão, não tínhamos avançado com isso. E repare, estamos a falar de 2 CTES, um de indústria e outro de informática. Para além disso, o facto de termos, o Governo não ter enviado o pedido de autorização da venda do alvará, se nós fossemos para a venda do alvará, teríamos aqui um problema que era estarmos a cometer uma ilegalidade. Isso foi equacionado pelos advogados também. Portanto, a parte burocrática deste processo é pesadíssima. E há que ser, por um lado, rigoroso e correr alguns riscos. Foi aquilo que corremos quando dissemos: "Nós vamos trabalhar na gestão financeira da escola. Vamos tentar antecipar algumas das tranches que temos direito" e fizemos ainda mais, para quem diz que não temos estratégia, eu gostava de comunicar. Vamos ter mais 2 turmas na rede para o próximo ano letivo. Isto significa mais dinheiro a entrar na escola. Portanto, é a visão do ensino profissional em Leiria. Portanto, todo este trabalho foi feito ao longo de janeiro até agora para mudar o rumo da escola e é isso que é a nossa vontade, é afirmar a Escola Profissional de Leiria, que entra numa nova etapa. Temos de trabalhar muito porque temos pouco tempo, mas acreditamos que é possível, ao nível da possibilidade de aumentar a dotação num curto espaço de tempo, a dotação privada de forma a que se consiga ter mais, pelo menos 60% de dotação privada e alterar os estatutos da escola. Temos que fazer 2 coisas rapidamente, 2! E é isto que estamos a trabalhar com os advogados. Por um lado, é conseguir mais dotação financeira privada, de forma a que a parte pública fique com 40%, a privada com 60%. E é isso que estamos, e vamos com certeza, ter aqui o apoio de empresas e das associações para nos ajudar. E vamos, paralelamente, ter que mudar os estatutos, que também não é de um dia para o outro. E, portanto, os estatutos têm que ser conforme a nova lei-quadro das fundações e, portanto, vamos ter que o fazer. Portanto, é este trabalho. É este caminho que estamos a traçar, de forma a que se apresente novamente ao governo a nossa proposta, a fundação privada, porque quando formos fundação privada, o Governo vai,



porque a lei assim o dita, vai passar então a dar-nos financiamento a 100%. Mas digolhe, todos os governos PS e PSD sempre deram a 100%, com exceção deste Governo que cortou os 15% e por isso é que foi criada esta situação. É só isto.

Muito obrigado.

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhora vereadora.

Depois destas muito aprofundadas explicações do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora da Educação, fechamos o período antes da ordem do dia.

Passam já das 21h00, vamos fazer um intervalo. Peço que o intervalo seja ligeiramente mais pequeno que os 30 minutos para recomeçarmos exatamente às 21h30 para sairmos daqui por volta das 24h, 24h e pouco.

Muito obrigado. Até ao rés-do-chão então."

INTERVALO

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Senhores membros da Assembleia, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Deputado Pereira Melo, os seus companheiros de bancada. São os que faltam neste momento.

Então vamos recomeçar os trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares, por favor. Lembro que no final vamos ter que ainda aprovar as deliberações em minuta, portanto, é só para lembrar isto e vamos começar então a ordem de trabalhos.

Senhor Deputado Pereira de Melo, se for possível, agradeço.

Ponto um, o relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do município e relatórios financeiro nos termos da alínea c), número 2, do artigo 25.º da Lei 75/2013.

Senhor Presidente da Câmara, quer dizer alguma coisa sobre este relatório?"

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I



da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que ficaria ao dispor para eventuais esclarecimentos.

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – CHEGA

Transcrição:

"Pereira de Melo, do partido CHEGA.

Ponto 1 – relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município.

O relatório é longo, não vou... vou apenas dedicar-me sobre a parte do relatório que diz respeito à tempestade de Kristin e, no qual se refere as despesas e receitas. Sobre as receitas e despesas.

Quanto à receitas, é citado com o adiamento da indemnização recebida ao abrigo da apólice de seguros multirriscos, associado aos danos provocados para tempestade. O valor foi de 6,5 milhões de euros. Suponho que está recebido, não sei. O Senhor Presidente da Câmara há bocado, não esclareceu completamente.

Depois temos o adiantamento por conta do reforço orçamental e dos fundos disponíveis do Fundo de Emergência Municipal de 11,2 milhões de euros.

Temos depois uma parcela de 21,3 mil euros que resultou da venda dos materiais ferrosos, não ferrosos e madeira.

Portanto o total de receita citada é 17,7 milhões de euros. Sucede, contudo, que eu na imprensa ouvi dizer que Macau e Timor tinham também dado dinheiro. Possivelmente prometeram e não chegou, uma vez que não consta neste relatório.

No relativo às despesas, o relatório apresenta 27,4 milhões de euros, dos quais foram adjudicados 19,3 e pagos 11,3. Estamos, portanto, em presença de um défice de aproximadamente 10 milhões e a pergunta que eu faria ao Senhor Presidente da Câmara é: qual é a situação relativamente ao empréstimo que esta Assembleia autorizou? Portanto, gostaria que me informasse que percentagem do empréstimo, se é que houve, e qual é que quantia, portanto, que foi utilizada desse empréstimo.

Tenho dito."

Intervenção do senhor deputado Márcio Lopes – PPD/PSD

Transcrição:

"Muito boa noite.

Cumprimentar a Mesa e na pessoa do senhor Presidente, os que estão aqui presentes e os que estão em casa no online.

Neste ponto um, apesar de ser apenas para apreciação, ele merece alguns comentários por parte da bancada do PSD, sobretudo no que diz respeito ao relatório financeiro. Do



nosso ponto de vista, a análise mais rigorosa que deve ser feita não é exatamente com o período homólogo que está apresentado no relatório, ou seja, de maio 25 a maio 26, mas sim na comparação de dois períodos homólogos. E vou passar a explicar a razão disto, ou seja, a 27 de junho do ano passado também veio a esta casa o relatório referente a maio de 24 a maio 25 e, portanto, na comparação para se termos rigorosos do ponto de vista da análise financeira, é a comparação entre dois períodos homólogos. E qual é a razão disto? Quando fazemos a análise entre dois períodos homólogos, há uma rubrica ou há uma conta que se destaca de uma forma muito inflacionada e um bocadinho mais à frente vou explicar a razão disto que deduzo que seja esta orientação.

No que diz respeito a despesa corrente, entre dois períodos homólogos, a despesa corrente da Câmara aumentou em 433%. 433%. Entre maio de 24 a maio de 25, o acréscimo da despesa corrente foi de 3,3 milhões de euros. Entre maio 25 e maio 26, o acréscimo foi de 17,7 milhões de euros. Já estão a imaginar o que é que é, não é? É Kristin, obviamente. Dentro da despesa corrente há uma rubrica que indica o regular funcionamento operacional da Câmara Municipal, que é a aquisição de bens e serviços. Nesta rubrica, o acréscimo entre dois períodos homólogos, dois, foi de 449%. 449%. Ou seja, entre maio 24 e maio 25, a aquisição de bens e serviços aumentou em 1,8 milhões de euros. Entre maio 25 e maio e 26, a aquisição de bens e serviços aumentou em 10 milhões de euros. Naturalmente que esta sobreinflação de valores, visto que o relatório vai até maio deste ano se deve, em larga medida, penso eu que não vou insistir num discurso real e concreto que eu próprio já aqui apresentei, que é da Câmara Municipal de Leiria apresentar um comportamento gastador, tributário, e de pouco investimento. Esta abordagem não é aqui chamada. Naturalmente que, este aumento inflacionado, sobreinflacionado, desses valores se deve ao infortúnio, à catástrofe da tempestade de Kristin.

Naturalmente, ora, apesar de ser um documento apenas de apreciação o PSD entende que deve fazer a seguinte sugestão. Que as contas entre... as contas deste ano de 2026, a prestação de contas do município de 2026 e também de 2027, que as contas tenham uma separação porque senão será completamente impossível fazer uma análise económica financeira rigorosa das contas. A separação de quê? Daquilo que são despesas Kristin ou com Kristin, e despesas sem Kristin. Só assim é que é possível fazer uma análise concreta e rigorosa das contas. E será que é possível? Claro que é possível! A partir de 2010-2013, a Câmara Municipal de Leiria colocou em prática e muito bem uma contabilidade de custos, uma contabilidade de gestão em que apresenta as despesas por áreas funcionais, nomeadamente aquilo que é gasto com a função social, função económica e outras. E, portanto, a Câmara Municipal de Leiria tem a completa



capacidade técnica de colocar em prática apresentação de contas futuras, fazendo a separação do que é despesa e receita Kristin e sobretudo despesa e o que é não despesa Kristin, para podermos fazer, nesta casa e não só, noutras sedes, fazer a real análise daquilo que são as contas do município, porque senão é totalmente impossível. Completamente impossível.

No que diz respeito à receita, também aqui merece uma nota, ouvi com muita atenção as intervenções antes da ordem do dia, e olhei para os números e enfim, e estive a pensar, e já tinha isto aqui apontado nesta intervenção, a questão da transparência... a questão aqui não é exatamente se há ou não ilegalidade. Não, não é esta questão. A questão aqui é a transparência cristalina que deve haver, na medida em que tudo isto tem a ver com o uso do dinheiro público, tem de haver uma transparência ímpoluta, cristalina, não pode haver dúvidas. E não é só em relação à despesa, é também em relação à receita. Ora, na página 19 do relatório deste ponto um, já foi aqui referido que só deve contemplar, penso eu que foi esta mensagem que foi aqui transmitida... a receita que, de facto, se materializou. 6,5 milhões de euros de seguros, 11,2 milhões de euros do fundo de emergência municipal e outras receitas, outras, que totalizam 17,7 milhões de euros. No nosso entendimento, visto que já foi aqui aprovado e daquilo que foi hoje referido e também já foi aprovado em instância superior, também devia constar e deve constar nas receitas, e eu já passo a explicar a razão disto, deve constar os 13,2 milhões de euros das operações integradas de gestão da paisagem. Apesar do dinheiro não ter entrado, porque se nós vamos fazer a análise económico-financeira só de disponibilidade, a análise fica... não é justa, não é real, não é... não é rigorosa. E porquê? Na tabela da despesa, na página 20, tem despesa paga, pode-se comparar com o dinheiro que entrou, a receita já chegada, já materializada, mas também tem lá a despesa adjudicada, como também tem despesa cabimentada! Agora, nós podemos, e é perfeitamente correto comparar despesa cabimentada com receita materializada e transferências que ainda se vão materializar, nomeadamente os 13,2 milhões de euros das operações integradas. E, portanto, ao contrário do que o senhor deputado referiu de que pode haver um défice, a leitura do PSD não é esta, porque se eu somar os 13,2 milhões de euros das operações integradas aos 17,7 que consta na tabela da página 19, a receita Kristin, digamos assim, não é? Salta para 31 milhões de euros, números redondos. 31. Destes 31, há 13,2 de que ainda não se materializou efetivamente, mas que se vai materializar. São esses 31 milhões de euros que devem ser comparados com a despesa cabimentada porque a cabimentada, nem sequer ainda foi adjudicada, mas está cabimentada, e a despesa cabimentada é de 27,4 milhões.



Portanto, a Câmara não tem déficit com a Kristin. Com o relatório financeiro apresentado, curiosamente, a Câmara até tem um excedente. Dinheiro que não entrou, mas também há dinheiro que não saiu. A despesa paga é de 11 milhões. A despesa cabimentada é de 27. A receita entrada é 17, mas a que vai entrar é de 31! E, portanto, a Câmara com a Kristin não está em déficit. Está em superávit, está em excedente. Não, não está a ganhar, não está a ganhar. Aqui não há a expressão ganhar ou perder. Tudo isto depende de um fluxo temporal de entradas e saídas. Mais nada. É um fluxo temporal de entrada e saídas. Não é uma análise de tesouraria, mas é uma questão de tempo, e é justo e é correto e é rigoroso comparar a despesa cabimentada com receita que ainda há-de vir e que vai vir! Foi aqui aprovado nesta casa, na reunião da Assembleia anterior, e foi aprovada já em instância superior, conforme foi referido pelo senhor Presidente. E, portanto, e ainda bem! Eu estou a dizer isto como cidadão e acho que que tudo isto é bom! Ainda bem que as contas Kristin estão equilibradas e a favor da Câmara. Portanto, em nome da transparência cristalina, impoluta... porquê? Porque tem a ver com o uso do dinheiro público, no meu ponto de vista, quando forem apresentadas as contas de 2026 e de 2027, mas, sobretudo as de 2026, a Câmara Municipal de Leiria tem capacidade técnica de, no âmbito da sua contabilidade de gestão, da sua contabilidade de custos, apresentar áreas funcionais com Kristin e sem Kristin, mesmo porque eu só referi aqui a despesa corrente, mas, por exemplo, na tabela na tabela da página 20, tem lá as despesas todas por macro rubricas, digamos assim. Mas tem lá, pelo meio, despesa de capital misturado com despesa corrente. Eu olho para a tabela 20 e não sei o que é despesa... quer dizer saber, eu desconfio o que é que possa ser. O que for reposição de equipamentos, reposição de edifícios, é despesa de capital. O que for gastos com combustíveis, isto mais aquilo, é despesa corrente. Mas, na tabela da página 20, não é claro! Não é transparente! E o Município precisa dessa transparência, cristalina e impoluta porque isto é dinheiro público. E, portanto, esta é a sugestão da bancada do PSD nesta matéria que é: a Câmara fazer uso daquilo que são os seus instrumentos de gestão camarária e, nas contas de 2025, fazer a apresentação daquilo que é, de facto, efetivamente despesa e receita Kristin e não Kristin... porque, senhor Presidente, eu compreendo que a apresentação em PowerPoint daquilo que foi aqui apresentado, do Reerguer Leiria é importante para informar, mas a verdade é que também não há instrumentos para auditar. Quem é que audita que foram desobstruídos 900km de caminho florestal? Está lá, está bonita a apresentação. Do ponto de vista daquilo que é a política, daquilo que é o poder político, é da minha obrigação acreditar na informação veiculada, mas também devia haver um instrumento de auditoria daquilo que foi aqui



apresentado. Não é pelo facto de estar aqui apresentado, de uma forma bastante bem estruturada, que devemos assumir que é uma verdade absoluta.

Eu não queria me alongar, mas começo a falar e acaba... por uma questão, eu deveria ter mais coisas para fazer, mas eu muitas vezes visito a base.gov, e dei-me ao trabalho de fazer o apanhado. Muita atenção, isto não tem nada a ver, eu não estou aqui a lançar nenhum tipo de suspeição sobre... não estou, não tem a ver com suspeição! Tem a ver com transparência de processos. Transparência de processos não é suspeição, é tornar o processo mais transparente! Até finais de maio deste ano, na base.gov daquilo que eu pude apurar do que é a tempestade de Kristin, adjudicado, totaliza 15 milhões de euros e na tabela aparece 19 milhões de euros. Do meu ponto de vista, enquanto cidadão, há uma diferença de 4 milhões. Eu não estou a dizer que há aqui... tudo isso tem a ver com a instrução de processos. Instrução de processos de concurso público, tem a ver, provavelmente, com burocracias relacionadas com a Câmara Municipal de Leiria. Burocracias normais que decorrem da lei. Mas esta é... o facto de haver o não "matching" de informação, acaba por levantar, de facto, esta questão da transparência. E ao olhar para este relatório... no relatório, quer dizer, o relatório financeiro do documento que estamos aqui a analisar, o documento, ele padece dessa transparência e é isso que volto a dizer. O PSD propõe, sugere, que nas contas de 2026, que todo este processo seja mais clarificador. Mais claro, volto a dizer mais cristalino, mais impoluto. Que não tem a ver com suspeição, tem a ver com a elucidação de uma forma mais clara.

Muito obrigado."

Intervenção da senhora deputada Catarina Louro - PS

Transcrição:

"Muito obrigada, senhor Presidente.

Eu só vim dar conta que o senhor deputado não leu o relatório e por dizer várias vezes transparência não quer dizer que esteja cheio de razão porque nós vimos aqui dizer que queremos transparência, queremos transparência, cristalina, impoluta e por aí fora, mas não dizemos exatamente o que queremos... ou dizemos errado! Vem dizer que quer os dados separados para perceber e para analisar. Aliás, utilizou a expressão: "é impossível analisar", mas o relatório tem um capítulo específico precisamente para a questão da Kristin. Talvez, na sua perspetiva, não seja suficiente e, portanto, depois fala também da questão das receitas, mas estão lá as receitas. As receitas da Kristin são os seguros, certo? É o adiantamento. Isso está lá também no relatório, portanto, eu não percebo o que é que quer mais. Acho que esta Câmara não pode ser mais transparente neste sentido, até porque todas as assembleias, todas as reuniões de Câmara, este assunto tem vindo à baila, porque efetivamente o que está a acontecer é passar as



responsabilidades para as câmaras municipais, atribuir as culpas às câmaras municipais e deixar de lado o que o Governo está a anunciar, para não se notar a taxa de execução dos seus anúncios. De qualquer forma, nós sabemos efetivamente que o Presidente de Câmara já disse hoje, que vai apresentar um relatório mais específico em reunião de Câmara Municipal, que depois será dado conhecimento aqui à Assembleia.

Sobre os mecanismos de auditoria, se os que existem já, não chegam, que muitas vezes são até, para um partido que defende, e muito bem, a simplificação burocrática e a e a administração cada vez mais leve, digamos assim, estar a pedir mais mecanismos de auditoria para a Câmara Municipal ou para as câmaras municipais, de uma forma genérica, parece-me que vai precisamente contra a estratégia do PSD a nível nacional.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Tentar responder então aqui ao senhor deputado Pereira de Melo relativamente ao empréstimo. O empréstimo ainda não foi, ainda não obteve o visto do Tribunal de Contas, portanto, ainda não está disponível. Não produz efeito ainda a sua utilização. Só depois de passar essa formalidade é que estamos em condições de receber a primeira tranche do empréstimo que, como já disse, é faseada, e como foi aprovada, é pelo pelos próximos três anos.

Relativamente à intervenção do professor Márcio, professor distinto da futura Universidade de Leiria, vem-nos tentar dar aqui uma lição do que é que é um relatório financeiro. Bem, para mim, o relatório financeiro só conta na receita, com o dinheiro que tenho dentro da Câmara. Foi assim que me ensinaram, não sei se foi assim que o ensinaram ou não. Se é qualquer coisa de futuro, é um orçamento. Agora, dinheirinho entrado na conta? Uma coisa é contabilidade financeira, relatório financeiro, outra coisa é contabilidade pública e orçamental. Neste relatório é o dinheiro que está dentro. Eu não posso falar de dinheiro que não tenho no bolso. E sim, os vereadores, os senhores deputados do PSD deviam estar preocupados com isso, mas mesmo que pudessem incluir o dinheiro da OIGP, tínhamos que incluir também a despesa que vamos ter, porque essa está perfeitamente identificada para onde é! Limpeza de terrenos e, portanto, também tínhamos que pôr a despesa! E mais, do dinheiro que recebíamos, não podemos gastar para pagar aquilo que já gastámos e que nada tem a ver com a floresta. Onde é que está o superavit, senhor deputado e professor distinto da futura Universidade de Leiria? Há uma grande diferença entre transparência e competência e, no seu caso, acho que é exigível que a sua intervenção tenha competência técnica, até pelo seu currículo académico porque o exercício que fez é desonesto, não é a primeira vez,



também não há-de ser a última. Eu também hei-de, sempre que tiver oportunidade, vou denunciá-lo porque vir aqui ao púlpito exigir transparência cristalina, rigorosa, e apresenta argumentos que qualquer pessoa, qualquer, até o meu filho que está no terceiro ano de economia era capaz de o fazer, não consegue comparar do mesmo período, análogos. Basta fazer a conta, tem lá a tabela como foi dito e bem, das despesas gastas com a Kristin. Não viu essa tabela? Só viu o que lhe interessava? Se retirar esse dinheiro pode fazer assim uma comparação de anos análogos. Se queríamos comparar, tínhamos de ter tempestade o ano passado, não tivemos, tivemos este ano. Mas está lá identificado o que já gastámos. Eu acabei de apresentar aqui e também no relatório financeiro, também está. Só leu até à página 19, não leu as outras? Onde é que está o rigor da intervenção? O rigor cristalino, onde é que ele existe? Não acha que é muito arriscado este tipo de intervenção até para a pessoa que é? Como um professor de contabilidade e de economia? Já viu o exercício que está a fazer? À frente de toda a gente? Está a ser visto na Internet. Porque é que faz isso? Qual é o objetivo? Porque é que quer anunciar receita no relatório financeiro quando não a recebemos, porque só vamos receber quando for o contrato assinado e quando der entrada dentro da Câmara, coisa que nem uma coisa nem outra aconteceu ainda e, como eu lhe disse, esse dinheiro tem um destino, não é? Para pagar a dívida acumulada com a Kristin até agora. E como eu lhe disse, do Estado, veio só 11.2 milhões de euros. Acha que temos muito dinheiro, é? Para aquilo que a gente tem que fazer? Ficava contente? Fica contente de não recebermos? Qual é o objetivo? Tomara a gente conseguir receber e ter capacidade do investir para recuperarmos o nosso concelho. E devíamos estar todos unidos nisso. Não é passar uma imagem de que temos todos os recursos possíveis e imaginários. Os recursos saem-nos do pelo todos os dias, dos últimos 5 meses, todos os dias - Câmara, Kristin, Câmara, Kristin, Câmara, Kristin. Todos os dias, e mesmo assim, ainda conseguimos fazer outras coisas que tínhamos no nosso plano eleitoral. E vem aqui dar uma lição de contabilidade? De rigor? Lições dessas? É isso que costuma dizer aos seus alunos? Que devíamos relatar no relatório financeiro, receita que não está ainda comprometida nem contratualizada? É assim que acha que se deve ser feito? Faz lembrar a história do estádio de Leiria. Lembra-se desse estádio, não lembra? Também estava cá na altura, não estava? Também dizia, a pensar no futuro, que ele ia estar cheio! Os camarotes cheios e que o edifício que estávamos a construir ia ser lucrativo. Eu lembro-me da sua intervenção. Já na altura tinha muita capacidade de antever o futuro e com grande qualidade técnica. Vê-se o que aconteceu. Transparência, rigor, aquilo que eu lhe peço é mais competência. Mais trabalho. Se quer auditar, se tem dúvidas, peça informação.



Faça como outros deputados fazem, esforçam-se, trabalham, para que a sua intervenção seja credível também.

Muito obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Depois do Presidente da Câmara não pode haver intervenções sobre este assunto. É defesa da honra? 2 minutos, se faz favor."

Intervenção do senhor deputado Márcio Lopes – PPD/PSD

Transcrição:

"Já que falamos em competência e rigor, eu não queria ir por aí. O relatório financeiro é pobre!"

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Senhor deputado, a defesa da honra..."

Intervenção do senhor deputado Márcio Lopes – PPD/PSD

Transcrição:

"A página 19 e a página 20, que li com muita atenção, se o relatório financeiro fosse rigoroso..."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Senhor deputado, faz favor. Desculpe interrompê-lo, mas não é explicar o que está no relatório. Tem que dizer onde é que a sua honra foi atingida, e de facto..."

Intervenção do senhor deputado Márcio Lopes – PPD/PSD

Transcrição:

"Foi atingida na medida em que foi colocada em causa as minhas competências na leitura, nem sequer são competências profissionais, competências na leitura do documento. E eu não posso exercer a competência devida se o próprio relatório é incompetente! Na tabela da página 20, senhora deputada Catarina Louro, li com muita atenção! Na tabela da página 20 tem lá rubricas que é despesa de capital e despesa corrente! E o que é? Sabe-me dizer? O relatório diz? Não, não diz. Está tudo numa tabela só. No relatório financeiro, em princípio, deve estar: verbas pagas e, no máximo adjudicadas. Estão lá verbas cabimentadas!"

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Senhor deputado, deve incidir naquilo em que foi atingido."

Intervenção do senhor deputado Márcio Lopes – PPD/PSD



Transcrição:

"Eu fui atingido na medida em que foi colocado em causa a minha competência de leitura do relatório! Quando o relatório tem lacunas e fragilidades, no mínimo nas páginas 19 e 20! No mínimo! No mínimo, é por isso que eu não queria entrar por aí..."

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Está a atingir os dois minutos, senhor deputado."

Intervenção do senhor deputado **Márcio Lopes – PPD/PSD**

Transcrição:

"É por isso que eu não queria entrar por aí, que não está aqui em causa a competência dos funcionários, dos técnicos da Câmara."

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Senhor deputado, atingiu os 2 minutos. Não há... está percebido o que o senhor deputado queria dizer. Muito obrigado."

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

Ponto 2 - Feira de Leiria "Mercado Levante" - Redução de taxa e suspensão temporária em virtude do evento "Concertamos Juntos – Concerto Solidário"; Retificação da deliberação - Feira de Leiria "Mercado Levante" / Suspensão temporária em virtude do evento "Concertamos Juntos – Concerto Solidário" –
Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente."

Portanto, a deliberação refere-se à redução de taxas e suspensão temporária em virtude do concerto que decorreu no parque de estacionamento do Estádio. Portanto, nesses dias de preparação e dos dias dos concertos, isso implicou que a Feira do Levante não funcionasse e, portanto, estamos aqui a propor esta redução de 50% como maneira de compensar essa ausência de Feira do Levante."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente à **Feira de Leiria "Mercado Levante" - Redução de taxa e**



suspensão temporária em virtude do evento “Concertamos Juntos – Concerto Solidário”; Retificação da deliberação - Feira de Leiria “Mercado Levante” / Suspensão temporária em virtude do evento “Concertamos Juntos – Concerto Solidário”.

Ponto 3 - Correção Material à 6.ª alteração do PDM de Leiria – Para conhecimento.
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, no seguimento daquilo que foi a aprovação da alteração da sexta alteração do PDM, há questões ainda necessárias de corrigir. Tem muito a ver com o rigor dos mapas e daquilo que são as suas delimitações e, portanto, são correções materiais que geralmente acontecem nestes momentos e que depois são informados e enviados para a CCDDR para constar na versão final da alteração ao PDM."

Intervenção do senhor deputado **Francisco Marques – PPD/PSD**

Transcrição:

"Francisco Marques, PSD.

Antes de ir ao ponto, eu não queria deixar de elogiar a intervenção objetiva e desapaixonada que aqui foi feita pela senhora vereadora Anabela Graça.

Indo ao ponto:

Senhor Presidente,

No ato de apresentação da sexta alteração ao Plano Diretor Municipal de Leiria, o senhor teve o cuidado de me corrigir, após a minha intervenção, quando, por lapso, utilizei a expressão "revisão do plano" em vez de alteração do plano, não perdendo a oportunidade de salientar que o rigor da designação era importante.

Concordo com isso.

O rigor é importante.

Por outro lado, os munícipes, as empresas e os técnicos, quando apresentam projetos para licenciamento, são massacrados com uma enorme exigência por parte dos serviços técnicos da câmara, exigindo aquilo que é realmente necessário, mas também diferentes minudências de interesse discutível e até, pasme-se, com algumas interpretações criativas dos regulamentos.



Contrastando com esta conduta, podemos verificar que o nível de exigência, que o escrutínio, e que o tal rigor, são relativizados quando a coisa se passa no sentido inverso. Quando a câmara produz instrumentos como, neste caso, o Plano Diretor Municipal. No momento da apresentação da sexta alteração do PDM, tive a oportunidade de, nesta tribuna, chamar à atenção para a possibilidade de existirem situações que necessitariam de correção.

Disse então que a eventualidade de ficarem em causa a concretização, ou o impedimento de diferentes operações urbanísticas deveria ser avaliado.

Portanto, direi que em relação à correção agora apresentada, ela é aceitável e desejável. Mas, mais uma vez, a falta de rigor persiste.

Aconteceu na sexta alteração e manifesta-se nesta correção.

É verificável ao consultarmos o documento apresentado como suporte ao ponto que nos encontramos a analisar.

Para ilustrar aquilo a que me refiro vou citar um trecho da declaração de voto dos vereadores do PSD na reunião de Câmara:

"As figuras comparativas incluídas no relatório de fundamentação (figuras 1 a 9) apresentam insuficiências que dificultam a sua análise, designadamente a ausência de escala gráfica, a utilização de escalas distintas entre imagens comparadas, a falta de legendas adequadas, falta de texto explicativo e, em alguns casos, um nível de detalhe insuficiente que permita a correta leitura das alterações propostas.

Embora o relatório refira repetidamente que as alterações decorrem de erros materiais, omissões de representação gráfica ou incongruências entre peças do plano, e em várias situações sejam utilizadas expressões como, requalificação do solo, ou, não ficou devidamente representada, ou, manteve-se a representação anterior, ou ainda, áreas reclassificadas, o elemento decisivo é demonstrar documentalmente, de forma inequívoca que essas classificações já tinham sido aprovadas anteriormente e apenas não ficaram refletidas na planta publicada."

Concluindo, senhor Presidente, o rigor é importante, a exigência e a competência técnica são necessárias.

Mas estes conceitos devem ser utilizados nos dois sentidos da relação entre os municípios e a Câmara Municipal, sendo esta, como é evidente, especialmente obrigada à sua utilização.

O PDM tem que permitir uma leitura e uma interpretação clara, simples e inequívoca, acessível para "quase" qualquer cidadão.

Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Raul Testa - PS



Transcrição:

"Boa noite a todos.

Sintam-se cumprimentados de igual por igual medida.

Importa desde o primeiro segundo repor este assunto ao seu devido carril legal e administrativo. Estamos a falar da aplicação estrita do artigo 122.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Como todos sabemos nesta sala, ou deveríamos saber, uma correção material não define opções estratégicas, não altera o modelo de desenvolvimento do concelho e não mexe nas regras de fundo do ordenamento. Uma correção material serve única e exclusivamente para repor a verdade e a coerência técnica do plano, sanando lapsos de escrita, erros de sobreposição informática ou omissões gráficas entre o ato que esta Assembleia legitimamente aprovou e o documento que acabou publicado. Estive atento aos argumentos da oposição na reunião de Câmara, sabemos que a oposição votou contra esta deliberação nessa reunião e votou contra, justificando-se com uma alegada falta de clareza ou insuficiência de escala nas imagens ilustrativas do relatório de fundamentação que o caro deputado Francisco Marques também mencionou. Mas convém que o ruidoso debate não tente tapar o óbvio rigor técnico. Um relatório informativo serve para enquadrar, o que vai a depósito legal e o que rege o território, são as plantas originais geoespaciais em SIG, essas sim dotadas de absoluto rigor milimétrico. Agarrarmo-nos ao tamanho de uma imagem num documento explicativo para tentar paralisar a gestão do território, não é sério. Vamos aos factos e desmistifiquemos os três pontos onde a oposição falou em concreto na reunião de Câmara e também aqui hoje (hoje não foi destes pontos todos).

- 1. Sobre Regueira de Pontes e o Plano Pormenor do Outeiro Pelado, o solo rústico daquela zona já foi reclassificado para solo urbano na categoria de espaços turísticos, por decisão desta Assembleia e com publicação no Diário da República, em 2024. O que aconteceu publicação da sexta alteração do PDM, foi um mero erro de edição gráfica que deixou o polígono em branco. O que fazemos hoje aqui é apenas pôr o desenho do plano de acordo com aquilo que já tinha sido aqui aprovado e publicado. Portanto, não consideramos que isto seja falta de transparência, como foi dito na reunião de Câmara mas, portanto, é uma correção e daí chamar-se correção material.*
- 2. Sobre Monte Redondo, detetou-se uma óbvia incorreção informática na sobreposição de layers cartográficos no software de planeamento, ocultando parcelas sob a malha industrial. Corrigir isto, harmonizando a peça escrita com a desenhada, é um ato de elementar responsabilidade para dar segurança jurídica a quem lá tem a sua atividade.*



3. Sobre Santa Catarina da Serra e Chainça, onde se falou de uma nova mancha de atividades económicas sem explicação, convém ler o relatório técnico. As manchas roxas, que representam a área industrial e de armazenagem, mantêm-se rigorosamente iguais e intocadas em ambos os documentos. O solo industrial não expandiu um único centímetro quadrado, o que variou foi apenas a representação do tracejado azul, que delimita a unidade operativa de planeamento e gestão, e esta já constava textualmente da legenda da sexta alteração, mas o polígono gráfico tinha ficado omitido na cartografia final. Não há solo novo, há apenas a correção de uma omissão de desenho.

Senhores deputados, estar contra esta correção ou levantar alguma questão, não me parece sério e fiquei, confesso, desagradado. Não tenho que ficar, mas fiquei, com o voto contra na reunião de Câmara, porque o voto contra esta correção significa que se prefere manter no PDM oficial de Leiria, uma pedreira fantasma, por exemplo. A pedreira do Crato, cuja licença já caducou e que a própria Direção Geral de Energia e Geologia mandou encerrar e retirar do plano. Significa que se prefere manter no mapa perímetros de proteção de furos de água que já foram desativados pela APA, e ilegalmente revogados. Portanto, manter erros na cartografia municipal serve para quê? Para gerar entropia? Serve para confundir projetistas? Serve para atrasar licenciamentos e serve para infernizar a vida a munícipes e investidores que querem criar riqueza? Portanto, nós, no grupo do Partido Socialista, recusamos alinhar nesta atitude e, portanto, confiamos plenamente no rigor e na fundamentação legal apresentada pela Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território.

Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado **Francisco Marques – PPD/PSD**

Transcrição:

”Muito obrigado.

Só para dizer que eu julgo saber que os vereadores se dispuseram a votar favoravelmente a alteração, caso fossem feitas algumas correções e, portanto, só porque a intervenção do meu caro colega, membro da Assembleia Municipal, foi focar isto, mas de facto, bastava que tivesse havido essa correção e teriam tido o voto favorável do PSD. Claro que nós estamos de acordo com a correção. Foi basicamente isso que eu também aqui vim aqui dizer.

Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal** que disse não ter nada a acrescentar.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**



Ponto 4 - Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2025 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, o que estamos aqui a apresentar, portanto é a prestação de contas, onde inclui as contas do Município de Leiria na sua versão grupo autárquico aonde, para além da Câmara, tem o SMAS e o teatro José Lúcia da Silva. As receitas apresentadas no documento resultam do somatório de documentos que já trouxemos anteriormente, o que equivale também o mesmo raciocínio nas despesas, por isso não tenho muito mais a acrescentar, senhor Presidente.

Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo - CHEGA**

Transcrição:

"Pereira de Melo, CHEGA.

Ponto 4 - Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2025.

O CHEGA irá votar contra este ponto uma vez que, em cada uma das contas no passado votou contra, e votámos contra porquê?

Em termos das contas do município continua a verificar-se que, apesar de um aumento significativo de receita, resultante de impostos, as despesas se concentraram fortemente na despesa corrente, com muitos eventos, enquanto que a despesa de capital foi, percentualmente, muito inferior,

Tal demonstra a falta ambição ou incapacidade do executivo em gerir investimentos estruturais.

No relativo às contas dos SMAS continua a verificar-se que o investimento em saneamento é insuficiente assim como a percentagem de água não faturada continua muito elevada (na ordem dos 30%, segundo me lembro).

No relativo às contas do teatro José Lúcio da Silva, se bem que a situação tenha melhorado, uma vez que a gestão passou a ser feita de outro modo, continua a verificar-se que ele depende fortemente de subsídios da Câmara, e não há, realmente, para um sistema que é independente, as receitas próprias continuam a ser muito insuficientes.



Pelo que, já disse, iremos votar contra.”

Intervenção do senhor deputado Ley Garcia – CDS-PP

Transcrição:

"Ley Garcia, CDS-PP.

A execução orçamental revela uma despesa efetiva em que a despesa corrente é mais do dobro do que a despesa capital. Se tivermos em conta que o saldo para a gerência seguinte aumentou para mais 51 milhões de euros, a impressão que fica é que se trata de uma Câmara com pouca capacidade de execução em projetos estruturantes que ficam para o futuro. No âmbito da certificação legal de contas, o ROC dá o seu aval às demonstrações financeiras consolidadas, mas emite uma opinião com reservas e uma ênfase, o que nos deixa também com algumas reservas quanto à transparência de contas. Por isso, temos algumas questões.

- 1. Transição e conformidade com SNC-APA. A plena adoção do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, SNC-AP, exige rigor na consistência dos critérios de mensuração e valorização do património. É frequente os auditores apontarem desvios na reconciliação de saldos de anos anteriores ou falha na consistência de inventários e ativos. Senhor Presidente, o relatório do ROC aponta para a persistência de assimetrias e limitações no histórico de transição para o SCNC-AP. Que medidas concretas e calendarizadas foram tomadas em 2025 pela divisão financeira para garantir que o inventário geral de bens ativos intangíveis reflita a realidade sem distorcer o balanço do Município?*
- 2. Valorização do ativo fixo, imobilizado e obras em curso. Um dos pontos mais críticos nos municípios portugueses, prende-se com a falta de inventariação atempada, reconciliação física e o atraso na passagem de obras em curso para bens de domínio público ou edifícios. Se o ROC emitiu reservas relativas à impossibilidade de validar a totalidade dos ativos fixos tangíveis, a ausência de teste de imparidade, valor real do património municipal, fica incerto. Atendendo às notas do ROC sobre a valorização do imobilizado, qual é o montante financeiro exato de obras concluídas que ainda se encontra indevidamente registadas como obras em curso? Como justifica, o executivo, a ausência de mecanismos automáticos de controlo interno que concilie os autos da receção de obras com registos patrimoniais e contabilísticos?*
- 3. Reconhecimento de passivo e provisões para processos judiciais. O equilíbrio orçamental anunciado pode ser ilusório se o Município não aprovisionar adequadamente os riscos de encargos decorrentes de litígios judiciais pendentes.*



Exemplos com empreiteiros, expropriações ou disputas contratuais. A falta de estimativas fiáveis sobre contingências passivas, é uma reserva recorrente. O saldo positivo anunciado de 5,24 milhões de euros à cautela, devidamente de ações judiciais contra o Município, ou estamos perante um risco fiscal subestimado. Solicitamos que o executivo explicita os critérios usados para calcular as previsões em 2025 e clarifique se existem passivos contingentes omitidos nas demonstrações financeiras que possam vir a canalizar a liquidez futura da autarquia.

4. *Consolidação de contas com o universo municipal, SMAS e empresas. Os resultados do Município não podem ser dissociados do perímetro de consolidação, que englobe os serviços municipalizados de água e saneamento e outras participadas. Fragilidades e reservas na validação de saldos recíprocos distorcem a realidade consolidada. Verificando as contas consolidadas, quais foram as divergências de reconciliação de saldos detetados pelo auditor entre a Câmara Municipal e o SMAS de Leiria? Como pode o executivo garantir a fiabilidade global das contas quando subsistem reservas quanto à uniformização de políticas contabilísticas dentro do próprio universo municipal?*
5. *Fragilidades no sistema de controle interno. Qualquer reserva ou ênfase expressa pelo ROC no documento de certificação legal é por inerência, um atestado de insuficiência ao sistema de controlo interno da autarquia. Significa que os controlos falharam na prevenção ou até são erros materialmente relevantes. Senhor Presidente, uma reserva do ROC não é apenas um pormenor contabilístico, é uma falha de gestão. Que falhas específicas no circuito de despesa receitam contratação pública foram identificadas em 2025? E por que razão o plano anual de auditoria interna não conseguiu mitigar preventivamente estas fragilidades antes da intervenção do auditor externo?*
6. *Falência do sistema de controlo interno. Quando os mesmos erros se repetem em múltiplos relatórios financeiros anuais, o problema deixa de ser um erro humano isolado e passa a ser uma falha do sistema estrutural internacional na governação do município. A reposição sistemática destas reservas demonstra que o sistema de controlo interno da Câmara Municipal de Leiria está paralisado e não aprende com os erros do passado. Que consequências retira o executivo do facto do auditor externo apontar, ano após ano, falhas? Foram instaurados inquéritos ou alterados procedimentos internos na divisão de contabilidade? Ou o executivo já se habituou a governar Leiria com contas com reservas técnicas?*



De qualquer das formas, o documento também tem aspetos bastante positivos e por isso optamos pela abstenção.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal** que disse não ter nada a acrescentar.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **35 votos a favor** (33-PS, 2-PPD/PSD), **11 votos de abstenção** (8-PPD/PSD, 2-IL, 1-CDS-PP) e **5 votos contra** (5-CHEGA), a proposta da Câmara Municipal de Leiria contida na sua deliberação de 15 de junho de 2026 e cujo teor se dá por transcrito referente aos **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2025.**

Ponto 5 - Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas do DEOM - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

O que estamos aqui a deliberar é, uma vez que são despesas plurianuais, aquilo que tínhamos projetado em termos de ritmo de obra está a ser mais lento do que o previsto e, portanto, há aqui um conjunto de despesas que vão ser realizadas em anos seguintes e, portanto, é necessário adaptar em termos orçamentais. E, portanto, estamos aqui a falar de um conjunto de obras identificadas na deliberação, algumas de maior montante, muitas delas associadas a obras de edifícios, nomeadamente os edifícios escolares. E, por isso, estamos aqui a propor de modo a que se evite ter, no final, um saldo de gerência que não reflita o ritmo normal e correto daquilo que é a execução das obras por parte das obras municipais. Portanto, também é uma atitude de rigor e de transparência. Não adianta estarmos a ter no nosso orçamento ritmos que não estamos a cumprir. Portanto, temos como norma, em cada Assembleia Municipal, sempre que for necessário atualizar aquilo que é a nossa previsão de evolução da despesa.”

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo - CHEGA**

Transcrição:

"Pereira de Melo, partido CHEGA.



Ponto 5 - Reescalonamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas do Departamento de Obras Municipais

Propõe-se a esta AM a aprovação do reescalonamento dos encargos plurianuais da execução de empreitadas das quais as mais relevantes, são os seguintes:

- Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos D. Dinis –esta obra foi consignada em 25/03/2024 e suposta pronta em 660 dias.

Pede-se para transferir de ano 2 milhões de euros.

- Construção do Edifício do Serviço de Finanças na Torre Nascente do Estádio Municipal de Leiria; obra consignada em 09/10/ 2023 e suposta a terminar em 540 dias.

Pede-se para transferir 0,5 milhões de euros.

- Construção de um espaço de utilização coletiva com estacionamento junto à rotunda D. Dinis: Obra consignada em 1/09/2025 e suposta terminada em 509 dias. Pede-se para transferir 0,4 milhões de euros

A existência do nível freático muito elevado, que parece atrasar esta mesma obra, este problema para mim é muito estranho porque é conhecida desde a década de 90, do século passado, altura em que se pensou implantar a ESTG nesse local, que o nível freático era muito elevado. Portanto, a Câmara nessa altura já tinha conhecimento desse facto. Tememos que irá acontecer o mesmo com o projetada Escola de Educação e Ciências Sociais a construir em local adjacente. Portanto, a ESTG não foi implementada nessa zona, precisamente porque o nível freático era muito elevado, foi para o Morro do Lena, foi uma decisão que foi tomada no meu tempo.

- Construção de parque de estacionamento na_Av. Papa Francisco - Obra não consignada e pede-se para transferir 0.45 milhões de euros.

Estranho não ter encontrado na mesma lista o terminal rodoviário cuja construção também se arrasta.

Ao analisar as obras apresentadas verifiquei que o plano de segurança e saúde é em todos os casos, menos no caso da escola D. Dinis, aprovado após a consignação da obra. No âmbito da contratação pública e da segurança e saúde no trabalho, decreto-lei 273/2003, o plano de segurança e saúde deve ser emitido e aprovado antes da consignação da obra, ato formal em que o dono da obra entrega o estaleiro/terreno ao empreiteiro para que este inicie os trabalhos.

O artigo 11.º do decreto-lei 273/2003 estipula expressamente que o dono da obra deve assegurar que o plano de segurança e saúde esteja aprovado antes da abertura do estaleiro, como a consignação da obra coincide ou precede imediatamente a abertura do estaleiro, o plano deve estar aprovado antes desta.



O atraso na execução destas empreitadas tem sido justificado, pelo Sr. Presidente da Camara, por diversos fatores exógenos, de âmbito nacional e regional, que têm afetado de forma significativa o setor da construção civil.

Entre estes fatores destacam-se a escassez generalizada de mão de obra especializada no setor da construção civil, os constrangimentos persistentes nas cadeias de fornecimento de materiais e equipamentos, bem como o elevado volume de empreitadas adjudicadas simultaneamente ao empreiteiro.

Acresce, mais recentemente, do fator referente a que, no dia 28 de janeiro de 2026, ocorreu a Tempestade "Kristin", que significativamente provocou elevados danos em infraestruturas municipais, incluindo estabelecimentos de ensino.

As justificações de atrasos apresentadas, que já foram apresentadas igualmente antes da tempestade, não me parecem totalmente convincentes pois, recentemente, a reparação da cobertura do estádio, no valor de 2,7 milhões de euros, foi rápida por se ter recorrido a um ajuste direto. Portanto, o problema parece estar no método do concurso.

Logo, mesmo em casos extremos, quando existe dinheiro há obra. Passa a haver recursos.

Será então o motivo do atraso a existência de concursos públicos, em que a obra é adjudicada a quem apresenta o valor mais baixo?

Será o facto de se adjudicarem muitas obras, ao mesmo construtor, pelo valor mais baixo que conduz a que os problemas acima citados sejam causadores dos atrasos?

Se for o caso, possivelmente os construtores não dispõem de capital ou crédito bancário que, com muitas obras que têm a baixo preço, não lhes permita pagar custos mais elevados de mão de obra e/ou matérias pelo que passam a arrastar as obras e a procurar trabalhos a mais.

Será que a CML não aplica multas em caso de incumprimento de prazos de entrega?

Decerto que o Sr. Presidente da Camara conhece bem a lei que rege os contratos públicos.

Deste modo sabe que, no âmbito do código dos contratos públicos, uma obra pública não tem de ser forçosamente adjudicada pelo preço mais baixo. Pelo contrário, a regra geral e preferencial da contratação pública é da escolha da proposta que apresente melhor relação qualidade preço. (art.º 74.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto).

O dono da obra pode escolher entre os 2 critérios principais de adjudicação; critério melhor relação qualidade preço, que é a regra geral, neste caso o preço é apenas um dos fatores avaliados sendo cruzado com critérios de qualidade ou então escolher o critério de custo ou preço.



Esta última escolha apenas se recomenda para situações onde as especificações técnicas no caderno de encargos estão bem detalhadas e fechadas, restando apenas competir no preço.

Mesmo nestes casos é obrigatório a entidade justificar porque razão optou por avaliar apenas o preço em detrimento da qualidade.

No caso de um preço anormalmente baixo, mesmo quando o critério é o preço mais baixo, a lei protege o mercado e a execução da obra.

Se um concorrente apresentar um preço excessivamente baixo, a sua proposta pode ser excluída se não conseguir justificar tecnicamente como consegue fazer a obra por aquele valor, sem falhar com salários materiais e segurança.

Ora, o que se está a verificar é que as obras não param, arrastam-se. Arrastam-se porque aparecem trabalhos a mais sistematicamente, aparece projetos que estão mal feitos, uma vez que os trabalhos normais são baseados em assuntos como, por exemplo, caixas que estão abaixo do nível freático e fios que não têm as secções corretas e coisas do género. Ora isto mostra que os senhores arquitetos fazem o projeto e alguns vêm de concursos públicos, que depois, eu não diria gatilhados, vêm mal feitos! Que depois o empreiteiro põe custos baixos para depois vir buscar trabalhos a mais. E tem havido sistematicamente trabalhos a mais, trabalhos a mais esses que atrasam as obras. Acho que realmente havia necessidade da Câmara Municipal prestar mais atenção a estes factos para que não tenhamos um conjunto elevadíssimo de obras que se estão a arrastar, e isso tem custos muito elevados para a própria Câmara e, portanto, para o contribuinte.

Tenho dito."

Intervenção do senhor deputado Francisco Marques – PPD/PSD

Transcrição:

"Bem, dizer que eu não combinei nada com o professor Pereira de Melo e também que os arquitetos têm costas largas! O senhor esqueceu-se dos engenheiros. Depois de dizer ainda que, o nosso 1.º Secretário, José Alves na sua simpatia e amizade, costuma dizer que eu sou um chato porque faço intervenções sem suporte escrito, mas eu hoje, para me redimir, trouxe tudo escrito.

Ora, o PSD irá votar favoravelmente o reescalonamento agora apresentado.

Não será por nós que estas obras em curso sofrerão mais atrasos.

No entanto, já considerando todas as circunstâncias exógenas referidas, as dificuldades na obtenção de mão de obra, na aquisição de diferentes materiais e serviços e a maldita tempestade Kristin que, espero, um dia nos deixará de provocar pesadelos, questionamo-nos, ao ler de forma algo recorrente expressões como, e cito, "na



sequência da aprovação de trabalhos complementares e das respetivas prorrogações de prazo”, se não andar por aqui, mais uma vez, o fantasma da falta de rigor que parece assombrar muitos dos concursos lançados pela Câmara e que também parece assombrar quem analisa as propostas apresentadas pelos concorrentes. Também há o fantasma da miopia que dificulta a visão.

Mas, como dizia, questionamo-nos, não acusamos. É uma pergunta... ou também pode ser, como diz o povo, “um abre olhos”.

Ainda a propósito de reescalamentos decorrentes de atrasos por causa de dificuldades “insuspeitas”, lembro que, em Assembleia Municipal anterior, quando aprovámos a sexta “revisão”, digo, alteração ao Plano Diretor Municipal, referi aqui a necessidade de se reavaliar a localização de certas e determinadas obras, em zonas passíveis de inundação. Era a maldita tempestade a recordar-me que, por vezes, é mais sensato não desafiar a natureza.

Na altura, entre outros exemplos possíveis, referi os terrenos do pretendido “AquaPolis” e os terrenos do estacionamento junto à Rotunda D. Dinis.

Na sua resposta, o senhor Presidente da Câmara dirigiu-se-me mais ou menos nestes termos: choveu muito, não choveu? Houve grandes inundações, não houve? Pois é, mas a Exelis para onde se prevê o AquaPolis não inundou!

E não, não inundou.

Agora, aparece neste documento a seguinte justificação para atrasos na execução do estacionamento da Rotunda D. Dinis: “Acrece que os trabalhos de aterro previstos na empreitada têm registado dificuldades de execução decorrentes do elevado nível freático existente no local e da elevada pluviosidade verificada durante o último inverno, circunstâncias que condicionaram as operações de movimentação de terras e a obtenção das condições adequadas para a execução dos trabalhos previstos.”

Ao que eu lhe digo, com amizade, senhor Presidente: pois é, eu bem avisei que aqueles terrenos não eram grande coisa para o efeito.

Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte - PS

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Permita-me que o cumprimente e em si, todos aqueles que estão aqui e que nos acompanham em casa.

Portanto, já aqui foi discutido o que é que isto diz respeito a este reescalamento das obras. Não é desejável, mas infelizmente é uma gestão corrente que a Câmara tem de cumprir e tem de ter a total transparência perante esta casa. O alterar as obras não



significa que elas não estejam a decorrer. Estamos é a falar de um de um plano de pagamentos que é diferente. Também já aqui foi falado por causa de Kristin, tivemos muitas empresas que tiveram de alterar os seus planos de trabalho. Eu acho que todos temos consciência disso, portanto, também é bom de ressaltar isso. O Senhor Presidente já aqui mencionou muitas obras que estão em curso. Eu esta semana, por exemplo, soube de um número que me deixou completamente chocado, que é o número de escolas que necessitam de intervenção face à tempestade Kristin, são 99 escolas. É uma enormidade. É o sinal daquilo que a gente, infelizmente, todos passámos e todos sofremos. Portanto, a apresentação deste diferimento de procedimentos nestas obras. Acho que mais transparência que isto é impossível da parte do Município. Ainda que já tenha sido aqui referido, e muitas vezes, a falta de mão de obra e a falta de empresas, também continua a ser um problema muito grave em relação aos concursos públicos. E o senhor deputado aqui falou, e muito bem. Sabemos que a Câmara até faz bem os concursos quanto a mim, e acho que ninguém dúvida disso. Ao nível de empresas é que, se calhar, às vezes poderiam pensar assim, eu posso fazer 3, não posso fazer 10 ou eu posso fazer 1, não posso fazer 5 e, portanto, também requer de outro lado que haja alguma análise técnica aos recursos que tem e ao tempo de duração das obras. Acho que aí concordamos perfeitamente nisto. Só aqui depois duas notas em relação aqui à intervenção do senhor deputado do Chega em relação à Papa Francisco, eu posso estar aqui a cometer um erro muito grande, mas vi qualquer coisa hoje que vai começar para a semana ou qualquer coisa assim. Portanto, vi no jornal, não foi nenhuma informação que me tenham dado. Quando refere aqui o TIL que não vem aqui discriminado, o terminal rodoviário, é porque com certeza não houve alterações e ainda bem que não houve alterações. Não precisamos de ter alterações em todas as obras. E também dar aqui conta de mais duas coisas, quando fala em que o plano de segurança e saúde não está aprovado, eu ponho... não conheço, mas ponho as minhas mãos no fogo, em projeto de certeza que está aprovado. A empresa que ganhou tem de o adaptar para plano de segurança e saúde em obra e, com certeza que o fez antes de iniciar a obra, mas, senhor deputado, como é uma área que me é cara. Julgo que seja assim que está definido. E depois disse um comentário que eu acho giríssimo que a gente também já se vai conhecendo, como é óbvio, que é: "quando existe dinheiro, existe obra". Se assim fosse, a Câmara Municipal não tinha obras em atraso.

Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Rui Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Rui Fernandes, CHEGA.

Muito obrigado, senhor Presidente.



Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores, vereadores da oposição, senhoras e senhores deputados, público que assiste e público que nos assiste via digital.

Ora, ponto 5. Este é um ponto que vai muito para além de um simples adiamento financeiro. O documento apresenta um conjunto de justificações já aqui ditas: falta de mão de obra, dificuldade de fornecedores, atrasos dos projetos, projetistas, condições meteorológicas e efeitos da tempestade de Kristin. Tudo isso pode ser verdadeiro, tudo legítimo. A questão que gostaria de colocar é outra, o que é que a Câmara Municipal de Leiria está a fazer para alterar esta realidade? É que limitar-nos a aceitar sucessivamente os atrasos não resolve absolutamente nada. Quando são lançados concursos públicos, como já foi dito aqui, a Câmara tem margem dentro da lei para definir critérios da adjudicação que valorizem não apenas o preço, mas também a capacidade técnica, os recursos disponíveis, a experiência e a garantia de cumprimento dos prazos. Está o executivo a utilizar todos esses instrumentos? Da mesma forma quando existe atrasos na execução das empreitadas, a lei prevê mecanismos de acompanhamento contratual e quando se justifique de responsabilização dos adjudicatários. Portanto, pergunto ao executivo, esses mecanismos estão a ser aplicados sempre que existem atrasos imputáveis aos empreiteiros ou estamos simplesmente a aceitar sucessivos adiamentos? Depois, há aqui uma outra questão que é, estamos a transferir cerca de 4 milhões de euros, mais precisamente 3,95 do ano de 2025 para o ano de 2027. Não estamos a investir estes 4 milhões de euros neste ano de 2026, estamos a passá-los para aquilo que é o próximo ano 2027. Aliás, isto é um assunto até que já foi discutido na anterior reunião, em que o executivo e o senhor Presidente, fica conhecido como o presidente de eventos, presidente de festas e presidente com uma falta enorme... falta de capacidade de executar obra! Porque mais uma vez passamos cerca de 4 milhões de euros que deviam ser executados no ano 2026, ano civil, e têm que ser executados no ano de 2027. E eu pergunto: em 2027, o que é que vai acontecer? Vamos passar mais 4,10,15,20 milhões de investimento de obra que devia ser feita em 2027 para 2028? Que garantias pode este executivo dar a esta Assembleia que estes quase 4 milhões de euros não voltarão daqui a um ano a ser novamente passados para o ano seguinte? E para terminar: governar não é apenas justificar atrasos, há que apresentar soluções! Há que criar condições para que os atrasos comecem cada vez menos.

Muito obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.



Só deixar aqui um apontamento sobre esta questão da despesa tem que passar para anos seguintes ou para meses seguintes. Nenhum presidente de Câmara, nem nenhum vereador, nenhum de nós, nem presidente de junta, gostava de ter que adiar prazos de conclusão de obras. E de facto... é um nível de obra que temos prevista e aquela que está em curso, não é compatível com aquilo que foi dito da ausência de obra e que o Presidente só quer festas porque senão não era motivo estarmos a discutir o adiamento do pagamento e concretização de obras. Era só festa. Estávamos aqui a falar sobre outra coisa. Portanto, efetivamente temos obra para fazer, o ritmo é que não é aquilo que nós desejamos. E é por isso que o Governo também está a intervir para melhorar essa situação, não só no ritmo de aprovação de obras (a eliminação do preço base, o facto de não ser necessário agora fazer revisão de projetos), ou seja, há de facto a nível do país uma carga burocrática associada a tudo o que é obra extremamente elevada, quer na parte do planeamento, quer depois na parte da execução. Daí que também está previsto a intenção do Governo, e eu acho bem, que em situações em que as obras não estão a cumprir aquilo que são os objetivos para as obras, podem ser resgatadas pela Câmara de uma maneira muito mais ágil e rápida. Fazem isto só por causa da Câmara de Leiria? Não, pois não? Está a resposta dada. É um problema nacional. Senão não era um problema... não era motivo suficiente para o governo estar a intervir nesta matéria. A rapidez na aprovação de concursos e controlo, aumento dos valores da contratação pública, mais altos e que houvesse mais rapidez na execução de obra e porque os preços também subiram. E temos um problema mais grave, que é mesmo que se ultrapasse isto, vai faltar sempre mão de obra. Vai faltar sempre empresas, portanto, estamos a viver momentos especiais e não é só cá, é pelo país inteiro e também não é só em Portugal. As obras do Dana, que aconteceu há 1 ano e meio, há obras por fazer. Os preços duplicaram, de construção. O que aconteceu em Leiria e o que aconteceu nesta região afetada, não é uma coisa para desprezar. Nós conseguimos lançar 4 obras das escolas do 2.º e 3.º ciclo ao mesmo tempo, será uma sorte encontrar 4 empresas capazes de as fazer no país. E se quisermos incluir o topo norte, e se quisermos incluir as obras associadas aos outros equipamentos destruídos, nomeadamente estradas, taludes, encostas que estão a cair, não é? Não foi só em Almada que caiu. Qualquer freguesia tem estradas ainda cortadas e encostas a cair. Nós temos aqui algumas delas bem perigosas, basta andar na rua. E não vai ser barato nem fácil aquela obra de sustentação, as obras de sustentação dessas situações. E é por isso que, para a semana, ver onde é que Leiria outra vez, verificar estas situações para ver se encontramos soluções. Por isso, não fizemos tudo bem. Temos muita coisa por fazer, gostávamos que as coisas estivessem mais adiantadas. Neste momento, as condições para fazer mais



rápido também se agravaram. Antes da tempestade já era lento, agora depois da tempestade mais difícil é. Ah, mas uma coisa é certa, não tenham dúvidas. A gente vai bater recordes de obra. Em termos de quantidade, agora já estamos a bater. São pequenas obras, mas são centenas de obras que foram feitas em pouco tempo. E sim, está refletido algumas na despesa corrente e outras na despesa de capital. Basta ainda há pouco ver no relatório financeiro. Aquele dinheiro não voou só porque fizemos a Feira de Maio, nem a fizemos. Para evitar que depois pudesse usar politicamente "Ah, só quer festa". Até foi bom não fazer porque assim foi engraçado que depois apareceram partidos a dizer "Ah, deviam fazer". Pronto, e bem. Só queria dizer, portanto, isto é uma decisão que é técnica, é de gestão também, não faz sentido estarmos a dizer que aquele calendário que está definido está a ser cumprido, não está. Quando não está, tem que se fazer a reprogramação da execução da obra e muitas vezes reprogramamos a mesma obra, infelizmente de 6 em 6 meses, porque durante aqueles 6 meses em que dizem que vão avançar... o ritmo não foi aquele que nos prometeram."

Estamos num sistema... infelizmente, se juntarmos a isso, a dificuldade que algumas empresas têm depois da tempestade, uma em particular, que está muito associada à nossa região e que tem obras connosco porque as ganhou, de uma maneira transparente e clara, concursos públicos. E gerir isto, que é, é uma empresa que ganhou, não está a cumprir com prazo, que é de cá, assim que tiramos a obra, matamos a empresa. É assim. É fácil decidir? Não é, porque se também tiramos da obra, temos que arranjar alguém para entrar na obra, e antes de entrar na obra é preciso saber o que é que falta fazer. Novo projeto. Destacar, naquele exato momento, o que é que ainda falta fazer para a frente, novo projeto, limpar da tabela aquilo que já foi feito (para além das questões legais que poderão estar associadas a tirar alguém da obra), lançar novo procedimento, demora praticamente um ano. É assim. Portanto, fazer a gestão. O mundo perfeito não há, gostaríamos que as coisas estivessem melhor em algumas destas obras. Como disse ainda há pouco, também temos obras que têm ritmos muito bons. A escola da Gândara está num ritmo bom. A escola de São Romão está num ritmo assustador, até vai cumprir o prazo antes. E pronto. Se fossem todas assim... Portanto, está explicado aquilo que é a gestão das empreitadas neste momento na Câmara, no que diz respeito a esta necessidade de controlar e acompanhar as obras. E acompanhar as obras para nós também não é fácil, sabem porquê? Os nossos fiscais do Departamento de Obras Municipais, sabem o que é que estão a fazer? A ver telhados. Tarefa fácil, não é? Pois, não é. É fácil só do púlpito abaixo, é muita fácil! Mas depois todos os dias gerir isto e saber que não estamos a ser melhores e gostaríamos de ser melhores, é de quem trabalha em stress provocado por uma tempestade. É o que os desgraçados agora na



Venezuela vão viver nos próximos tempos. E vocês todos os que são de cá, os que moram cá e os que estiveram na linha da frente a ajudar outros, sabem do que é que eu estou a falar. Outros preferiam... houve quem, com responsabilidades, preferisse acompanhar à distância. Não, houve muita gente aqui desta sala que acompanhou hora a hora o que se estava a passar. E não desistiu e continua cá. Ainda não parou! Que a seguir temos a tempestade, temos as árvores provocadas pelos derrubos da tempestade, temos que resolver ainda... Mas já nos deram tudo! Deram-nos 13 milhões de euros! Só que ainda não chegaram, mas já serve para ter superavit, nem contrato temos. Maravilha. É como certa pessoa que disse: "muito obrigado, estamos muito agradecidos. Que coisa maravilhosa. Nunca fomos tão bem servidos, pá". Sabem o que é que isso significa? Há pessoal que não sabe o que se passou até aqui, ou se calhar sabem, mas olham mais para a cor do que para os interesses de Leiria. Perguntem a qualquer leiriense qual é a opinião que tem do trabalho que os leirienses fizeram para salvar-se uns aos outros? Onde nós e os presidentes de junta estão incluídos. Vão pedir opinião, a ver se têm a mesma opinião daquelas que vocês tentam pintar aqui! Que o dinheiro está cá e está em superavit! Transparência? Ter um tipo de afirmação como esta? Tenho dito."

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por maioria**, com **44 votos a favor** (33-PS, 10-PPD/PSD, 1-CDS-PP), **2 votos de abstenção** (2-IL) e **5 votos contra** (5-CHEGA), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Reescalonamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas do DEOM.**

Ponto 6 - Projeto de Alteração ao Regulamento Interno de Utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal.**

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, é uma proposta de alteração de utilização das piscinas municipais de Leiria, no que diz respeito à atribuição de utilização dos espaços das piscinas, de modo a existir uma maior adequação àquilo que é a realidade atual, não só das piscinas, mas também dos clubes desportivos que atualmente utilizam a piscina."

Intervenção da deputada **Leonor Correia – PPD/PSD**

Transcrição:



"Leonor Correia - PSD

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento-o a si e, na sua pessoa, os restantes presentes e todos os que nos assistem online

O ponto que hoje discutimos diz respeito ao Regulamento Interno de Utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria.

Antes de mais, importa reconhecer que estamos perante um regulamento particularmente complexo porque procura responder a uma realidade também ela, bastante complexa: Conciliar a utilização de uma única infraestrutura que serve, simultaneamente, centenas de utentes, escolas, programas municipais, clubes desportivos, atletas federados e atletas de alta competição.

A elaboração deste regulamento carece de uma análise aprofundada e deve refletir o interesse das entidades diretamente envolvidas, beneficiando da sua apreciação e do seu contributo para a versão final do documento.

Independentemente da avaliação que cada um faça dessas sugestões, entendemos que os clubes e os utilizadores são quem melhor conhece a realidade diária do Complexo e, por conseguinte, os seus contributos deveriam merecer uma atenção redobrada.

No entanto, na opinião do PSD, o principal problema das Piscinas Municipais não é regulamentar.

O principal problema é estrutural.

Temos muitos Utilizadores; muitos Atletas; muitos Clubes (e que bom que assim é!).

E temos uma infraestrutura que, há muito, atingiu os limites da sua capacidade de resposta.

Aliás, importa recordar que o atual Complexo Municipal de Piscinas foi uma infraestrutura concebida e construída durante a gestão do PSD, há cerca de duas décadas atrás.

Foi um investimento ambicioso e estruturante para o concelho, moderno para a época e pensado para servir simultaneamente a população, a aprendizagem, a formação desportiva e a competição.

Mas o sucesso da infraestrutura trouxe, também, novos desafios: os clubes cresceram; o número de praticantes aumentou significativamente; os resultados desportivos melhoraram; e as exigências da alta competição são hoje incomparavelmente superiores às existentes quando o complexo foi projetado.

E é precisamente aqui que o PSD entende que faltou visão estratégica.

O problema que hoje enfrentamos não resulta de uma má decisão tomada há vinte anos.

Pelo contrário! Resulta do sucesso desse investimento.

O problema resulta de, ao longo dos últimos 10 a 15 anos, não ter sido planeada uma resposta para acompanhar esse crescimento.



O executivo socialista teve tempo para perceber que o atual complexo estava a atingir a sua capacidade máxima.

Teve tempo para iniciar o planeamento de uma nova infraestrutura e teve tempo para preparar o futuro. Mas esse investimento nunca avançou!

Hoje discutimos um regulamento que procura gerir um problema de falta de espaço.

Mas nenhum regulamento consegue criar pistas de treino onde elas não existem.

Nem consegue aumentar a capacidade instalada. Nem consegue eliminar os conflitos entre horários quando a procura ultrapassa largamente a oferta.

O PSD entende que Leiria já justificava, há vários anos, uma infraestrutura complementar, especialmente vocacionada para o treino e para a competição.

Uma infraestrutura que permitisse libertar o atual complexo para servir melhor a população, as escolas, os programas municipais e os utilizadores em geral.

Essa seria, no nosso entendimento, a resposta estrutural para um problema estrutural.

Aliás, permitam dizê-lo com clareza:

Consideramos que este investimento representa hoje uma prioridade muito superior à construção de piscinas ao ar livre prevista para a zona da Barosa.

Sem desvalorizar os equipamentos de lazer, entendemos que o Município deve, antes de mais, resolver os problemas permanentes que afetam diariamente centenas de atletas, clubes e utilizadores.

Primeiro, devemos garantir condições adequadas para quem utiliza as piscinas durante todo o ano.

Só depois fará sentido investir em equipamentos de utilização predominantemente sazonal.

Relativamente ao regulamento propriamente dito, reconhecemos o esforço desenvolvido pelos serviços municipais para encontrar um equilíbrio entre interesses, muitas vezes difíceis de compatibilizar.

Essa posição demonstra que subsistem reservas relativamente ao documento apresentado.

E compreendemos essas reservas. Porque, enquanto não existir uma resposta estrutural para aumentar a capacidade instalada, qualquer regulamento continuará, inevitavelmente, a gerir escassez.

E quando se gere escassez, é impossível satisfazer plenamente todos os interessados.

Estimados Senhoras e Senhores,

O PSD considera que este regulamento pode constituir um instrumento de organização.

Mas não pode ser confundido com a solução do problema.

A verdadeira solução passa por investir. Passa por planear.



Passa por preparar Leiria para os próximos vinte anos, tal como o PSD fez quando decidiu construir o atual Complexo Municipal de Piscinas.

Esse investimento marcou positivamente uma geração.

Agora é tempo de preparar a geração seguinte.

É essa visão estratégica que defendemos.

Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

Transcrição:

"Paulo Pedro, Partido Socialista.

Boa noite a todos.

Não há muito a dizer, a deputada do PSD, Leonor Correia, que falou há pouco já nos disse muito acerca da complexidade do problema. De facto, o problema tem a ver com a infraestrutura não conseguir já dar resposta à totalidade dos utilizadores, mas temos a noção que a Câmara estará sensível a esse problema e deixe-me só dizer-lhe o seguinte, efetivamente há 20 anos, se calhar há mais, discutiu-se muito nesta Assembleia a questão da construção das piscinas e do custo associado ao aluguer de um gerador que era sensivelmente 2.000 contos por mês de aluguer, uma coisa qualquer assim. Era uma enormidade. Eu já não sei os números de cor, mas na realidade termos gasto menos no aluguer do gerador, e termos gasto mais numa piscina maior ou em duas piscinas de competição, provavelmente hoje não tínhamos este problema. Mas sim, acho que a Câmara deve estar sensível a esta situação, e ponderar a necessidade de investir provavelmente numa infraestrutura maior. Dizer-vos ainda que foram consultadas as associações para o relatório, da consulta às entidades mostra isso mesmo. Algumas das propostas feitas por essas Associações foram acolhidas. Algumas, penso que 4 ou 5. Percebe-se, claramente, que esta complexidade do regulamento tem a tentativa de ser o mais justo possível na atribuição de horários e de espaços. É por isso que tem ali aquelas variáveis todas, aquelas contas todas. Também é completamente visível que são parâmetros completamente objetivos e mensuráveis. Portanto não há aqui, digamos, discricionariedade acerca de quem é que está melhor ou quem é que está pior. Há parâmetros, objetivos e mensuráveis, e isso obriga a tal complexidade e a questão das modalidades com várias disciplinas, também podíamos falar nisso aqui. Foi uma das questões que foi posta a questão, do triatlo e do e do pentatlo. Eu parece-me que este tipo de modalidades, tendo em conta que tem várias disciplinas (perdão) têm mais facilidade de se adaptar em termos de horários de treinos e de espaços e por isso, pareceram-me injustas algumas críticas que vi escritas acerca da distribuição dos horários por este tipo de modalidades. Quanto a mim, modalidades mais flexíveis como



têm treinos em várias disciplinas, facilmente se adaptam, não treinam agora a esta hora, mas treinam noutra disciplina, e portanto, parece-me um bocado injusto, haver críticas relativamente às modalidades que têm mais do que uma disciplina.

Disse.

Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Francisco Marques – PPD/PSD

Transcrição:

"Ora, o senhor deputado Paulo Pedro veio aqui recordar um episódio que provocou grande polémica dentro do Partido Social Democrata, e o senhor podia ter vindo aqui, agradecer ao Partido Social Democrata ter existido esse fenómeno, que lamentamos obviamente. Porque foi com base muito nesse episódio que se verificou uma divisão tal que permitiu que os senhores ganhassem a Câmara e que se mantivessem no poder até hoje, porque essa divisão de facto... deviam agradecer-nos! Porque essa divisão, de facto, foi o que provocou este fenómeno. E devo dizer-lhe também que muitos dos que aqui estão, foram os que na altura criticaram essa situação, provavelmente ao lado da bancada do PS.

Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu só quero agradecer ao PSD o trabalho notável que fizeram relativamente a esta questão das piscinas. Não sei como é que hei-de agradecer, porque desde aí, todas as vitórias que aconteceram a seguir foi devido à vossa incompetência, porque nós não temos jeito nenhum para isto, pronto, e, de facto, acho que é bem evidente o esforço que continuam a fazer para se continuar na oposição e por isso, só quero agradecer penhoradamente o vosso trabalho. Estão de parabéns. Muito obrigado.”

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por maioria**, com **38 votos a favor** (33-PS, 2-PPD/PSD, 2-IL e 1-CDS-PP) e **13 votos de abstenção** (8-PPD/PSD, 5-CHEGA), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Projeto de Alteração ao Regulamento Interno de Utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria**.

Ponto 7 - Extensão de Saúde de Santa Catarina da Serra - Alteração do regime de utilização do imóvel - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**.



Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, o centro de saúde de Santa Catarina da Serra é um edifício que está a ser utilizado pela Câmara Municipal no rés-do-chão. Na parte de cima, continua a ser propriedade da Casa do Povo. O nosso objetivo é regularizar a renda e utilizar o espaço também no primeiro piso, de modo a melhorar o desempenho do centro de saúde, que, entretanto, irá necessitado desse espaço.

Muito obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7** a votação.

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Extensão de Saúde de Santa Catarina da Serra - Alteração do regime de utilização do imóvel.**

Ponto 8 - Abertura do procedimento de hasta pública para concessão do direito de utilização privativa do domínio público municipal - edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, sito no Parque Municipal Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca (Edifício Sul) - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal.**

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, é a abertura de mais um procedimento relativamente a um quiosque, portanto, e que tem que ser autorizado pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal, peço desculpa."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 8** a votação.

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente a **Abertura do procedimento de hasta pública para concessão do direito de utilização privativa do domínio público municipal - edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, sito no Parque Municipal Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca (Edifício Sul)**



Ponto 9 - Procedimento de Concurso Público para Arrendamento das Frações C, E e F do Mercado Municipal de Leiria, para instalação e exploração de espaço para empresas startup - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota que o senhor deputado Tiago Duarte não estaria presente na discussão e votação deste ponto e passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente. Portanto, consiste na abertura de um procedimento de público para arrendamento do espaço do Mercado Municipal, naquilo que não está a ser usado pelo mercado, nomeadamente os espaços que estão disponíveis no edifício que ainda falta preencher. E, portanto, com a abertura deste procedimento e com estas características, estamos à procura de uma entidade que tenha como objetivo a promoção do empreendedorismo, a melhoria do ecossistema de startups no concelho, dando aqui a oportunidade de crescer o projeto que atualmente está em curso e que tem sido um dos argumentos importantes também para atrairmos empresas de base tecnológica para Leiria, e por isso achamos que esta oportunidade de estender esta ambição e esta vontade vai de encontro àquilo que são os objetivos políticos de Reerguer Leiria, também do ponto de vista económico nos próximos tempos. E, por isso, aquilo que estamos a pedir é que se autorize a realização deste concurso público em que a renda pelo espaço em concreto tem como preço base à volta dos 10 mil euros mês e que a entidade terá que ter as características de ser promotora do ecossistema e crescimento de startups e por isso é a maneira que encontrámos do ponto de vista legal, de podermos ceder o espaço para esta finalidade e por isso, a partir daqui, iremos regularizar uma situação e, sobretudo uma ambição que para nós é muito importante. Vem também como resposta àquilo que é o crescimento e, sobretudo, a afirmação do ecossistema empreendedor no concelho de Leiria."

Intervenção do **senhor deputado Pereira de Melo – CHEGA**

Transcrição:

"Pereira de Melo, CHEGA.

Ponto 9 - Procedimento de Concurso Público para Arrendamento das Frações C, E e F do Mercado Municipal de Leiria, para instalação e exploração de espaço para empresas startup.

Da análise das fotografias apresentadas (que não é muito nítida) parece concluir-se que as áreas em questão correspondem ao primeiro piso do lado nascente do mercado e às



garagens situadas do piso menos um do mesmo lado do mercado (mas, como digo, através dos mapas, identificar claramente isto).

Concordamos com o destino a dar a algumas destas áreas uma vez que, pelos vistos há muito tempo se encontram abandonadas.

O objetivo apresentado é útil para Leiria, uma vez que o topo norte do estádio deixou de estar reservado para o mesmo objetivo. Portanto, no passado, o topo norte do Estádio era para ser utilizado neste sentido e, aparentemente, deixou de ser.

Pelos vistos, a Câmara Municipal de Leiria retirou... Ah, lembro-me de que reuniões da Assembleia da CIMRL se realizavam numa das salas que é designada por anfiteatro (na realidade não é um anfiteatro, tem um balcão lá ao fundo).

Pelos vistos a Câmara Municipal de Leiria retirou à CIMRL a sua utilização para abandonar as instalações.

É pena, pois de momento a mesma Assembleia reúne num compartimento exíguo que, era o meu gabinete quando fui Presidente do IPL, mas concentra lá as pessoas.

Lembro que, no passado, a Câmara Municipal pretendia alugar as áreas em questão para um grande restaurante.

Cheguei a perguntar ao senhor Presidente se seria para um restaurante chinês, uma vez que era um restaurante de grande dimensão. Foi-me respondido que não. O restaurante, contudo, não apareceu! Apareceu? Apareceu e desapareceu.

Suponho que tal destino, restaurante chinês, teria sido preferível a deixar instalar junto ao Mercado de Santana uma grande unidade hoteleira que concorre com os pequenos restaurantes aí existentes e torna o trânsito local, às horas de refeição, bastante complicado.

Espero que desta vez a utilização da área se concretize e não suceda semelhante à área destinada à Assembleia Municipal, que, desde há muito, continua encalhada, ou à área destinada a um deslumbrante aquaparque que, para já, só recebe as enchentes do Lis."

Intervenção do senhor deputado Márcio Lopes – PPD/PSD

Transcrição:

"Boa noite, uma vez mais.

O PSD, neste ponto 9, vai acompanhar aquilo que foi a votação em sede de reunião de Câmara, e reconhece a necessidade de expansão da atividade startup para o Mercado Municipal. No entanto, a nota que queremos deixar é uma nota de natureza estratégica. Uma visão completamente antagónica daquilo que o PSD entende que deve ser a construção e o desenvolvimento de um ecossistema que possa garantir um aumento da competitividade territorial. E porquê? A Câmara de Leiria, o Município, tem vindo a insistir num modelo que tem, pelo menos, 35 anos de atraso que é um modelo de



dispersão das atividades de suporte à economia e ao tecido no território. Ou seja, admitindo que quem vá a concurso público possa ser uma atividade startup já existente em Leiria, neste exato momento, a atividade startup em Leiria, ela é tripartida. Está nos Parceiros, está no Mercado Municipal, está no campus 5. Depois, não sei se um dos projetos e bem, referenciados pelo Município, não sei se foi abandonado ou foi adiado, que é o Hub de inovação no topo norte. Ou seja, a dispersão daquilo que é a construção de conhecimento, partilha de conhecimento e aquilo que é o "spillover" de conhecimento, que é conhecimento que gera novos conhecimentos, aquilo que vem na literatura científica há 35 anos onde o primeiro (daquilo que me lembro) é o modelo diamante de Michael Porter em 1990, que é o da concentração das atividades. Concentração das atividades de inovação, desenvolvimento e empreendedorismo! E não dispersão. É esta Visão estratégica errática que a Câmara Municipal tem insistido e, portanto, este ponto 9 que está a ser aqui apreciado é uma insistência do modelo errático, mas errático, com 35 anos de atraso pelo menos! Pelo menos. Nós agora, nós (o Município) com a transformação do IPL em Universidades, com a concentração espacial do conhecimento da futura Universidade de Leiria Oeste no campus 2 do IPL, aqui em Leiria. A estação da linha de alta velocidade na Barosa. Muita atenção com isto! Instalou-se uma visão também errática ou se quiserem "naive" de que a linha de alta velocidade tem um efeito líquido positivo. Não, não é verdade. Não é verdade. A linha da alta velocidade que nos posiciona a 30 minutos de Lisboa e a 40 minutos do Porto. Do mesmo modo que é fácil cá chegar, também é fácil de cá sair. Se Leiria não tiver um modelo de desenvolvimento e de crescimento e de acentuação da sua competitividade territorial na região centro, Leiria pode-se transformar num território dormitório. Perfeitamente. E, portanto, quer dizer... daquilo que já referi, sei lá, do modelo do diamante de Porter, desculpe estar a referir isto uma vez mais, mas há um elemento fundamental que são as indústrias de suporte e de apoio. As indústrias correlacionadas, onde estão as atividades de criação de ecossistema? E as atividades de criação de ecossistema, daquilo que tem sido insistentemente este modelo errático de dispersão, é um modelo completamente antagónico, obsoleto no tempo. Não faz sentido algum! Por alguma razão, eu não de voltar ao passado, já fiz uma graçola na reunião anterior que não me correu bem, mas fez parte do programa eleitoral do PSD das autárquicas a criação de um parque de ciência e tecnologia. É algo novo, não? É algo novo neste país e no planeta, um parque de ciência e tecnologia? Onde se concentram no mesmo espaço todas as atividades de empreendedorismo, inovação, ciência. Isto é novo? Eu penso que não. E, portanto, do ponto de vista de uma natureza estratégica, de uma visão estratégica, este documento, se por um lado o PSD reconhece a sua importância, no sentido de... importância, quer



dizer, a sua necessidade, de... se for a solução a startup já existente aqui em Leiria, de facto há constrangimentos de crescimento. Portanto, há uma necessidade de expansão, mas não podemos estar aqui permanentemente a aprovar decisões casuísticas, avulsas, sem de facto ter uma orientação, uma visão de longo prazo e estratégica para o Município. Quer dizer, mete-me alguma impressão, quer dizer... o senhor Presidente referir que esta expansão da atividade startup no Mercado Municipal enquadra-se dentro do Reerguer Leiria. Eu até compreendo que o Reerguer Leiria pode funcionar como anteprojecto de programa eleitoral para daqui a algum tempo, mas se constar, consta mal. Muito mal e, portanto, volto a dizer, o PSD reconhece a necessidade disto. Vai acompanhar aquilo que foi a votação em sede de reunião de Câmara mas, de facto, isto tem que ser olhado, tem que ser analisado de um outro ponto de vista. Nomeadamente do ponto de vista do que é, de facto, a criação de um ecossistema promotor de competitividade territorial de Leiria na região Centro. O nosso principal competidor será, agora com universidades de Leiria Oeste, será Aveiro. O Município de Aveiro. O Município de Aveiro não tem um ecossistema de inovação disperso no espaço, não tem. Coimbra também não tem. E, portanto, tenho muita dificuldade em perceber porque é que nós, em Leiria também não avançamos para um modelo que nem sequer é novo. Tem 3 décadas. 3 décadas, nem sequer novo é.

Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Júlio Jesus - PS

Transcrição:

"Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, todos os presentes e os que nos acompanham online.

Bem, depois de ouvir esta visão tão negra, tão catastrófica, até me vai custar vir aqui falar um pouco pela positiva e pela bondade desta situação. E fiquei, depois de ouvir o professor, claramente preocupado com as inúmeras multinacionais, cada vez mais têm os serviços dispersos pelo mundo, as equipas de gestão dispersas pelo mundo, os departamentos estratégicos em vários países. Coitados. O que é que será deles daqui a uns anos? Se calhar trabalhando com projetos de há 30 anos. A proposta que hoje apreciamos e votamos, não trata apenas do arrendamento e da ampliação de um espaço municipal. Trata, acima de tudo, da visão que temos para o futuro de Leiria, assente no desenvolvimento económico, na inovação e na criação de um emprego qualificado para os leirienses. Leiria tem vindo a afirmar-se como um dos territórios mais dinâmicos do país. Leiria foi, em 2025, o concelho do país com o maior número de empresas gazelas, 16, cerca de 10% do total nacional. Um indicador que demonstra a dinâmica do seu tecido empresarial, a capacidade das nossas empresas para crescer, inovar e criar



riqueza. Mas este sucesso não acontece por acaso, exige condições, investimento e visão estratégica. Este sucesso traz também novas responsabilidades, criar condições para que mais empresas escolham Leiria para nascer, crescer e aqui permanecer. É precisamente isso que este projeto pretende alcançar. O Hub de inovação permitirá ampliar a capacidade atualmente existente, respondendo à crescente procura por espaços de incubação e aceleração de empresas. Trata-se de uma evolução natural de um ecossistema que já provou o seu valor e que necessita agora de ganhar escala para responder à procura existente e acompanhar a dinâmica empresarial do concelho. A localização escolhida é igualmente um fator diferenciador. Instalar este projeto no Mercado Municipal e nas restantes instalações, significa recuperar espaços atualmente sem utilização. Trazer mais pessoas ao centro da cidade, criar novas dinâmicas económicas e aproximar a inovação da comunidade, estabelecendo uma ligação entre o comércio tradicional, os serviços, o ensino superior e o empreendedorismo. Este procedimento serve o interesse público, valoriza património municipal, promove investimento privado, cria oportunidades para os jovens, atrai talento, reforça a competitividade do concelho e contribui para fixar empresas e emprego qualificado, criando também oportunidades para muitos jovens formados nas nossas instalações de ensino que possam construir o seu futuro em Leiria. Importa sublinhar que todo este processo assenta num quadro de absoluta legalidade e transparência. A opção pelo concurso público é precisamente a garantia de que este processo respeita os princípios da igualdade, da concorrência e da transparência. A gestão operacional deste espaço será entregue a uma entidade especializada que demonstre experiência comprovada na incubação e aceleração de empresas. É essa especialização que permitirá oferecer serviços de qualidade, redes de mentoria, internacionalização, captação de investimento e apoio às startups. Enquanto o Município mantém a propriedade do imóvel, a fiscalização e a definição da estratégia pública. A Startup Leiria é e continuará a ser um parceiro estratégico do Município. O seu crescimento e afirmação nacional demonstram precisamente que existe hoje necessidade de ampliar a capacidade instalada e criar condições para que mais empresas possam desenvolver-se em Leiria. Hoje, Leiria é o terceiro maior ecossistema de startups do país e um dos principais polos nacionais de inovação, apenas atrás de Lisboa e Porto. É de referir com satisfação que esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, demonstrando que existe um consenso alargado quanto ao seu interesse estratégico. Hoje damos mais um passo para consolidar Leiria como um concelho de inovação, empreendedorismo e oportunidades para os nossos jovens. É uma decisão que valoriza o património municipal, fortalece a economia local e prepara o futuro de Leiria. É por isso que acompanhamos esta proposta



com convicção e saudamos o executivo municipal por continuar a investir num futuro sustentável, ambicioso e gerador de valor para todo o concelho.

Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Márcio Lopes – PPD/PSD

Transcrição:

"Um breve esclarecimento que é eu não recuso a dinâmica de que tem sido as atividades da StartUp Leiria. Não recuso as estatísticas de empreendedorismo, de competitividade territorial, de captação de empresas e de capital humano. Não recuso isto, é natural. O que é que eu estou aqui a referir é uma visão de futuro. Aliás, falou-se aqui, o senhor deputado falou em investimento. Este ponto 9, quem vai fazer o investimento é o arrendatário! Nem sequer é a Câmara. O arrendatário é que vai ter que fazer obras. Onde é que está o investimento? O que eu quis aqui intervir é para evitar que, admitindo que seja a Startup Leiria quem fique com o concurso, que a Startup que não seja uma piscina municipal, que isto esgota o espaço. Acaba! A Startup de Leiria vai crescer vai, e muito bem. E muito bem, porque está a trabalhar bem! E depois? Há mais Mercado Municipal para expandir? Onde é que se vai meter a Startup Leiria depois? Quando acabar o espaço municipal, o mercado. Vai para o topo Norte? Vai acentuar a dispersão da atividade da Startup em Leiria? Não! Esta é a visão de longo prazo que estamos aqui a propor. É fazer um investimento hoje para evitar que amanhã seja umas piscinas municipais com falta de pistas. Eu não estou a recusar toda a dinâmica, nada disso. Não estou! E muito bem! O que eu estou a dizer é: uma visão orientadora porque os níveis de competitividades ao nível do território da zona centro vão acentuar-se. É que vão mesmo! Vão acentuar-se no que diz respeito ao chamado investimento direto estrangeiro que eu penso que foi isso que quis referir, as empresas internacionais quando se deslocam vão à procura, aliás, o que se ensina em Geografia Económica é que a localização das empresas nunca é aleatória. A localização das empresas nunca é aleatória! As empresas quando se deslocam, vão para um determinado sítio, específico. E, quando um território tem capacidade de atrair capital estrangeiro, tem espaço. Não é o Mercado Municipal que atrai espaço, que atrai empresa, não é. E este modelo de Mercado Municipal um dia esgota-se, para onde é que vai? Para onde? As empresas, o capital internacional quando se desloca, quando faz investimento, faz investimentos em territórios específicos, em localizações específicas."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Só queria deixar aqui uma outra mensagem sobre a questão da dispersão e concentração. Ouvimos aqui o senhor professor Márcio, que é professor também da



Universidade de Leiria e Oeste e que já que estamos a falar da importância da concentração do ecossistema, bem... se há exemplo de dispersão e que anda sempre a atirar as coisas que aqui nascem para outros pontos, é onde trabalha. Então a sua leitura, que é uma autêntica pérola da teoria económica e da inovação, acha que o Politécnico não devia ter escolas espalhadas pela região, é isso? Gostava de saber a sua opinião para ver se ela é errática ou não, ou se é só quando lhe convém ter uma opinião para umas coisas e para outra, mas concorda com a concentração? Concorda com a concentração de inovação e de conhecimento e massa cinzenta, que é uma das críticas do Michael Porter, não é? Uma das coisas que se aponta ao Michael Porter, é que ele só olhava para as regiões ricas. Não olhava para o equilíbrio e para a coesão. Também não se aplica entre a distância entre o Mercado Municipal e o topo norte do estádio. Bem, nós não estamos a falar um no Pólo Norte e outro no Pólo Sul, nós estamos a falar de 300 ou 400 metros. Não sei se conhece. Não estamos a falar do Estádio da Luz e do Mercado do Bolhão, não! Estamos a falar de qualquer coisa que fique muito próximo uma coisa da outra, inclusivamente pode passar entre os dois e dá um mergulho na piscina. Depois, há aqui uma leitura, também queria-lhe dizer, sobre a dispersão quando fala da Barosa. Bem, eu durante algum tempo ainda tentei que a estação ficasse mais central na cidade, mas o PSD sempre foi entusiasta da solução da Barosa. Então aí não funciona a dispersão? Não era importante estar mais próximo da cidade? Vamos ter de ser nós a construir infraestruturas até lá chegar. Como é que explica essa contradição? É um bocado errática, não é? É uma chatice uma pessoa afirmar-se aqui, do púlpito abaixo, apresentar-se com uma grande teoria de desenvolvimento económico, brilhante, e depois encontra-se contradições naquilo que é, não só a estratégia de outras instituições relevantes, como o do Politécnico, que tem apostado em lógicas de acudir a outros pontos e a outras geografias para levar conhecimento e desenvolvimento a outros concelhos e, por outro lado, temos as questões relacionadas com aquilo que é o desempenho objetivo daquilo que temos feito em Leiria. É só o terceiro ecossistema nacional. É o quarto é ecossistema nacional. Bem, podíamos estar à frente do Porto e de Lisboa, não estamos. Mas também não estamos assim tão mal, pois não? Tem-se feito alguma coisa. E a Câmara tem contribuído para isso, não tem? Porque a Startup, em concreto, tem crescido pelo esforço coletivo: empresários, Nerlei, Politécnico, Câmara Municipal. Espaços? Primeiro, na incubadora da D. Dinis, foi ali que foi, que começou, a seguir Mercado Municipal, e há-de existir outro espaço à medida que vão crescendo. Felizmente temos tido procura porque senão não iríamos fazer esta ampliação. E se aparecerem mais, mais soluções teremos que encontrar porque é bom sinal e é por isso que eu acho que é importante... não vale tudo para tirar proveito político daquilo que é as



decisões que se tomam. Há coisas que são inquestionáveis. Tirar aproveitamento político dos incêndios? Não se faz. Tirar aproveitamento político das dimensões relacionadas com instituições como o Politécnico de Leiria? Não se faz. Há coisas que são vacas sagradas. E é o que se deve fazer aqui também às vezes.

Obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9** a votação.

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Procedimento de Concurso Público para Arrendamento das Frações C, E e F do Mercado Municipal de Leiria, para instalação e exploração de espaço para empresas startup.**

Ponto 10 - Atribuição de apoio não financeiro para a realização do INOV.AM Shaping Tomorrow - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal.**

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Tem a ver com isenções relativamente a este evento e, portanto, como toca com o regulamento de taxas, é necessário ser a Câmara e a Assembleia a aprovarem essas mesmas isenções.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu nota da reentrada do senhor deputado Tiago Duarte, voltando a estar presente na sessão.

Intervenção do senhor **deputado Telmo Marques - IL**

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente.

Os meus cumprimentos novamente a todos.

Senhor Presidente, a Iniciativa Liberal tinha há uns tempos um slogan, talvez lembrar-se-á que dizia "lucros privados, prejuízos privados". O mesmo princípio aplica-se aqui, eventos que são liderados, promovidos por entidades privadas, custos privados porque tudo tem um custo. É verdade que não se trata de um apoio financeiro, mas o documento elenca um conjunto de custos monetários que o evento terá que suportar. E, portanto, havendo custos, alguém tem de os pagar. Neste caso, paga o contribuinte, pagamos todos. Percebe-se pelo valor que traz à região que esse custo possa ser suportado publicamente por todos. No entanto, o documento também enumera ou descreve uma potencial participação de 200 pessoas. Não me parece que seja



ponderado, que todos paguem pela participação aproximada de 200 participantes, passo a redundância. Ainda se podia admitir que, por se tratar da estratégia deste executivo, que pudesse fazer parte de uma estratégia de apoiar este tipo de conferências na região. Se assim fosse, esperaríamos, no entanto, que houvesse um regulamento que definisse um conjunto de critérios de acesso que fosse justo para todos e não só apenas que fosse analisado caso a caso, com critérios mais ou menos subjetivos. Ainda assim, não sei se concordaria porque estaria novamente a suportar o contribuinte o custo de eventos que dizem que têm interesse a um conjunto muito restrito de pessoas, mas seria eventualmente mais compreensível e sou suspeito na matéria. Já agora, senhor Presidente, não vai levar a mal a mal que lhe diga, sou suspeito na matéria, porque é uma área de negócio que me agrada, que sigo com algum interesse, mas venho-lhe pedir, senhor Presidente, não há necessidade de onerar todos os contribuintes. Eu próprio paguei o meu próprio bilhete com muito gosto. Muito obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 10** a votação.

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por maioria**, com **49 votos a favor** (33-PS, 10-PPD/PSD, 1-CDS-PP, 5-CHEGA) e **2 votos contra** (2-IL), a proposta da Câmara Municipal referente ao **Procedimento de Concurso Público para Arrendamento das Frações C, E e F do Mercado Municipal de Leiria, para instalação e exploração de espaço para empresas start-up.**

Ponto 11 - Programa Intermunicipal de Habitação Acessível e Estatutos da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A.". Retificação da deliberação n.º 425/26, de 20 de abril - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal.**

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

No essencial, este assunto já tinha sido agendado, depois foi retirado. Tem a ver com a criação da Agência Intermunicipal dedicada à temática da habitação acessível. Associado a esta deliberação estão os estatutos e aquilo que são os objetivos em termos de construção de habitação acessível, também o público-alvo a que se dirige, nomeadamente casas de função e também pessoas que estão a sofrer ainda de terem perdido as suas casas no âmbito das tempestades. O assunto da habitação também tem



uma dimensão intermunicipal, embora haja e continue a existir as ambições municipais, portanto, o nosso plano de investimento também irá permanecer com prioridade, mas acaba por surgir aqui uma necessidade de criar esta Agência de modo a reforçar esta vontade e este objetivo nacional de construir mais habitação acessível, e beneficiando de candidatura a fundos comunitários para alavancar essa mesma construção e, portanto, as outras câmaras municipais da região também já aprovaram e a nossa, hoje, é convocada para esta discussão e votação também.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Só um segundo para esclarecer aqui um pormenor. A retificação da deliberação 425/26 será uma deliberação da Câmara.”

Intervenção do senhor 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

Transcrição:

“É a aprovação completa, com a retificação.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Portanto, houve uma deliberação retificadora da Câmara e nós estamos aqui a aprovar ou a discutir para aprovação de toda a deliberação, portanto, nós estamos a retificar a parte da deliberação anterior.”

Intervenção do senhor 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Completamente.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Completamente. Estamos a aprovar completamente...”

Intervenção do senhor 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Aprovar não, a discutir.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“A discutir, a discutir! A discutir para aprovar ou para aprovar ou não aprovar, enfim. Intervenções? Deputado Francisco Marques, Deputado Pereira de Melo, mas eu penso que o deputado Pereira de Melo tenha levantado a mão primeiro deputado.”

Intervenção do senhor 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Mesmo que não tivesse. É mais velho, é mais velho.”



Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – CHEGA

Transcrição:

"Pereira de Melo, Chega.

Por hoje vai chegar. Portanto, antes de entrar exatamente no ponto que o senhor Presidente da Câmara referiu que na tempestade alguns não estavam na cidade. A tempestade deu-se a 26, a 29 estava eu de rebarbadora na mão a cortar telhas no meu telhado e a cobrir o telhado. Razão porque não tive grandes prejuízos, mas meter telhas no cume, sem uma rebarbadora é um trabalho que eu recomendo a muita gente. Mas andei em cima do telhado. Se muitos de vocês não andaram..."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Senhor deputado, temos que acelerar um bocadinho. Já está, já está... temos que acelerar um bocadinho."

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – CHEGA

Transcrição:

"Ok, vamos continuar. Ponto 11, programa intermunicipal de habitação acessível e estatutos da Agência intermunicipal viver a região de Leiria, E.I.M., S.A.

Este ponto visa os seguintes objetivos:

Aprovar os estatutos da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria".

Aprovar o Programa Intermunicipal de Habitação Acessível.

Aprovar o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira e de Racionalidade Económica relativo à

constituição da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria".

Aprovar a constituição da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria" e os respetivos Estatutos.

Verifica-se tratar-se um conjunto de pontos que procuram no futuro conduzir à construção de habitação acessível a nível do concelho e distrito de Leiria.

O CHEGA irá abster-se, não por ser contrário ao projeto, mas por não acreditar que o mesmo passe além da constituição de uma Agência Intermunicipal.

Portanto, está aqui muita coisa, mas em resultados práticos, duvido muito que seja alguma coisa. Vamos abster-nos."

Intervenção do senhor deputado Francisco Marques – PPD/PSD

Transcrição:

"A constituição de uma entidade dedicada especificamente à realização de habitação acessível parece-nos algo positivo.

Já tivemos a oportunidade de o afirmar na Assembleia Intermunicipal.



Reconhecemos diferentes vantagens, como a especialização, o foco, a possibilidade de usufruir de uma economia de escala, entre outras.

Esperemos que também sirva para agilizar as entropias que caracterizam a atuação das câmaras municipais.

No que respeita ao concelho de Leiria que será contemplado, segundo o programa, com a construção de 70 fogos, saudamos a divulgada intenção de recuperar as casas dos guardas da Prisão Escola e as casas dos Juizes, na Avenida Marquês de Pombal. São bons exemplos de património que importa valorizar e utilizar.

Temos em Leiria bons exemplos de intervenções deste tipo no passado, com objetivos semelhantes, dos quais destaco, pela sua centralidade, o Bairro dos Sargentos, na Quinta de S. Bartolomeu, em 1960, o Bairro dos Oficiais, na Rua Magalhães Pessoa, em 1962, e um conjunto de edifícios na Rua João XXI, pertencentes à antiga Caixa de Previdência, destinados a funcionários públicos e a pessoas com limitações financeiras.

Destaco-os por se tratarem de intervenções públicas com foco em estratos sociais semelhantes ao que se propõe agora o Programa de Intermunicipal de Habitação Acessível, mas também devido à boa integração urbanística e à elevada qualidade arquitetónica.

É também digno de nota o facto de não terem sido iniciativas assistencialistas, só para "pobrezinhos", relegadas para zonas periféricas e menos valiosas da cidade.

Admitimos que a intervenção em zonas centrais e, portanto, mais valiosas, num contexto de acentuada especulação imobiliária, poderá contribuir para um certo atenuar desse fenómeno, por comparação com o que é oferecido pelo programa e que conviverá, ou conviveria, com o restante tecido urbano.

Encontramos neste programa, ainda, a virtude de destacar a recuperação, ou a requalificação de património existente.

Deste modo, desafiamos a Câmara de Leiria a programar o seu contributo, numa linha que possa honrar os pressupostos enumerados, através da seleção e desejável aquisição de diferentes terrenos ou edifícios, a saber:

- A requalificação das duas habitações onde se encontram as sedes dos partidos CDS-PP e PS, o qual, segundo a imprensa local paga uma renda de 8,65€; o CDS não paga nada e o Académico também não;*
- O terreno das atuais instalações das oficinas da câmara, não sendo alienado para o mercado especulativo, uma vez que se prevê a sua mudança para a antiga Exelis (que não se inunda);*



— A recuperação e requalificação da casa antiga existente no terreno das oficinas da câmara, junto à Rua Vale de Lobos, uma construção singela mas com características arquitetónicas interessantes (se nada for feito não demorará a ruir);

— A aquisição, ou expropriação com recurso à figura de utilidade pública do conjunto de edifícios da Rua de Tomar, com início junto ao Hotel D.Dinis; encontram-se entre o estado altamente degradado e a ruína, apresentando já um risco efetivo para a segurança dos cidadãos; detêm a possibilidade de construção de um silo automóvel na zona onde funcionavam as antigas oficinas da Fiat.

E pronto, não vos maço com mais exemplos, até porque já esgotei os 70 fogos.

Mas o desafio aqui fica e não estamos a ironizar.

Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Renato Cruz - PS

Transcrição:

“Boa noite a todos.

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente.

Renato Cruz, Partido Socialista. Também não me alongando muito, mas deixando desde já, portanto, congratularmos pela ambição deste programa. Mais do que não acreditar no que possa não ser feito, vamos acreditar naquilo que nos é proposto também em linha com o senhor deputado Francisco Marques, portanto, mas mais do que um programa de habitação, isto é um passo naquilo que é a nossa coesão social, ou seja, estar a desenvolver um projeto deste género para docentes, para agentes da autoridade, magistrados, profissionais de saúde, profissionais de educação é muito mais do que um simples programa de habitação naquilo que costuma ser a sua génese e o grande investimento, portanto, e o grande esforço que vai ser feito aqui por parte de todos os municípios. Portanto, creio que é um passo que nos devemos orgulhar e que devemos acreditar e que certamente que o Partido Socialista irá votar favoravelmente.

Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado. Só vou responder à questão das sedes partidárias porque foi uma oportunidade de falar sobre... não foi no nosso tempo que o PS foi para aquele espaço. Foi no tempo em que era governado, em que o Presidente seguramente seria Lemos Proença, não sei bem em que altura foi, portanto, nesse aspeto estamos totalmente isentos dessa responsabilidade. E, se calhar, foi mais um contributo por parte da piscina para este desaire que aconteceu convosco. Para além disso, aquilo que eu vos posso dizer é que também, por parte do Partido Socialista, a informação que tenho, uma vez que ela é partilhada pela concelhia, é que eles estão à procura de uma nova sede e já



não estão a ocupar o espaço porque não têm condições para funcionar e, portanto, o local de reunião tem sido fora daquelas instalações. E, portanto, não será utilizada mais como sede do PS.

O resto é tudo muito importante, mas eu achei que devia responder a essa parte. Foi aquela que achei mais picante, não é? Porque objetivamente o edifício onde está a sede do PS não vai resolver o problema de habitação do concelho, pois não? 2 fogos... é assim que se começa! Exatamente."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 11** a votação.

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por maioria, com 48 votos a favor** (33-PS, 10-PPD/PSD, 2-IL, 1-CDS-PP, 2-CHEGA) e **3 abstenções** (3-CHEGA), a proposta da Câmara Municipal referente ao **Programa Intermunicipal de Habitação Acessível e Estatutos da Agência Intermunicipal "Viver Região de Leiria, E.I.M., S.A."**. Retificação da deliberação n.º 425/26, de 20 de abril

Ponto 12 – Representações

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Vamos ter que votar no Ponto 12 o representante, um Presidente de Junta ou da União de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Saúde. Tenho uma proposta do PS, do Presidente de junta de Regueira de Pontes, Américo Coelho, desculpe, da Ortigosa, Ortigosa! Desculpe, desculpe lá, Vítor! Da Ortigosa, da Ortigosa, Américo Coelho. É a proposta que eu tenho do PS. Não sei se há mais alguma proposta que possa surgir. Não havendo, portanto, têm os boletins brancos. Votar no Américo Coelho é pôr sim, votar contra é pôr não, ou votar branco é deixar ficar com o boletim a branco. Portanto, a 2.ª Secretária Célia Afra vai fazer a chamada. Primeiro votará a Mesa. Já agora, aproveito, nós depois disto falta-nos as alíneas do ponto 13. A sessão é para durar 5 horas. Vamos acabar dentro do tempo até à meia-noite e meia, que faz as 5 horas."

De seguida, a senhora 2.ª Secretária da Mesa procedeu à chamada.

Ponto 12.1. - Conselho Municipal de Saúde de Leiria – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Município de Leiria nos termos do ponto 4 do artigo 3º do Edital n. 1230/2020, publicado em Diário da República n.º 230/2020, Série II de 25 de novembro – Apreciação e votação.

Após a votação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou que o resultado foi o seguinte:

N.º total de votantes – 51;



Votos a favor – 40;

Votos contra – 1;

Votos em branco – 10.

A **Assembleia Municipal de Leiria** deliberou **aprovar por maioria** a eleição do representante das freguesias do Município de Leiria:

- Américo Coelho (Freguesia de Ortigosa)

Ponto 13 - Juntas de Freguesia

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Temos agora o último ponto, ponto 13, que tem 46 alíneas. Tem a ver tudo com apoios às freguesias. No entanto, há 6 tipologias diferentes destes apoios. O que eu ia sugerir aqui é que o senhor Presidente possa eventualmente comentar genericamente tudo o que há e depois poderemos votar grupo a grupo, cada uma das tipologias uma a uma para ficar claro na votação.

Senhor Presidente, em termos gerais, para essas alíneas..."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, temos aqui um primeiro bloco que consiste em contratos interadministrativos de colaboração entre o Município de Leiria e o SMAS e as freguesias, sobretudo com o objetivo de fazer tapa de buracos e outras obrigações que ficam assim delegadas nas juntas de freguesia e, portanto, tem a ver muito com aquilo que são as reparações por parte de ruturas que acontecem nas freguesias e pelas suas especificidades é mais rápido a intervenção das juntas de freguesia."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"E é só? Despesas de capital. Antes desse grupo, há um grupo de despesas de capital."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Desculpa, eu estava a ver aqui... eu estava a ver aqui este apontamento e se calhar estou a dizer... peço desculpa, sim. Tem razão. Antes disso, há outro bloco que tem a ver com a atribuição de apoio às freguesias através de apoios pontuais para despesa de capital e que pronto, são várias as freguesias e os montantes que estão associados



àquilo que é as vontades e as prioridades das juntas de freguesia, previamente negociadas connosco.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Depois, contratos interadministrativos?"

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Depois temos então um bloco.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Ah, esse é dos contratos interadministrativos.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Apresenta-se tudo, não é?"

Nós temos aqui um outro bloco... Portanto, tem as despesas de capital que vai até ao ponto 9, não é? E depois, então entra os apoios a atribuir no âmbito desta colaboração com o SMAS.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Até o 29.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Até ao... Até ao 29, até ao 29. E depois o 30 tem a ver com o com o programa Viver Ativo. Viver Freguesias, peço desculpa. Viver freguesias. Tem a ver com aquelas intervenções de 40.000€ nas freguesias em que eles depois identificam o que desejam, neste caso é na Bidoeira. A seguir, tem a ver com o contrato interadministrativo para a produção do desenvolvimento sustentável, são receitas que provêm das eólicas e que atribuímos, repassamos este dinheiro para obras a serem identificadas pelas juntas de freguesia e correspondentes. Neste caso, é o Arrabal.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Depois o 32 ao 41 são contratos interadministrativos por obras diversas.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Exatamente, também é fácil de perceber. Contrato interadministrativo, o 42, tem a ver com obras estruturantes, portanto, são novos contratos interadministrativos que



fizemos neste mandato para obras já de alguma dimensão, que se pretende que sejam plurianuais e que no fundo deixem uma marca de rapidez em algumas intervenções urgentes nas freguesias.

Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Alexandre Aldeia - CHEGA

Transcrição:

"Então boa noite a todos.

Boa noite ao Senhor Presidente da Mesa na Assembleia, restantes colegas.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores deputados, os presentes e os demais que nos acompanham em canais alternativos.

Portanto, relativamente a este ponto, dizer que o CHEGA votará favoravelmente porque entendemos que as freguesias devem ter meios para responder às necessidades das suas populações. Esta aprovação também representa um compromisso. A partir do momento em que são atribuídos recursos financeiros e competências às juntas de freguesia, os seus executivos passam ainda a ter mais responsabilidade perante os cidadãos. O Senhor Presidente disse aqui hoje que não é só: "toma lá o dinheiro e faz". Foi disso que se queixou há pouco, que o Estado dá a verba, mas depois há algum tipo de incapacidade, algum tipo de entrave, nomeadamente a falta de mão de obra, a falta de execução ou a não execução em tempo útil, mas aqui é precisamente o que se está a fazer. Quem recebe dinheiro público tem o dever de apresentar a obra feita, cumprir os objetivos e depois prestar as suas contas. É por isso que esperamos que, no futuro, não venhamos a ouvir a desculpa que não conseguimos executar, que vai demorar ou que vai ter mais custos. Nesse caso, os recursos estão a ser atribuídos. Compete agora aos executivos das freguesias demonstrarem capacidade de execução, e apresentarem resultados. Mas como também foi aqui dito, não há mão de obra, há escassez de mão de obra. Não são as startups que vão trazer mão de obra para aquilo que é necessário fazer em bastante parte das freguesias, com os tapa buracos e as situações degradadas e é sobre isso que eu quero falar aos presidentes de junta aqui presentes. Portanto, na prática, constantemente verificamos por muitas freguesias, por ruturas de condutas e ramais que também vêm explanados nestes pontos que estamos aqui a discutir. Tanto nas freguesias como aqui mesmo no centro da cidade, muitos deles que são bem conhecidos por todos e que são recorrentes meses após meses, a mesma rotura no mesmo sítio, com constrangimentos ao trânsito e com situações que são conhecidas por todos nós. Após a reparação integral desse mesmo problema, pode haver logo a seguir e de imediato custos acrescidos com outra reparação e outra reparação. Pergunto eu, se



vamos ter essa mão de obra? E se vai haver essa mão de obra. Portanto, cabe aos executivos das freguesias assumir o que está a ser proposto aqui e entregue, sem que futuramente se excluam das suas responsabilidades. De certeza que vamos voltar a falar neste tema muito em breve, Senhores Presidentes de junta.

Aproveito também para vos dar a conhecer uma app de nome "Leiria Repara", não sei se vocês conhecem ou estão familiarizados com ela, eu pelo menos já explorei e já vi algum tipo de situações que foram reportadas lá, submetidas e participadas de ocorrências por todo o concelho. Neste momento só estão reportadas 383, estão ativas 375 e resolvidas 18. Eu vou ler uma das ocorrências que foi submetida no dia 12 de junho para os Senhores Presidentes de junta verem o atestado de incompetência que lhes é passado com a atribuição destes pontos que estamos a debater e que vamos votar favoravelmente como disse, e o CHEGA vai votar favoravelmente. Portanto, é uma descrição no Souto da Carpalhosa, é a única, é a primeira desta aplicação que é muito útil, que diz "reposição de árvores derrubadas pela tempestade de Kristin, agravando escassez de espaços verdes". Defende o rejuvenescimento e o ordenamento urbanístico da zona com melhores acessos e condições, incluindo para pessoas com deficiência. Salienta a necessidade de se requalificar os espaços exteriores degradados e propõe uma reunião com as entidades para discutir soluções em resposta da resolução. Portanto, este problema está resolvido. É dito por parte ou de quem gera aplicação ou de quem fez o seu trabalho "este assunto deve ser analisado em conjunto com a Junta de Freguesia, pelo que deverá solicitar reunião com a mesma". Portanto, esta aplicação, que eu desafio todos os munícipes e todos os Presidentes de junta a entupir porque as soluções e as situações que temos pelas freguesias todas que vocês tão bem conhecem, localmente, não é? Convido-vos a fazerem incidências e a partilharem este tipo de situações que têm para as reparações. Portanto, descarreguem, utilizem-na e era só o que eu tinha a dizer. Obrigado."

Ponto 13.1. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Amor - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.1.** à votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Amor**.



Ponto 13.2. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Arrabal - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.2.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Arrabal**.

Ponto 13.3. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Bidoeira de Cima - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.3.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Bidoeira de Cima**.

Ponto 13.4. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Caranguejeira - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.4.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Caranguejeira**.

Ponto 13.5. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas correntes para 2026 - Freguesia de Caranguejeira - Apreciação, discussão e votação.



O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.5.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas correntes para 2026 - Freguesia de Caranguejeira.**

Ponto 13.6. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital - Freguesia de Carreira - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.6.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital - Freguesia de Carreira.**

Ponto 13.7. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Milagres - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.7.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - Freguesia de Milagres.**

Ponto 13.8. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - União das Freguesias de Colmeias e Memória - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.8.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual para despesas de capital para 2026 - União das Freguesias de Colmeias e Memória.**



Ponto 13.9. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.9.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.**

Ponto 13.10. - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.10.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração da candidatura de apoio das despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia.**

Ponto 13.11. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Amor para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.11.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Amor para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**



Ponto 13.12. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Arrabal para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.12.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Arrabal para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.13. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Bajouca para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.13.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Bajouca para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.14. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Caranquejeira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.14.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Caranquejeira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**



Ponto 13.15. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Carreira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.15.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Carreira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS.**

Ponto 13.16. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Coimbrão para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.16.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Coimbrão para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.17. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Maceira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.17.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Maceira para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**



Ponto 13.18. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Milagres para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.18.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Milagres para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.19. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Ortigosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS (ASS. 667/26) - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.19.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Ortigosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS (ASS. 667/26).**

Ponto 13.20. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Requeira de Pontes para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.20.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Requeira de Pontes para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**



Ponto 13.21. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Souto da Carpalhosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.21.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Souto da Carpalhosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS.**

Ponto 13.22. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.22.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS.**

Ponto 13.23. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.23.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS.**



Ponto 13.24. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.24.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.25. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Monte Real e Carvide para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.25.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Monte Real e Carvide para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.26. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Monte Redondo para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.26.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a Freguesia de Monte Redondo para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS.**



Ponto 13.27. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Parceiros e Azoia para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.27.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Parceiros e Azoia para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.28. - Contrato Interadministrativo de colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.28.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**

Ponto 13.29. - Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.29.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município de Leiria, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e a União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista para reparação corrente dos pavimentos no âmbito de intervenção dos SMAS – Adenda 1.**



Ponto 13.30. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da execução de Viver Freguesias - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.30.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da execução de Viver Freguesias.**

Ponto 13.31. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal para a promoção de desenvolvimento sustentável - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.31.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal para a promoção de desenvolvimento sustentável.**

Ponto 13.32. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.32.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito da execução de obras diversas.**

Ponto 13.33. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.33.** a votação.



A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal** no âmbito da execução de obras diversas.

Ponto 13.34. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Caranquejeira no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.34.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Caranquejeira** no âmbito da execução de obras diversas.

Ponto 13.35. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbra no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.35.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbra** no âmbito da execução de obras diversas.

Ponto 13.36. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.36.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira** no âmbito da execução de obras diversas.



Ponto 13.37. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Requeira de Pontes no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.37.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Requeira de Pontes no âmbito da execução de obras diversas.**

Ponto 13.38. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.38.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da execução de obras diversas.**

Ponto 13.39. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.39.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas.**

Ponto 13.40. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.40.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências**



entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras diversas.

Ponto 13.41. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista no âmbito da execução de obras diversas - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.41.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista no âmbito da execução de obras diversas.**

Ponto 13.42. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Ortigosa no âmbito da execução de obras estruturantes - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.42.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Ortigosa no âmbito da execução de obras estruturantes.**

Ponto 13.43. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Regueira de Pontes no âmbito da execução de obras estruturantes - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.43.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Regueira de Pontes no âmbito da execução de obras estruturantes.**



Ponto 13.44. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras estruturantes - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.44.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras estruturantes.**

Ponto 13.45. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça no âmbito da execução de obras estruturantes - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.45.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça no âmbito da execução de obras estruturantes.**

Ponto 13.46. - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista no âmbito da execução de obras estruturantes - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 13.46.** a votação.

A Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista no âmbito da execução de obras estruturantes.**

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Antes de fecharmos a sessão, eu queria lembrar que, com grande possibilidade na próxima sessão de 18 de setembro, será na Ortigosa. Isto no âmbito de um



entendimento que há entre a Assembleia e a Câmara, com o senhor Presidente da Câmara, de descentralizarmos pelo menos uma Assembleia anualmente pelas freguesias. Este ano vamos à Ortigosa, pronto, depois falaremos com os senhores Presidentes de Junta e União de Freguesia e logo veremos, mas para fecharmos, solicita a Câmara Municipal que cada deliberação seja aprovada em minuta para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos no número 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo um da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Alguém vota contra que as deliberações sejam aprovadas em minuta? Ninguém vota contra. Alguém se abstém? Não há abstenções. Está aprovado por unanimidade. Minhas senhoras e meus senhores, muito obrigado. Boas férias e um bom fim de semana. Muito obrigado.”

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, encerrada a sessão, eram **00H16** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo 1.º Secretário da Mesa.



APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2026, deliberou **por maioria, com 2 abstenções**, aprovar a ata.

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa

Assinado por: Acácio Fernando dos Santos Lopes
de Sousa

Num. de Identificação: BI01575189

Data: 28-09-2026 14:40:16 +01:00



O 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

José da Silva Alves

Assinado por: **José da Silva Alves**

Num. de Identificação: 04164526

Data: 2026.09.28 16:14:42+01'00'





ANEXOS

VOTO DE PESAR

Pelas vítimas dos sismos que assolaram a Venezuela

A Assembleia Municipal de Leiria manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas dos violentos sismos que atingiram a Venezuela, provocando um elevado número de mortos, feridos e desalojados, bem como a destruição de habitações, infraestruturas e equipamentos essenciais.

Esta tragédia humanitária afetou profundamente um povo com o qual Portugal mantém históricos laços de amizade e cooperação e onde reside uma das maiores comunidades portuguesas e lusodescendentes no mundo. Milhares de portugueses construíram na Venezuela o seu projeto de vida, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento daquele país e preservando, ao longo de gerações, uma forte ligação à sua terra de origem.

O concelho de Leiria não é alheio a esta realidade. Ao longo dos últimos anos, Leiria tornou-se também casa de muitos cidadãos venezuelanos e luso-venezuelanos, que enriquecem diariamente a vida económica, social e cultural do nosso concelho. Muitas famílias leirienses acompanham com angústia a situação vivida na Venezuela, por aí terem familiares, amigos ou raízes familiares, tornando esta tragédia particularmente próxima da nossa comunidade.

Perante uma catástrofe desta dimensão, impõe-se afirmar os valores da solidariedade, da fraternidade e da proximidade entre os povos, expressando o apoio às vítimas, às suas famílias e a todos aqueles que se encontram envolvidos nos difíceis trabalhos de socorro e reconstrução.

Fica também uma palavra de apreço a todos quanto contribuem para a expressão de socorro designadamente às equipas de proteção civil, dos profissionais de saúde, das forças de segurança, dos voluntários e de todas as entidades envolvidas nas operações de socorro e assistência às populações afetadas e interpela-se o Estado Português através das entidades competentes a apoiarem na medida do possível o povo venezuelano e de sobremodo a comunidade lusófona.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2026, delibera:

1. Manifestar o seu mais profundo pesar pelas vítimas dos sismos que assolaram a Venezuela, apresentando as mais sentidas condolências às famílias enlutadas e ao povo venezuelano;
2. Expressar a sua solidariedade para com todos os cidadãos afetados por esta tragédia, formulando votos de rápida recuperação para os feridos e de esperança na reconstrução das comunidades atingidas;

3. Dirigir uma especial mensagem de solidariedade à comunidade portuguesa e lusodescendente residente na Venezuela, bem como à comunidade venezuelana e luso-venezuelana residente no concelho de Leiria, manifestando a proximidade desta Assembleia Municipal neste momento de dor;
4. Apelar à ajuda do Estado Português ao povo venezuelano e à comunidade lusófona;
5. Determinar que o presente Voto de Pesar seja remetido à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela em Portugal, à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e às associações representativas da comunidade venezuelana e luso-venezuelana no concelho de Leiria.



MOÇÃO de Apoio à candidatura de Leiria a Capital Portuguesa da Cultura 2028

Considerando que a iniciativa Capital Portuguesa da Cultura, instituída pela Portaria n.º 189/2026/1, de 22 de abril, tem como principais fundamentos a valorização estratégica da cultura enquanto fator de desenvolvimento sustentável, promotor de coesão social, qualificação territorial e projeção externa dos territórios, com impactos duradouros para o território e as comunidades;

Considerando que o Município de Leiria reúne condições para assumir este desafio, com o conhecimento e experiência adquiridos, dispondo de um Plano Estratégico Municipal para a Cultura, de uma rede qualificada de equipamentos culturais, de um tecido associativo particularmente dinâmico e representativo, bem como de uma reconhecida articulação entre Cultura, Educação, Inovação e participação cívica;

Considerando que Leiria é reconhecida internacionalmente enquanto Cidade Criativa da Música da UNESCO e que o Abrigo do Lagar Velho / Criança do Lapedo integra a Marca do Património Europeu, circunstâncias que reforçam a singularidade e relevância cultural do território;

Considerando que, decorrente dos próprios fundamentos e objetivos da iniciativa, a candidatura de Leiria a Capital Portuguesa da Cultura 2028 constitui uma oportunidade estratégica para reforçar e projetar a identidade cultural regional, promover a coesão territorial, mobilizar as comunidades e consolidar a cultura como fator de desenvolvimento humano e territorial, bem como de afirmar o território da região de Leiria como espaço de criação, participação, inovação e experimentação cultural, promovendo impactos positivos duradouros nas dimensões cultural, social, educativa, económica e turística;

Considerando que o Conselho Municipal de Cultura de Leiria, órgão representativo do setor cultural do concelho, aprovou por unanimidade a intenção do Município de Leiria apresentar candidatura ao título de Capital Portuguesa da Cultura 2028, evidenciando uma convergência alargada dos agentes culturais em torno deste desígnio coletivo, o que confere à candidatura uma forte legitimidade cultural e institucional;

Considerando que o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, reunido em 23 de junho, aprovou também por unanimidade o apoio institucional à candidatura de Leiria a Capital Portuguesa da Cultura 2028, reconhecendo-a como um projeto de interesse intermunicipal e regional,

estratégico para a afirmação, valorização e desenvolvimento da Região de Leiria, o que reforça a legitimidade institucional e acrescenta legitimidade territorial;

Considerando que Leiria tem afirmado um caminho evolutivo de Município culturalmente instruído e construção numa visão coletiva para o território, para o que muito releva o envolvimento dos agentes culturais e criativos, das entidades educativas, dos municípios parceiros e dos cidadãos, e que a associação a esta iniciativa poderá vir a ser mais um marco importante desta progressão;

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária a 26 de junho de 2026, delibera por_____:

1. Manifestar o seu inequívoco apoio à candidatura de Leiria a Capital Portuguesa da Cultura 2028;
2. Reconhecer a candidatura como um instrumento capaz de gerar impactos duradouros nos domínios cultural, educativo, social, económico e turístico;
3. Convidar as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais dos municípios da CIMRL a juntarem-se a esta manifestação de apoio à Candidatura e a apoiar eventuais Projetos intermunicipais integrados nesta Candidatura;
4. Remeter a presente Moção ao Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e aos Municípios da CIMRL e agentes culturais do Concelho, com assento no Conselho Municipal da Cultura.

Leiria, 26 de junho de 2026



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (OD)

RECOMENDAÇÃO Nº 1/2026

Assunto: Criação de um Regime Municipal Transitório de Legalização de Imóveis Antigos através de Procedimentos Simplificados.

Ley Garcia – CDS PP

Exmo(a). Senhor(a) Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Leiria, Doutor Acácio de Sousa

Os "Considerandos" (A Justificação)

- Considerando que, durante os contactos com a população do concelho de Leiria após a tempestade *Kristin*, se verificou a existência de muitos munícipes impossibilitados de requerer apoios para a reconstrução das suas habitações pelo facto de estas não possuírem número de matriz (não estarem legalizadas);
- Considerando que a ausência de legalização destas habitações constitui, por si só, um impedimento legal para a celebração de seguros de multirriscos habitação, deixando as famílias totalmente desprotegidas perante sinistros;
- Considerando que os imóveis nestas condições são, maioritariamente, construções antigas e com menor resiliência estrutural a fenómenos atmosféricos extremos, pertencendo a agregados familiares com escassos recursos financeiros, pelo que a falta de apoio formal agrava severamente a sua vulnerabilidade socioeconómica;
- Considerando que estas habitações foram edificadas numa época em que as exigências burocráticas e de licenciamento eram significativamente menores, e que o atual quadro legal de legalização exige projetos e procedimentos idênticos aos de uma construção nova, revelando-se incomportável financeira e tecnicamente para estes proprietários;
- Considerando as projeções climáticas que apontam para a repetição de fenómenos meteorológicos extremos, tornando urgente a regularização destas situações para que os cidadãos possam aceder a futuros apoios do Estado e garantir a segurança jurídica da sua propriedade;
- Considerando que a integração destas realidades no tecido urbano oficial, além de dignificar as condições de vida das populações, trará benefícios diretos para o



Assembleia Municipal de Leiria
26/06/2026 – Sessão Ordinária
CDS PP

Município de Leiria, nomeadamente através da atualização do cadastro predial e do consequente alargamento da base de receita fiscal por via do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);

- Considerando que é competência da Assembleia Municipal zelar pelo bem-estar da população, pelo desenvolvimento harmonioso do concelho e pela salvaguarda dos mais vulneráveis.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em Sessão Ordinária de 26 de junho de 2026, delibera **recomendar** à Câmara Municipal de Leiria que:

- Estude e implemente, até ao final do próximo ano civil, um Regime Municipal Transitório e Extraordinário que permita a legalização simplificada de habitações antigas através de projetos de arquitetura simplificados (recorrendo ao espírito de regimes já testados, como a Portaria n.º 243/84 adaptada à realidade atual, ou aos procedimentos de conversão de espaços comerciais em habitação previstos na legislação em vigor).
- Defina critérios rigorosos de exclusão e salvaguarda neste regulamento, garantindo obrigatoriamente que os imóveis a legalizar reúnam condições mínimas de habitabilidade e salubridade, possuam acessos independentes, tenham viabilidade de ligação às redes de infraestruturas públicas e contenham mecanismos que evitem a especulação imobiliária.
- Calendarize e promova um período de discussão pública e de auscultação das Juntas de Freguesia do concelho, por serem as entidades que mais de perto conhecem as situações de clandestinidade e necessidade habitacional no território.

Leiria, 26 de junho de 2026

O Proponente

Mário João Ley Garcia

Deputado do CDS PP